



Co-funded by
the European Union

Livro sobre a Integração do Património Cultural Imaterial

Inthrace 2023-1-RO01-KA220-HED-000156121



Prefácio

O Projeto Inthrace (2023-1-RO01-KA220-HED-000156121) é um projeto Erasmus+ KA220-HED de Parcerias de Cooperação no Ensino Superior. Os seis parceiros são responsáveis por todos os materiais produzidos neste projeto. O Handbook do projeto sobre a integração do património imaterial visa fornecer um quadro teórico e prático abrangente para compreender, preservar, gerir e promover o património cultural imaterial (PCI). Apoia formandos e profissionais na integração do PCI no turismo e no desenvolvimento comunitário de forma responsável e sustentável, reforçando simultaneamente a identidade cultural e o envolvimento da comunidade. Financiado pela União Europeia. As opiniões expressas são, no entanto, da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente as da União Europeia ou da ANPCDEFP. Nem a União Europeia nem a ANPCDEFP podem ser responsabilizadas por elas. Para recursos adicionais e materiais de formação, os utilizadores são convidados a aceder à plataforma do projeto: <https://inthrace.unitbv.ro/index.php/training-platform/>

Index

Introdução	3
Capítulo 1. Visão geral e compreensão do PCI	17
Capítulo 2. Legislação e regulamentação a nível local, nacional e da UE	44
Capítulo 3. Tipos de PCI - categorização do Património Imaterial	61
Capítulo 4. Explicar o valor e o impacto do património turístico na cultura, economia e sociedade	74
Capítulo 5. Gerir a preservação e a salvaguarda do PCI	88
Capítulo 6. Práticas de turismo sustentável: o papel do património cultural imaterial e o envolvimento comunitário	103
Capítulo 7. Marketing e métodos de promoção do PCI	118
Capítulo 8. A importância da preservação do Património Cultural Imaterial, compreensão e promoção dos processos de integração na UE	128
Capítulo 9. Desafios contemporâneos e soluções para a gestão do PCI	137
Capítulo 10. Considerações éticas no Património Cultural Imaterial: propriedade, consentimento, representação e sensibilidade cultural	148
Capítulo 11. Financiamento e mobilização de recursos para o Património Cultural Imaterial	161170



Introdução

Este livro visa fornecer informação valiosa aos leitores sobre a gestão do património cultural imaterial (PCI). Segue-se com 11 capítulos que evidenciam pontos significativos relacionados com uma melhor compreensão do PCI.

O Capítulo 1: Visão geral e compreensão do PCI examina o Património Cultural Imaterial e a sua importância na preservação de identidades coletivas e da diversidade cultural. A definição fornecida pela Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) sublinha o seu carácter dinâmico e vivo, diferente do património material, na medida em que é continuamente transmitido e recriado pelas comunidades. A evolução do conceito de património é traçada desde as primeiras convenções internacionais, como a Carta Internacional de Veneza (1964) e a Convenção do Património Mundial (1972), até à adoção da Convenção de Faro (2005), que reconhece o papel do património na coesão social e no desenvolvimento sustentável. O capítulo explora também a interação entre o património imaterial e a identidade coletiva, analisando como as tradições e expressões culturais contribuem para as identidades local, regional e europeia. São apresentadas iniciativas da UNESCO, da União Europeia e do Conselho da Europa para proteger o património imaterial. Por fim, destaca a necessidade de estratégias de conservação participativas que integrem as comunidades na proteção e revitalização do PCI face aos desafios da globalização e da digitalização. Como a UNESCO (2003) afirma com propriedade, o património imaterial "é um fator importante para manter a diversidade cultural face à crescente globalização", e a sua transmissão "fornece às comunidades um sentido de identidade e continuidade". Numa

Europa em processo de integração, isto significa que celebrar o património vivo uns dos outros - e assegurar a sua sobrevivência - pode reforçar tanto o orgulho regional como a solidariedade europeia mais ampla. Neste sentido, o património imaterial torna-se um espaço de negociação identitária, no qual o passado é ressignificado para responder às necessidades do presente. Kirshenblatt-Gimblett (2004) observa que o património imaterial é essencialmente um fenómeno que depende do reconhecimento, e este reconhecimento é sempre influenciado por fatores políticos, económicos e culturais. Assim, nem toda a tradição se torna património, e o processo de seleção envolve inevitavelmente escolhas e exclusões. O património imaterial é, em essência, a alma da cultura: ao salvaguardá-lo, preservamos não apenas canções, receitas ou ritos, mas a própria identidade dos povos, mantendo o passado da Europa vivo no seu presente e futuro. O património cultural imaterial desempenha um papel crucial no reforço desta identidade europeia, na medida em que fornece um espaço simbólico de pertencimento, transcendendo fronteiras nacionais e promovendo a diversidade cultural dentro de um quadro comum. As tradições orais, os festivais e as práticas culturais partilhadas entre diferentes regiões da Europa contribuem para construir uma consciência coletiva e uma identidade supranacional. O património imaterial torna-se assim não só um legado do passado, mas também um vetor ativo de coesão europeia, fornecendo um quadro no qual a cidadania europeia pode ser vivida e experienciada para além da sua dimensão jurídica.

Capítulo 2: Legislação e regulamentação a nível local, nacional e da UE

O termo "património cultural" mudou consideravelmente de conteúdo nas últimas décadas, incluindo agora também tradições orais, artes performativas, práticas sociais, rituais, eventos festivos, conhecimentos e práticas relativos à natureza e ao universo, ou o conhecimento e as competências necessários para produzir artesanato tradicional. Definido



pela Convenção da UNESCO de 2003, o PCI sublinha as tradições vivas transmitidas ao longo de gerações, fornecendo às comunidades um sentido de identidade e continuidade. A salvaguarda do PCI é um processo complexo, muito delicado e difícil. Exige quadros legais e institucionais abrangentes, operando a nível local, nacional e internacional, bem como uma atitude extremamente ativa da sociedade. Os elementos de PCI partilhados por vários países, reconhecidos a nível da UE, lançam uma nova luz sobre aspetos desconhecidos de contactos, relações, influências e entendimentos no desenvolvimento histórico comum das nações europeias. A salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI) dentro da União Europeia reflete uma interação complexa entre quadros locais, nacionais e supranacionais. Cada Estado-Membro - da Grécia à Roménia, Croácia, Polónia e Portugal - contribui de forma única para este esforço coletivo, baseando-se em tradições seculares, ao mesmo tempo que se adapta às realidades contemporâneas. A Convenção da UNESCO de 2003 serve de guia fundamental para harmonizar estes esforços em diversas paisagens culturais. A importância do PCI vai além do seu significado cultural. É um veículo para fomentar a coesão social, sustentar identidades regionais e promover o desenvolvimento sustentável. Por exemplo, a dança Călușarii da Roménia e a música Fado de Portugal não só preservam expressões artísticas, como também proporcionam oportunidades económicas através do turismo cultural. Da mesma forma, elementos patrimoniais partilhados, como a Dieta Mediterrânica, demonstram o potencial do PCI para unir divisões culturais e geográficas dentro da UE. No entanto, a preservação do PCI não está isenta de desafios. A globalização, a urbanização e as mudanças demográficas ameaçam a transmissão de tradições às gerações futuras. Nas áreas rurais, a emigração das populações mais jovens agrava ainda mais o declínio das práticas tradicionais. Além disso, o financiamento insuficiente e a falta de consciencialização pública frequentemente dificultam medidas eficazes de



salvaguarda. Para enfrentar estes desafios, deve dar-se maior ênfase à educação, ao envolvimento comunitário e à colaboração transfronteiriça. As plataformas digitais oferecem soluções inovadoras para documentar e disseminar o PCI, assegurando a sua acessibilidade a públicos mais amplos. Programas da UE, como o Europa Criativa e o Horizonte Europa, podem apoiar ainda mais estes esforços, fornecendo recursos financeiros e fomentando a cooperação entre os Estados-Membros. Olhando para o futuro, o papel do PCI no fomento da identidade e da unidade europeias não pode ser subestimado. À medida que a UE navega num mundo cada vez mais interligado, a sua diversidade cultural continua a ser uma fonte de força e resiliência. Ao priorizar a salvaguarda do PCI, a UE não só preserva o seu passado, como também constrói uma base para um futuro mais inclusivo e sustentável. Neste contexto, as tradições de tecelagem da Roménia, a música Rebetiko da Grécia, o Szopkarstwo da Polónia, a produção de cortiça de Portugal, e o canto Ojkanje da Croácia representam mais do que artefactos culturais - incorporam o espírito vivo do património da Europa, ligando comunidades através de gerações e fronteiras. Em última análise, a salvaguarda do PCI exige uma abordagem equilibrada, que respeite as particularidades locais, fomentando simultaneamente um sentido partilhado de responsabilidade. As experiências dos Estados-Membros da UE ilustram que, com esforços coordenados, estratégias inovadoras e investimento sustentado, a rica tapeçaria do património imaterial da Europa pode continuar a prosperar, inspirando as gerações vindouras.

Capítulo 3: Tipos de PCI - Categorização do património imaterial destaca uma série de abordagens recentes à categorização do património cultural imaterial. O capítulo está estruturado em quatro partes. A primeira parte apresenta a definição que a UNESCO deu no documento estratégico "Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial" (2003), onde são indicadas dimensões e direções para a conservação e utilização



deste tipo de património. A segunda parte revê contributos recentes de estudos que propõem análises críticas do conceito de património cultural e tentam captar a diversidade e a complexidade das formas de património. Sublinha um modelo teórico que integra formas materiais e imateriais de património cultural. A terceira parte trata da importância da utilização e integração da tecnologia na preservação e promoção do património cultural imaterial, mostrando que a digitalização se tornou uma ferramenta essencial neste esforço. A última parte discute os conceitos de mapeamento e categorização do património cultural imaterial, com referências a teorias e investigações recentes na área. O capítulo contém também dois estudos de caso, um sobre a digitalização de um ofício tradicional na China, e outro sobre um projeto de mapeamento do património imaterial numa área com uma identidade etnográfica bem consolidada na Roménia.

Capítulo 4: Explicar o valor e o impacto do património turístico na cultura, economia e sociedade examina os diferentes aspetos do património: material, imaterial, móvel e imóvel. Mostra a importância destes aspetos para a história, a cultura e a identidade humanas. O património material inclui monumentos, fortalezas e cidades. O património imaterial abrange costumes, rituais e língua. Juntos, moldam a memória cultural. Os artefactos móveis ligam estas áreas, mostrando como as tradições e os objetos se movem entre comunidades e ao longo do tempo. Estes elementos criam um património global partilhado. Sublinham a necessidade de o proteger da destruição, do abandono e dos desafios modernos. O texto assinala tanto o património natural como o cultural, tal como reconhecidos pela Convenção da UNESCO de 1972. Sublinha que as paisagens e os locais frequentemente vão além das fronteiras nacionais, dificultando a sua proteção. As ameaças incluem guerras, desastres naturais, danos ambientais e alterações climáticas. O turismo de massas é uma questão importante. Traz benefícios



económicos, mas também causa sobrelotação, stress ambiental e disrupção cultural, como se vê em lugares como Veneza e Machu Picchu. A gestão sustentável deve encontrar um equilíbrio cuidadoso entre a conservação e os interesses económicos e sociais. O capítulo sublinha a importância do trabalho em equipa entre especialistas, decisores políticos, comunidades locais e o público. A proteção do património não pode depender apenas do reconhecimento formal da UNESCO. Necessita de diálogo aberto, responsabilidade partilhada e representação justa de diferentes interesses. O turismo responsável, que respeita as tradições locais e minimiza o impacto ecológico, é sugerido como forma de responder à procura dos visitantes, preservando simultaneamente o património. Um estudo de caso da Croácia ilustra estas ideias em ação. Descreve anos de investigação e trabalho de campo em áreas do pós-guerra, economicamente em dificuldades, onde o património era frequentemente negligenciado. O autor partilha os desafios de ligar a investigação académica, as autoridades de conservação e as comunidades locais, apontando os perigos da má gestão política e financeira. Apesar dos contratempos, as iniciativas locais foram cruciais para criar projetos patrimoniais sustentáveis, como parques arqueológicos e centros de interpretação. Os esforços bem-sucedidos ligaram a proteção do património ao desenvolvimento comunitário, à educação, ao turismo e ao emprego, ajudando a construir um sentido de apropriação e resiliência. No final, o capítulo pergunta: património para quem e para quê? A resposta centra-se em servir primeiro as comunidades locais, assegurando simultaneamente que o património permanece um recurso vivo e inclusivo. A preservação necessita de um compromisso contínuo, de cooperação entre diferentes áreas, e da integração da investigação nos planos de desenvolvimento. Ao colocar o património no centro da identidade e do bem-estar comunitário, pode ser protegido e reinterpretado dinamicamente para as gerações futuras.



Capítulo 5: Gerir a conservação e a preservação do PCI discute a proteção do património cultural imaterial (PCI), tal como definido na Convenção da UNESCO de 2003. O PCI inclui as práticas, os conhecimentos, as competências e as expressões culturais transmitidas ao longo de gerações. Estes elementos dão às comunidades um sentido de identidade e continuidade. O PCI manifesta-se em tradições orais, artes performativas, práticas sociais e rituais, conhecimento sobre a natureza e o universo, e artesanato tradicional. Isto é frequentemente designado por "património vivo". A proteção do PCI segue acordos internacionais, principalmente a Convenção da UNESCO de 2003, a Convenção de Faro (2005), e as diretrizes do ICOMOS de 2024. A preservação envolve uma variedade de ações, incluindo a identificação, a documentação e a investigação do património, bem como a sua proteção, promoção e revitalização. O capítulo sublinha que a salvaguarda é uma responsabilidade partilhada entre organismos governamentais, organizações culturais, académicos e, especialmente, as comunidades e os praticantes que mantêm este património. As principais medidas de salvaguarda incluem: - Identificação e Inventariação: Isto significa descrever e listar elementos patrimoniais a nível local, nacional e internacional. Frequentemente envolve membros da comunidade e investigadores neste processo. A documentação através de textos, materiais audiovisuais e coleções digitais é crucial tanto para manter como para aceder ao património. - Transmissão e Revitalização: Isto assegura a continuidade através da aprendizagem entre gerações, tanto informalmente (dentro das famílias e comunidades) como formalmente (em escolas, universidades e programas vocacionais). A revitalização é vital para práticas em risco. Inclui a sensibilização, a educação e a criação de ambientes que apoiam práticas sustentáveis. - Registo: Os registos nacionais, como o estabelecido pela Croácia em 1999, documentam o PCI e frequentemente servem de passos necessários para candidaturas à UNESCO. A Croácia destaca-se na Europa,



com mais de 200 entradas nacionais e 18 na Lista Representativa da UNESCO. O processo de registo envolve comités de especialistas, consentimento comunitário e planos de salvaguarda. O capítulo examina também desafios na salvaguarda, como a ameaça da sobrecomercialização, a exploração turística, a despovoação rural, e a falta de interesse das gerações mais jovens. No entanto, o registo e a inventariação podem incentivar projetos de preservação e aumentar a consciencialização, mesmo para elementos que não são formalmente reconhecidos. A sensibilização e a educação são destacadas como estratégias-chave. Os media, as instituições culturais e as escolas desempenham papéis importantes na informação do público e na incorporação do PCI na educação formal, não formal e informal. Isto ajuda a assegurar a continuidade entre gerações. Os quadros de aprendizagem ao longo da vida são particularmente úteis para salvaguardar o PCI. Por fim, o financiamento e a sustentabilidade são assinalados como preocupações urgentes. Estes exigem apoio de programas estatais, regionais e locais, juntamente com apoio de quadros da UE e internacionais. Uma salvaguarda eficaz depende de participação inclusiva, cooperação entre disciplinas, e da integração do PCI no desenvolvimento comunitário e nas estratégias de diversidade cultural. Em conclusão, salvaguardar o PCI não diz respeito apenas à preservação. Envolve também fomentar a criatividade, reforçar a identidade e ligar o património ao desenvolvimento sustentável. Todos partilhamos a responsabilidade de assegurar que as tradições permanecem práticas vivas, enriquecendo a diversidade cultural para as gerações futuras.

Capítulo 6: Práticas de turismo sustentável relativas ao PCI e envolvimento comunitário. O turismo sustentável (TS) desempenha um papel vital na preservação do património cultural imaterial (PCI), integrando uma perspetiva de valor económico, sociocultural e ambiental. A UNESCO define o PCI como as tradições, expressões, conhecimentos e competências que as



comunidades reconhecem como centrais para a sua identidade cultural. Transmitidas ao longo de gerações, estas práticas são essenciais para manter a diversidade cultural e a resiliência. O TS fornece um quadro para envolver-se com o PCI de forma respeitosa, fomentando benefícios socioeconómicos para as comunidades anfitriãs, ao mesmo tempo que assegura que o PCI é valorizado como elemento dinâmico de culturas vivas, e não como mercadoria turística. Um princípio fundamental do TS é o respeito pela identidade cultural. Envolve a salvaguarda de tradições locais e a prevenção da sua mercantilização ou exploração. São incentivados intercâmbios autênticos entre visitantes e comunidades, promovendo o respeito mútuo e mantendo a integridade das práticas culturais. A participação comunitária é fundamental, capacitando os locais para planear e gerir iniciativas turísticas que protejam o seu património, colhendo simultaneamente benefícios económicos. Ao alinhar o turismo com os valores culturais, as comunidades reforçam o seu bem-estar social e preservam as tradições. O TS assegura também benefícios económicos equitativos de atividades relacionadas com o PCI, apoiando meios de subsistência e incentivando a preservação do património. Esta abordagem sustenta o PCI para as gerações futuras através da documentação, promoção e revitalização de práticas culturais. Educar os visitantes fomenta um respeito mais profundo pelo PCI, enriquecendo a sua experiência e protegendo as tradições. O TS serve de mecanismo crítico para salvaguardar o PCI, fornecendo uma abordagem estruturada para preservar as tradições, práticas e conhecimentos que sustentam a identidade cultural. Através de intercâmbios culturais autênticos, da promoção de meios de subsistência locais e da facilitação da transferência intergeracional de conhecimento, o TS assegura que o PCI permanece um aspeto dinâmico e integral da vida comunitária. Além disso, o TS sublinha a importância da participação inclusiva, capacitando as comunidades para gerir ativamente iniciativas turísticas que reflitam e respeitem os seus valores culturais. No



entanto, desafios como a mercantilização cultural, a degradação ambiental, e a erosão da autenticidade exigem respostas urgentes e coordenadas. Decisores políticos, investigadores e profissionais são chamados a priorizar a integração do PCI na política turística, a desenvolver iniciativas de reforço de capacidades para as partes interessadas locais, e a empregar abordagens de planeamento participativo. Estas ações são essenciais para fomentar um futuro sustentável em que o PCI e o turismo responsável coexistam, assegurando benefícios a longo prazo tanto para a preservação cultural como para o desenvolvimento socioeconómico.

Capítulo 7: Marketing e métodos de promoção do PCI. A importância do património cultural imaterial (PCI) não diz respeito ao evento cultural em si, mas está relacionada com a riqueza de conhecimentos e competências transmitidos através dele de geração em geração. O valor social e económico desta transmissão de conhecimento dentro de um Estado pode estar relacionado tanto com minorias como com os principais grupos sociais, sendo tão crucial para os países em desenvolvimento como para os desenvolvidos (<https://www.intechopen.com/chapters/1175796>). A gestão cultural utiliza conceitos de marketing baseados na promoção de produtos e serviços, e refere-se aos 4 P (produto, praça, promoção, preço). Este capítulo examina os fatores relacionados com a gestão do PCI, baseando-se em conceitos descritos na teoria de marketing para os 4 P. Estes conceitos básicos são então examinados e relacionados com o PCI. Este capítulo sublinha a importância das técnicas e métodos de marketing para promover o PCI de forma sustentável e ética em ambientes digitais e físicos, utilizando tecnologias tradicionais e novas.



Capítulo 8: A importância da preservação do PCI, compreensão e promoção dos processos de integração na UE. O Património Cultural Imaterial (PCI) é uma parte integrante do tecido cultural da humanidade, englobando tradições orais, artes performativas, práticas sociais, rituais, eventos festivos, e conhecimentos e competências tradicionais. A salvaguarda do PCI tornou-se uma preocupação global premente, particularmente dentro da União Europeia (UE), onde a diversidade cultural e o património partilhado servem de princípios fundacionais para a integração. A preservação do PCI não só assegura a continuidade das práticas culturais, como também fomenta o entendimento mútuo, o respeito e a colaboração entre os Estados-Membros da UE. Este capítulo examina por que motivo a preservação do PCI importa, os mecanismos disponíveis para a sua salvaguarda, a sua eficiência, e as formas como estes esforços contribuem para os processos de integração da UE. A preservação do Património Cultural Imaterial não é meramente um esforço cultural, mas uma componente vital dos processos de integração da União Europeia. Ao salvaguardar o PCI, a UE protege a sua diversidade cultural, promove a unidade e fomenta o desenvolvimento sustentável. Mecanismos como a Convenção da UNESCO, a legislação nacional e as iniciativas de base comunitária fornecem ferramentas essenciais para esta tarefa, embora o seu sucesso dependa de recursos adequados, do envolvimento comunitário e do alinhamento de políticas. No contexto da integração da UE, a preservação do PCI contribui para a identidade partilhada, o respeito mútuo e a colaboração transfronteiriça. Sublinha a importância do património cultural na formação de uma Europa unida, respeitando simultaneamente as tradições únicas dos seus Estados-Membros. À medida que a globalização e a modernização continuam a desafiar as práticas tradicionais, a UE deve priorizar a preservação do PCI como meio de construir um futuro mais inclusivo, coeso e culturalmente



vibrante.

Capítulo 9: Desafios contemporâneos e soluções para a gestão do PCI discute os desafios contemporâneos e as soluções para gerir o Património Cultural Imaterial (PCI), destacando questões como o multiculturalismo, crises como pandemias e desastres naturais, e a importância do PCI na sociedade contemporânea. O PCI engloba várias formas de expressão cultural, incluindo tradições orais e artes performativas, e é reconhecido através da Convenção da UNESCO de 2003 pela sua salvaguarda e promoção. O capítulo delinea os principais desafios enfrentados na gestão do PCI, particularmente em contextos multiculturais, onde interpretações diversas podem conduzir a conflitos sobre a propriedade e a representação. A globalização frequentemente dilui os costumes locais, exigindo um equilíbrio entre influências culturais locais e globais. Crises como a COVID-19 perturbaram a transmissão tradicional do PCI, enquanto os desastres naturais colocam em risco a destruição de ativos culturais tanto materiais como imateriais, conduzindo a impactos emocionais e psicológicos nas comunidades. As metodologias de gestão eficazes incluem abordagens centradas na comunidade, que envolvem a participação local na documentação e salvaguarda do PCI, a utilização de tecnologia digital para a preservação, e o estabelecimento de quadros e políticas institucionais robustos. A digitalização serve para documentar e reforçar a acessibilidade, promovendo simultaneamente a revitalização linguística e a educação. Além disso, o PCI contribui significativamente para o desenvolvimento sustentável através do turismo e de iniciativas económicas locais, sublinhando a necessidade de envolvimento comunitário e autoridade no turismo, alinhados com os valores culturais. A preparação e as estratégias de resposta a crises são essenciais para mitigar o impacto de desastres e assegurar a resiliência na preservação do PCI.



Capítulo 10: Considerações éticas no PCI: propriedade, consentimento, representação e sensibilidade cultural. O PCI, tal como definido anteriormente, é uma rica tapeçaria que inclui tradições orais, artes performativas, costumes sociais, rituais, celebrações festivas, e conhecimento tradicional sobre o ambiente local. Assim, o PCI desempenha um papel crucial na nutrição da identidade e continuidade comunitárias, fomentando simultaneamente uma apreciação pela diversidade cultural e pela criatividade humana em diferentes sociedades. No entanto, a preservação e a documentação do PCI vêm acompanhadas de dilemas éticos complexos, especialmente no que respeita à propriedade cultural e aos direitos de propriedade intelectual. Uma vez que muitas destas tradições e sistemas de conhecimento são detidos por comunidades inteiras, e não por indivíduos, desafiam os quadros legais convencionais construídos em torno da propriedade pessoal. Este aspeto coletivo do património cultural frequentemente entra em conflito com os sistemas de propriedade intelectual existentes, que priorizam os direitos individuais em detrimento da gestão comunitária do conhecimento cultural. O presente capítulo centra-se nos diferentes aspetos da interligação entre o PCI e a ética, começando pela definição de ética e passando às perspetivas e preocupações levantadas ao longo dos anos neste domínio, encontradas em toda a literatura. Reconhecer que o PCI pode evoluir sem perder a sua essência fornece um caminho para um cenário cultural mais inclusivo e adaptativo, que reflete a natureza multifacetada da experiência humana. A dicotomia entre a preservação e a evolução do PCI sublinha a necessidade de abordar questões críticas sobre o equilíbrio entre preservar o património e fomentar a inovação, desafiando comunidades, decisores políticos e académicos a navegar a intrincada interação entre continuidade e transformação cultural no contexto moderno. Existe uma necessidade urgente de um quadro de gestão que sublinhe a propriedade e a gestão coletivas dos bens culturais, reconhecendo assim as



relações distintas entre as comunidades locais e o seu património, ao mesmo tempo que se procura resolver as injustiças históricas associadas à apropriação cultural. Podemos assegurar que o património cultural permanece vibrante, significativo e sustentável para as gerações futuras através de uma gestão responsável. O momento de agir é agora - para proteger, preservar e promover o PCI de formas que honrem os seus criadores, respeitem os seus guardiões e beneficiem a humanidade.

Capítulo 11: Financiamento e mobilização de recursos para o Património Cultural Imaterial: sublinha o seu papel crítico na identidade comunitária, em meio aos riscos da globalização e da urbanização. Delineia estratégias para financiar a preservação do PCI através de instrumentos internacionais, particularmente a Convenção da UNESCO de 2003, que exige o envolvimento estatal na salvaguarda do PCI, incentiva a participação comunitária, e sublinha a necessidade de inventários nacionais e medidas de preservação. Os principais recursos destacados incluem um conjunto de ferramentas educativas online, materiais de formação temáticos, e kits de ferramentas de desenvolvimento sustentável, para reforçar as iniciativas de salvaguarda do PCI. São explorados mecanismos de identificação de financiamento, especialmente através do Programa de Participação da UNESCO, de fundos europeus como o Europa Criativa, e de programas como o Erasmus+ que apoiam iniciativas educativas relacionadas com o PCI. O Ministério da Inovação e do Crescimento na Bulgária fornece também subsídios para PME, potenciando vários mecanismos de financiamento da UE, incluindo o Plano de Recuperação e Resiliência. A colaboração com organizações não governamentais (ONG) e o envolvimento comunitário ativo são sublinhados como vitais para a preservação sustentável do PCI, na medida em que desempenham um papel significativo no envolvimento com os detentores locais do património.



Capítulo 1: Visão geral e compreensão do PCI examina o Património Cultural Imaterial (PCI)

Arabela Briciu, PhD

Victor-Alexandru Briciu, PhD

Universidade Transilvania de Brasov, Roménia

1. Definição e Importância do Património Cultural Imaterial

A globalização e as rápidas mudanças nos nossos sistemas sociais afetam as nossas identidades culturais, as percepções de outros grupos e a diversidade cultural. O património cultural funciona como um mecanismo vital para salvaguardar e transmitir as nossas identidades local, regional, nacional, europeia e étnica através de ligações entre passado, presente e futuro. Existe em duas formas distintas, que incluem o património material ou tangível e o património imaterial ou intangível.

Embora menos tangível do que a cultura material, o património cultural imaterial (PCI) é a manifestação tangível de expressões culturais, tradições, práticas, conhecimentos e competências transmitidos de geração em geração. Este património é definido pela UNESCO na Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003): "as práticas, representações, expressões, conhecimentos, competências - bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais a eles associados - que as comunidades, os grupos e, nalguns casos, os indivíduos reconhecem como parte do seu património cultural". Estes elementos são expressos em práticas e tradições orais, ofícios, artes performativas, e conhecimento sobre o mundo natural e o universo. Munjeri (2004) compara o património imaterial e material e explica que o património cultural imaterial não é um resquício do passado, mas um tesouro de conhecimento chamado "fenómeno vivo". No entanto, é considerado frágil e sujeito a mudança ao longo do curso da sociedade. Isto é importante no processo de

identificação do património imaterial, porque proclama que o significado do recurso não está na tangibilidade do recurso, mas na sua intangibilidade (Ruggles & Silverman, 2009).

Os dois tipos de património partilham numerosos aspetos comuns, apesar das suas características distintas. Os dois elementos mantêm uma relação de dependência, porque os monumentos transportam significados imateriais que sustentam tradições que necessitam de locais físicos, como igrejas para culto e ritual (Salomon & Peters, 2009). Ambos os tipos de património desempenham um papel na construção e no reforço de identidades de grupo, segundo Munjeri (2004), enquanto a globalização e a urbanização impactam a preservação do património material e imaterial, exigindo assim estratégias de proteção unificadas para a sustentabilidade cultural (Lenzerini, 2011). As políticas de conservação precisam de proteger as práticas comunitárias, juntamente com os conhecimentos e expressões, para além dos objetos e locais históricos.

Ruggles & Silverman (2009) afirmam que o património cultural imaterial exige a compreensão das comunidades que tanto o praticam como o transmitem. Da mesma forma, Kirshenblatt-Gimblett (2004) notou que o património cultural imaterial consiste em mais do que apenas práticas e tradições, porque funciona como fenómeno metacultural que emerge da consciência reflexiva das comunidades sobre o seu património. O processo de se tornar património cultural imaterial depende tanto da transmissão ao longo de gerações como do reconhecimento do seu valor pelos praticantes e pelas suas comunidades. Tornar-se consciente do património não acontece automaticamente, porque exige participação ativa, que se forma através de mudanças socioeconómicas, políticas culturais e desejos comunitários de manter a continuidade da sua identidade.

Portanto, o património cultural imaterial não pode ser compreendido sem referência ao conceito de comunidade e ao seu envolvimento. Oferece-lhes uma referência identitária, uma forma de manter e transmitir os seus valores e tradições (Harrison & Rose, 2010). Estas práticas são também realizadas pelas comunidades no presente, como resposta ao ambiente atual e ao seu contexto histórico, de forma a criar um sentido de identidade e continuidade



temporal. De facto, a UNESCO (2003, p. 4) assinala que o património imaterial "contribui para a coesão social, encorajando um sentido de identidade... que ajuda os indivíduos a sentirem-se parte de uma ou de diferentes comunidades". O património cultural imaterial é a conservação de tradições e valores especiais, de forma a formar uma identidade única a nível local, regional, nacional e mesmo europeu.

A definição da UNESCO (2003) abrange um amplo espectro de expressões culturais que se enquadram em cinco categorias distintas:

- Tradições e expressões orais, baseadas na língua como promotora do PCI, que preservam histórias, lendas, provérbios e poemas que sustentam o património cultural de uma comunidade. A língua romani (Dia Mundial da Língua Romani, 2025) é um exemplo entre outros, incluindo o Duelo Poético Tsiattista e o programa Terra das Lendas para a Região de Kronoberg, na Suécia (Tsiattista Poetic Duelling - UNESCO Intangible Cultural Heritage, s.d.) e Land-of-Legends Programme, for Promoting and Revitalizing the Art of Storytelling in Kronoberg Region - UNESCO Intangible Cultural Heritage, s.d.).
- Artes performativas - música tradicional, danças e teatro populares. O Flamenco em Espanha (Flamenco - UNESCO Intangible Cultural Heritage, s.d.) ou a Dança dos Rapazes, na Roménia (Lad's Dances in Romania - UNESCO Intangible Cultural Heritage, s.d.), são alguns exemplos incluídos na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade;
- Práticas sociais, rituais e eventos festivos - como tradições e cerimónias específicas de diferentes comunidades, tais como o Carnaval em Binche, Bélgica (Carnival of Binche - UNESCO Intangible Cultural Heritage, s.d.), ou as Festividades de Inverno, Carnaval de Podence (Winter Festivities, Carnival of Podence - UNESCO Intangible Cultural Heritage, s.d.);
- Os sistemas de conhecimento sobre a natureza e o universo englobam a compreensão tradicional de práticas agrícolas, bem como a medicina tradicional e as técnicas de pesca. O espaço cultural de Kihnu, na Estónia, serve de exemplo, onde as mulheres mantêm tradições marítimas que transmitem às gerações futuras (Kihnu Cultural Space - UNESCO Intangible Cultural Heritage, s.d.);



- Artesanato tradicional - incluindo técnicas de artesanato que envolvem a olaria, a tecelagem, o trabalho em metal e a produção de instrumentos musicais tradicionais. Exemplos: o artesanato tradicional de tapetes de parede na Roménia e na República da Moldávia (Traditional Wall-carpet Craftsmanship in Romania and the Republic of Moldova - UNESCO Intangible Cultural Heritage, s.d.) e o artesanato e a música de órgãos na Alemanha (Organ Craftsmanship and Music - UNESCO Intangible Cultural Heritage, s.d.).

Kirshenblatt-Gimblett (2004) explica que o património existe como uma seleção humana de práticas culturais que recebem o estatuto de património, enquanto outras permanecem excluídas desta classificação. Através deste processo, o património imaterial transforma-se numa discussão sobre a identidade cultural e a preservação de valores essenciais. As tradições existem no presente porque representam as atividades contínuas que as pessoas continuam a desenvolver e a redefinir.

O aspeto metacultural do património imaterial existe na encruzilhada entre atividades práticas e processos reflexivos. A perceção das expressões culturais como património confere-lhes um valor que transcende o seu valor performativo (Kirshenblatt-Gimblett, 2004). O reconhecimento do PCI é importante porque permite o reconhecimento da diversidade cultural. Segundo Lenzerini (2011, p.101), o PCI funciona como a principal ferramenta para preservar a diversidade cultural e mantém uma relação essencial com os direitos humanos.

Assim, Munjeri (2004) nota que, embora à primeira vista tenha havido oposição, o reconhecimento do património imaterial a nível internacional tem sido importante para a proteção do "património vivo". O PCI é considerado vivo quando transmitido de uma geração para outra; assim, está sempre a mudar com a sociedade. Permite às comunidades manter a sua singularidade face à crescente homogeneização cultural, sendo uma referência identitária (González, 2008), mas também um recurso valioso na perspetiva do turismo cultural (Arcos-Pumarola, Paquin & Sitges, 2023) e, claro, através de eventos, rituais e práticas comuns, é um centro de gravidade que reforça o sentido de coerência comunitária (Schreiber, 2019).



Lenzerini (2011) identifica cinco fatores básicos que constituem o património cultural imaterial. São eles:

1. Autoidentificação - já que o património só existe se for reconhecido pelas comunidades que o criam e transmitem. Esta visão é fundamentalmente diferente do património material, porque não utiliza padrões universais de valor artístico ou científico para determinar o seu valor (Lenzerini, 2011, p.102)
2. A outra característica do património imaterial é que se caracteriza por uma recriação contínua - não permanece estático, mas está constantemente a mudar em resposta a mudanças históricas e sociais nas comunidades que o praticam. Assim, a abordagem de conservação não deve limitar-se à proteção do património fixado no tempo, mas deve criar um ambiente que permita o seu desenvolvimento orgânico (Lenzerini, 2011, p. 109).
3. A ligação profunda entre o património imaterial e a identidade cultural das comunidades. A UNESCO afirma que o património imaterial dá às comunidades um sentido de identidade e continuidade, o que promove tanto o respeito pela diversidade cultural como pela criatividade humana (UNESCO, 2003, citado em Lenzerini, 2011, p. 108). A relação intrínseca entre o património e a identidade desempenha um papel significativo na manutenção da coesão social e da diversidade cultural, num mundo onde a globalização e a padronização prevalecem.
4. Autenticidade - o património imaterial deve ser preservado na sua forma autêntica e não deve ser distorcido por quaisquer influências externas, sejam elas económicas, turísticas ou políticas (Lenzerini, 2011, p. 114)
5. A relação entre o património cultural imaterial e os direitos humanos - o PCI tem de ser protegido não só como expressão cultural, mas também como parte integrante dos direitos culturais de indivíduos e comunidades. O Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966) estabelece que as minorias étnicas, religiosas e linguísticas têm o direito de preservar e desenvolver a sua cultura (Lenzerini, 2011, p. 115). Neste sentido, a proteção do património imaterial não é apenas uma questão cultural, mas também de justiça social e equidade.



Assim, o património imaterial não é apenas o património, mas também a manifestação da criatividade da humanidade, e está dinamicamente envolvido na construção de identidades e significados individuais e (coletivos) sociais (Vecco, 2010). No mundo contemporâneo, onde a diversidade cultural é considerada um dos fatores mais importantes do enriquecimento social, o património cultural imaterial serve de ferramenta vital para construir um diálogo intercultural autêntico entre comunidades.

2. História e Etapas na Definição do Património

Para compreender o surgimento do património imaterial, é necessário analisar a evolução do conceito de património; a evolução do património imaterial está intimamente ligada a um alargamento concetual da noção de património, que passou de uma compreensão centrada em objetos materiais para uma que inclui dimensões performativas, efémeras e comunitárias da cultura.

Vecco (2010) estudou a evolução das definições de património, notando que, nas últimas décadas do século XX, o termo "património" foi caracterizado por uma expansão semântica e uma transferência concetual, tornando-se cada vez mais generalizado e utilizado no lugar de outros termos como "monumento" e "propriedade cultural". Identificou várias etapas evolutivas na definição de património, que produziram mudanças na contextualização do termo em diretivas, cartas e resoluções internacionais.

Assim, vários momentos marcantes na história do património referem-se a cartas internacionais quando o termo património começou a ser integrado e reconhecido. Marcámos abaixo estes momentos marcantes, extraídos de Vecco (2010, pp. 322-323) e Klysner Steffensen (2024):

1. Na Conferência de Atenas, em 1931, o termo "património artístico" foi utilizado internacionalmente pela primeira vez.
2. A Convenção de Haia (1954), adotada sob os auspícios da UNESCO, serve de tratado internacional inicial que protege a propriedade cultural durante conflitos armados e introduz o conceito de "propriedade cultural" em tais situações.



3. A Carta Internacional de Veneza (1964) estabelece uma primeira definição de património através da sua declaração de que os monumentos históricos de gerações anteriores servem de marcadores históricos ativos que testemunham as suas tradições duradouras. As pessoas desenvolvem uma consciência crescente sobre a unidade dos valores humanos, à medida que veem os monumentos antigos como algo que pertence a toda a humanidade. O mundo reconhece um dever coletivo de preservar estes itens patrimoniais para as gerações vindouras. A nossa responsabilidade é transmitir estes tesouros culturais no seu estado completamente autêntico às gerações futuras. A preservação e a restauração de edifícios antigos necessitam de acordos internacionais sobre princípios orientadores que os países devem aplicar através dos seus quadros culturais e tradicionais (The Venice Charter - International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites, 1964, Preâmbulo)
4. A Convenção do Património Mundial da UNESCO (1972) definiu pela primeira vez o património cultural e natural como tendo "valor universal excecional", ao mesmo tempo que estabeleceu critérios para a seleção de locais na Lista do Património Mundial, de forma a proteger locais valiosos em todo o mundo.
5. A Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975) foi adotada pelo Conselho da Europa em 1975, para estabelecer o património arquitetónico da Europa como um símbolo insubstituível da riqueza e da diversidade cultural europeias, sublinhando simultaneamente o dever partilhado dos Estados europeus de proteger este património.
6. A Carta de Washington (1987), também conhecida como "Carta Internacional para a Conservação de Cidades e Áreas Urbanas Históricas" (ICOMOS), centra-se na proteção e gestão de cidades e áreas urbanas históricas, mostrando como a conservação deve ser integrada nos processos de planeamento urbano.
7. A Carta de Burra (ICOMOS, 1982) defende a proteção de locais com base na sua importância estética, histórica, científica ou social, de forma a preservar o seu valor cultural. Assim, tanto o património material como



o imaterial que trazem reconhecimento a certos valores humanos devem ser protegidos.

8. A Carta de Nara (1994), juntamente com a Declaração de San Antonio (1996), estabeleceu novas perspetivas sobre a autenticidade e o valor do património, através do seu reconhecimento da diversidade cultural e do património imaterial.
9. A Carta de Cracóvia (2000) introduz novos termos que incluem "portador de valor" e "memória" na sua definição. O conceito de memória permite às pessoas reconhecer eventos históricos e pensamentos humanos de tempos passados.
10. Em 2001, a UNESCO acrescentou 19 novas obras-primas culturais à sua lista, que incluíam itens relacionados com a oralidade e o património imaterial como bens culturais.
11. Através da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003), a UNESCO estabeleceu um quadro de proteção para o património cultural imaterial, através de procedimentos de definição e reconhecimento.

Assim, a partir do exposto, podemos ver uma mudança de perspetiva e uma série de alterações na forma como o património é visto, desde a listagem de objetos até à capacidade de um elemento criar valor para a sociedade (Vecco, 2010). É claro que novos objetos, como sítios industriais e paisagens, foram adicionados à lista internacional de património, e existe uma mudança do património arquitetónico para o património artístico e, depois, para o património etnográfico e imaterial.

Este desenvolvimento ajudou no reconhecimento do até então ignorado património imaterial, como aspeto essencial da identidade cultural e da memória coletiva, de uma definição estritamente materialista para uma mais flexível, capaz de captar a diversidade cultural. Um marco nesta transição foi o reconhecimento do património imaterial como "património que é transportado na vida das pessoas, e não em objetos" (Logan, 2007, citado por Ruggles & Silverman, 2009, p. 1). Esta visão foi seguida pela adoção da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, em 2003, que reconhece que as tradições, práticas e expressões da cultura



são centrais para a identidade das pessoas e, portanto, precisam de ser protegidas por instituições.

3. Identidade Coletiva: Definições e Dimensões

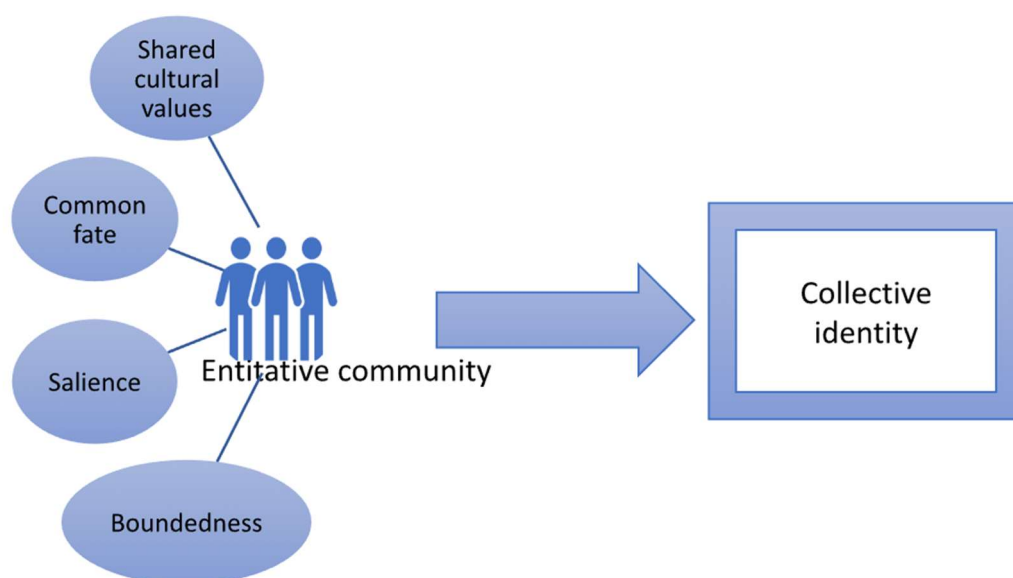
A identidade coletiva pode ser definida como "uma autodescrição de um indivíduo ou de um grupo, que se baseia emocional ou intelectualmente em objetos de identificação" (Brandtjen, 2023, p. 4). É "dar significado estável no fluxo das relações sociais" e é um aspeto vital da organização social (Eder, 2009). Naturalmente, o conceito de comunidade é aquele em que a identidade coletiva se baseia.

Segundo Castano (2004), o destino comum, a homogeneidade dos valores culturais, e a relevância e demarcação em relação a outras comunidades são necessários na consolidação de uma comunidade entitativa que gera identidade coletiva (ver Figura 1). Torna-a legítima através de um sentido de pertencimento a estes valores partilhados e a um destino comum.

A entitatividade e a identificação, dois fenómenos sociais, contribuem para a formação e o reforço de identidades coletivas. A entitatividade refere-se ao reconhecimento de um grupo como tendo uma identidade distinta e coerente, enquanto a identificação é o processo através do qual os indivíduos abraçam esta identidade (Eder, 2009). O património imaterial sustenta este processo, mantendo a continuidade cultural e um sentido de comunidade (Harrison & Rose, 2010).

Figura 1. Determinantes da identidade coletiva; adaptado de Castano (2004, p. 42)





O PCI opera a vários níveis, cobrindo diferentes tipos de identidades e comunidades. A nível local, define comunidades através de costumes, ofícios e tradições comuns, transmitidos informalmente (por exemplo, a comunidade dos habitantes de Viscri, Roménia). A nível regional, o PCI contribui para reforçar identidades comuns dentro de espaços geográficos e culturais mais amplos, frequentemente promovidos por razões históricas, económicas ou mesmo étnicas (por exemplo, Catalunha, Espanha; Açores, Portugal). Um quadro ainda mais amplo é o nacional, que serve de elemento definidor de uma identidade nacional que legitima a existência do Estado-nação (mas que é por vezes instrumentalizado politicamente através da coesão e da propaganda (Gonzalez, 2008) - por exemplo, através da coesão: a identidade croata; através da propaganda: a identidade da antiga Jugoslávia.

No contexto da UE, o património imaterial é transfronteiriço, sendo utilizado para apoiar o lema "Unidos na Diversidade" e unindo milhões de pessoas em todo o velho continente. Este património tem o papel de combater a perceção de um "défice de identidade europeia" e de reforçar a solidariedade intra-UE (Schreiber, 2019).

Com base nestas dimensões, podemos assim definir a identidade coletiva a vários níveis:



- Identidade local - apego a uma comunidade de dimensão limitada. Este tipo de identidade pode ser geograficamente definido, na medida em que é representado por um determinado limite ou fronteira que forma um distrito, cidade, vila ou aldeia. É afetada por fatores físicos, sociais, históricos e estéticos.
- Identidade regional - características culturais e históricas comuns partilhadas a nível regional. Desenvolve-se durante a socialização histórica e territorial, e é "o produto 'mental' da interação das sociedades com o seu ambiente físico e social, e o reflexo mental do espaço nas mentes e memórias das pessoas" (Raagmaa, 2002, p. 60). Paasi (1986, citado em Raagmaa, 2002, pp. 58-60) descreve a formação da identidade regional através de quatro componentes, incluindo a formação do território através da criação de fronteiras e da implementação de práticas, a expressão simbólica da região através de nomes, línguas, monumentos e costumes locais, o apoio institucional através de organizações e redes sociais e normas, e a consciência socioespacial dos habitantes, que se desenvolve a partir de processos sociais e históricos e se manifesta como ligações emocionais ao lugar ('espaço espiritual' ou 'genius loci'). A identidade regional permanece ativa como conceito em evolução, porque ou se transforma através de atualizações regulares, ou desaparece devido a mudanças territoriais e reformas sociais e administrativas.
- A identidade nacional refere-se à compreensão de que se pertence a um Estado-nação, juntamente com os seus princípios partilhados (Brandtjen, 2023). A identidade nacional, como conceito, está intimamente relacionada com noções como a nacionalidade e o nacionalismo, e assenta na história partilhada, que exige tempo comum, valores e símbolos partilhados, bem como vários rituais, tradições e eventos históricos, para formar e reforçar uma identidade coletiva. Assim, é definida e moldada por fatores sociais, políticos e históricos, e é um sentido de pertencimento a uma nação que produz fortes respostas emocionais (Lewicka, 2011). A identidade regional pode ser subordinada ou contrastada com a identidade nacional, sendo "um sentimento



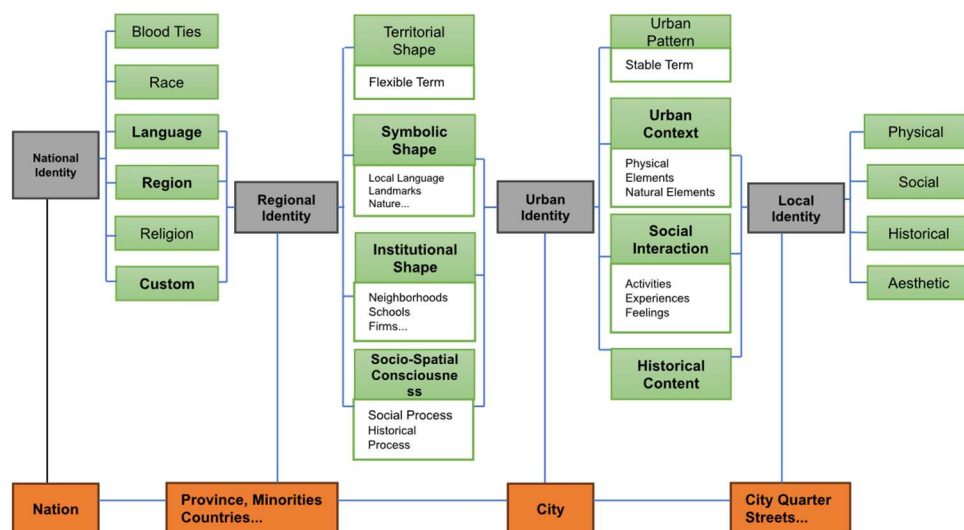
comum entre várias nações e grupos étnicos diferentes" (Brandtjen, 2023, p. 6).

- Identidade europeia - o sentimento de ser parte da mesma área cultural e política, que não é equivalente à identidade nacional, mas coexiste com ela (Fligstein, Polyakova & Sandholtz, 2012).

É relevante, a este respeito, retomar um esquema para analisar diferentes níveis de identidade em estudos urbanos (estudo da paisagem), proposto por Shao et al. (2017, p. 28), que nos ajuda a compreender a formação de identidades a diferentes níveis, na perspectiva da habitação urbana, tal como retratado na

Figura 2. Diferentes níveis de identidades no estudo da paisagem - Shao et al. (2017, p. 28).

Outro tipo de identidade coletiva é a identidade étnica, que é significativa ao nível das identidades local, regional e nacional, e é definida por fatores culturais e uma história partilhada. É definida como "a atribuição de um conceito a si mesmo e a outros indivíduos, com base no processo de identificação de diferenças culturais percebidas ou de uma origem comum", estando intimamente ligada ao conceito de identidade nacional (Díaz-Andreu, 2001, citado em Brandtjen, 2023, p. 6). Implica características como a língua, a cultura e a história de uma comunidade, e pode determinar o sentimento de pertencimento a uma entidade nacional ou supranacional.



Isto é evidente na identidade dos Székely da Transilvânia. A identidade Székely na Roménia formou-se num contexto histórico, acompanhado por uma oposição entre o processo de assimilação na identidade húngara e o processo de integração na nação romena. No início do século XX, os Székely eram um povo separado dentro do Reino da Hungria. Ainda assim, desde o início do século XIX, o programa de renascimento nacional húngaro conduziu à integração dos Székely na nação húngara. Após 1918, quando a Transilvânia foi anexada pela Roménia, foram lançadas campanhas de romenização, e as elites Székely seguiram o caminho da colaboração ou da oposição ao Estado romeno.

O conflito entre as identidades Székely, húngara e romena continua até hoje nos três distritos: Harghita, Covasna e Mureş, onde os grupos étnicos são observados à medida que as reivindicações autonomistas se justapõem aos esforços do Estado romeno para forjar uma identidade nacional unificada. A tensão contínua deriva da utilização da língua húngara, juntamente com símbolos Székely e medidas de autonomia regional. Os Székely enfrentaram exclusão administrativa, bem como uma luta interna para definir a sua identidade entre a pertença nacional húngara e a distintividade regional (ver estudo de caso: A identidade Székely entre o conflito interétnico e a coabitação - o papel do património imaterial na preservação da identidade étnica). A preservação de identidades coletivas depende fortemente do património cultural imaterial, que opera tanto a nível local, nacional, como europeu. Através da sua transmissão de tradições, costumes e valores, o PCI tanto salvaguarda a memória coletiva como constrói solidariedade entre diferentes gerações e comunidades.

4. Identidade Europeia e Património Cultural Imaterial Europeu

O desenvolvimento da identidade europeia depende da união de valores partilhados com o reconhecimento da diversidade cultural (Fligstein et al.,



2012). Vários investigadores tentaram determinar se uma identidade europeia única e unificada é uma possibilidade. Delanty (2004) afirma que a identidade europeia existe como um desenvolvimento contínuo, e não como um facto estabelecido. O processo de integração do património cultural entre diferentes comunidades impulsiona este desenvolvimento (Fligstein et al., 2012).

Delanty (2003) explica que a identidade europeia se desenvolve através da unificação política e cultural da Europa, permanecendo um processo dinâmico. A base da identidade europeia assenta em valores democráticos, juntamente com direitos comuns e a participação institucional na UE, em vez de elementos étnicos e linguísticos que formam as identidades nacionais. Os cidadãos europeus não adotaram esta identidade de forma uniforme, porque existe de formas fragmentadas e contestadas. Da mesma forma, Lehning (2001) define a identidade europeia como um conceito político emergente, baseado num consenso supranacional dos cidadãos europeus sobre os termos da sua associação política. Ao contrário das identidades nacionais, frequentemente construídas em torno de uma cultura, língua ou património étnico comuns, a identidade europeia assenta em princípios liberal-democráticos de direitos políticos e participação: "A identidade europeia é a disposição de diferentes nacionais para se considerarem a si mesmos, aos seus compatriotas e aos seus concidadãos europeus estrangeiros como membros iguais da comunidade europeia: refere-se a uma preocupação e respeito iguais" (Lehning, 2001, p. 240).

Além disso, Brandtjen (2023, p. 7) argumenta que a identidade europeia não é um conceito homogéneo, pelo que não pode ser definida apenas por fatores culturais ou históricos. Sublinha que "a identidade europeia não é sinónimo da UE" e que se baseia numa mistura de identidades regionais e políticas. Na sua perspetiva, a Europa foi historicamente um espaço política, económica e socialmente fragmentado, e só após a Segunda Guerra Mundial começou a tomar forma como entidade baseada na cooperação económica. No caso europeu, a identidade coletiva deve ser entendida como um processo de coconstrução, onde diferentes Estados, regiões e comunidades negociam as suas posições dentro de um quadro mais amplo. Assim, "a



identidade europeia deve, portanto, ser concebida como uma rede narrativa incorporada numa rede emergente de relações sociais entre as pessoas que vivem na Europa" (Eder, 2009, p. 427).

A relação entre a identidade europeia e a cidadania europeia está intimamente ligada à ideia de legitimidade democrática e de participação política. Lehning (2001, p. 241) argumenta que a cidadania europeia deve ser mais do que um conjunto de direitos legais concedidos pelos Estados-Membros da UE; deve ser uma forma de "responsabilização, não perante os povos separados da Europa, mas responsabilização perante o povo da Europa como um todo". A cidadania europeia deve ser um compromisso cívico ativo, que defenda os valores comuns da União Europeia.

Schreiber (2019) estudou o vínculo intrincado entre a identidade europeia e a União Europeia, sublinhando o papel do património cultural imaterial na coesão comunitária e na definição de um sentido de pertencimento europeu. As políticas culturais da UE utilizaram a identidade europeia para apoiar os seus esforços de promoção do património cultural partilhado, como resposta a crises económicas e políticas. A Declaração de 1973 sobre a Identidade Europeia serve de exemplo primordial de como a cultura foi utilizada para apoiar a integração europeia durante desafios económicos e incertezas geopolíticas. A declaração do Ano Europeu do Património Cultural, em 2018, funcionou como um movimento para utilizar o património como elemento unificador em meio à crescente diversidade cultural (Schreiber, 2019, p. 325).

O inquérito de Brandtjen, realizado entre 2020 e 2022, utilizando a questão "Sente-se europeu?" junto a participantes de diferentes regiões de Espanha, do Reino Unido, de França, de Itália e da Alemanha, revelou que a maioria dos inquiridos nas regiões estudadas possui algum nível de identidade europeia: "Os resultados mostram que existe uma Identidade Europeia, com diferenças interessantes ao longo dos anos" (Brandtjen, 2023, p. 3). Estes resultados indicam que, embora existam diferenças nacionais e regionais, há um sentimento de pertença à Europa entre a população. No entanto, o grau de identificação europeia é consideravelmente diferente e precisa de ser analisado a partir das perspetivas nacional e regional.



O património cultural imaterial é um fator essencial no reforço desta identidade europeia, na medida em que cria um espaço simbólico de pertencimento que atravessa as fronteiras nacionais e promove a diversidade cultural dentro de um quadro comum. As tradições orais, os festivais e as práticas culturais partilhadas por diferentes regiões da Europa ajudam a criar uma consciência coletiva e uma identidade supranacional. O património imaterial torna-se assim não só um legado do passado, mas também um vetor ativo de coesão europeia, que pode servir de base para a concretização da cidadania europeia e como prática que permite às comunidades sustentar e confirmar a sua identidade no contexto do espaço europeu integrado. O património imaterial é importante para promover a coesão social e construir uma identidade europeia sustentável e inclusiva numa Europa diversa (Brandtjen, 2023).

A construção de uma identidade coletiva não é um processo fixo, mas dinâmico, onde "as identidades coletivas são construções narrativas que permitem controlar as fronteiras de uma rede de atores" (Eder, 2009, p. 427). O PCI é um terreno comum entre as diversas identidades local, regional e nacional, e contribui para a construção de uma identidade coletiva baseada no pluralismo cultural e no lema da União Europeia: "Unidos na Diversidade". É possível argumentar que esta multiplicidade de patrimónios culturais locais e nacionais são os blocos de construção de um único espaço cultural europeu, em vez de serem contraditórios. Ao compreender e valorizar o património cultural de diferentes povos, constroem-se pontes através das fronteiras nacionais, contribuindo para uma identidade europeia coletiva baseada na pluralidade e na inclusão. O património imaterial não é apenas uma expressão do passado, mas também um catalisador da coesão social e da cidadania europeia ativa, fornecendo um quadro vivo através do qual os valores e as tradições são transmitidos às gerações futuras, assegurando assim a sua continuidade e relevância na sociedade contemporânea.

Na prática, muitos elementos do património imaterial são transnacionais e ligam várias comunidades europeias, simbolizando valores ou uma história partilhados. Por exemplo, a dieta mediterrânica - adicionada à lista da UNESCO em 2013 (<https://mediterraneandietunesco.org>), com co-



nomeações de Chipre, Croácia, Espanha, Grécia, Itália, Marrocos e Portugal - representa certas atitudes em relação à alimentação.

Isto permite aos europeus celebrar estes elementos comuns e sentirem-se parte de uma família cultural maior, como afirma a UNESCO: "compreender o património imaterial de diferentes comunidades contribui para o diálogo intercultural e incentiva o respeito mútuo por outros modos de vida". Assim, conservar canções populares, épicas orais, artesanato tradicional ou festivais europeus não só protege as culturas nacionais, como também ajuda a criar uma identidade europeia global, baseada na diversidade e no intercâmbio cultural.

A identidade europeia, como explica Castano (2004), é a consciência de fazer parte de um único espaço político e cultural, com valores democráticos e direitos fundamentais como alicerces, e com uma história partilhada criada pelo processo de integração europeia. Não apaga as identidades nacionais, mas coexiste com elas, para criar uma identidade supranacional que é frequentemente considerada "ténue" e dependente do contexto político e económico.

A cidadania europeia é um quadro legal destinado a reforçar esta identidade em desenvolvimento: os cidadãos da UE têm direitos e liberdades que vão além do contexto nacional. No entanto, Fligstein (2012) sublinha que "foi possível construir uma boa quantidade de integração económica e de regulamentação a nível da UE, sem o correspondente desenvolvimento de uma identidade europeia profunda" (Fligstein, 2012, p. 120). O nacionalismo continua prevalente, e as crises económicas e a migração exacerbaram as tensões sociais, o que dificulta a formação de uma identidade europeia sólida.

5. Os Esforços da UNESCO na Salvaguarda do Património Imaterial

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecida em 16 de novembro de 1945, para promover a paz e a



segurança internacionais através da cooperação nas áreas da educação, da ciência, da cultura e da comunicação, respondendo assim aos desafios contemporâneos através de programas e iniciativas adaptados às condições socioeconómicas e políticas. Hoje, a UNESCO tem 193 Estados-Membros e 11 Membros Associados, coordenando iniciativas internacionais destinadas a apoiar o desenvolvimento sustentável e a promover a educação inclusiva, a proteção do património cultural e o livre acesso ao conhecimento (UNESCO, s.d.). A UNESCO tem sido fundamental no aumento da importância do património imaterial em todo o mundo e na Europa.

Entre as suas principais conquistas estão a adoção da Convenção do Património Mundial (1972), a criação do Programa Memória do Mundo (1992), e a implementação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003) (UNESCO, 2024). A UNESCO tem sido também pioneira no estabelecimento de padrões internacionais e na facilitação da cooperação entre nações, para abordar questões globais como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e as desigualdades na educação.

Os princípios fundamentais da UNESCO incluem a promoção da paz, dos direitos humanos e da diversidade cultural, e o incentivo ao diálogo e à cooperação internacionais. A organização visa estabelecer redes de nações que permitam a solidariedade intelectual e moral da humanidade, tão necessária para a manutenção da paz e para o desenvolvimento como objetivo (UNESCO, s.d.). Estes princípios aplicam-se a todo o trabalho da UNESCO nas suas áreas de competência, que abrangem uma conceção abrangente do desenvolvimento humano e da coexistência harmoniosa dos povos.

A Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural Mundial (1972) centrou-se inicialmente na proteção do património material, mas a UNESCO reconheceu mais tarde a necessidade de incluir o património imaterial. A Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, emitida pela UNESCO em 1989, tornou-se o primeiro documento internacional a reconhecer o valor das tradições vivas, embora carecesse de força legal (Ortiz & Madariaga, 2021). O programa Obras-Primas do



Património Oral e Imaterial da Humanidade (2001) serviu de base para estabelecer definições e promover o património cultural imaterial.

A UNESCO estabeleceu a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, em 2003, para criar um sistema legal completo de proteção do património imaterial, que reconheceu oficialmente o seu papel na sustentação da identidade coletiva e na promoção do desenvolvimento sustentável (Duvelle, 2014). A Convenção transformou a forma como os Estados gerem e defendem o seu património cultural imaterial. Estabeleceu um sistema global para proteger o património imaterial, que complementou os tratados existentes centrados na proteção do património material, incluindo monumentos e sítios. A Convenção estabelece o património imaterial como um motor essencial da diversidade cultural, que impulsiona a criatividade humana, mas enfrenta ameaças da globalização e das transformações sociais (UNESCO, 2024). Através da Convenção, os Estados-Membros recebem um convite para localizar e proteger o seu património imaterial, reconhecendo simultaneamente as comunidades como agentes fundamentais neste processo.

No entanto, há críticas quanto à eficácia da implementação da convenção, especialmente em termos dos processos de listagem e da participação real das comunidades locais na proteção do seu património (Ortiz & Madariaga, 2021). "A Convenção de 2003 alargou significativamente o discurso internacional em torno da definição e do significado do património cultural" (Duvelle, 2014, p. 29), mas os desafios relacionados com a globalização, a digitalização e a mudança social levantam novas questões na proteção do património imaterial no século XXI.

Atualmente, a UNESCO apoia a proteção do património imaterial através de mecanismos como a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e a Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente (UNESCO, 2024), que, em 2025, contêm centenas de itens, muitos deles de países europeus. A inclusão nestas listas frequentemente traz visibilidade, orgulho e recursos para ajudar a preservar estas tradições.



A instituição criou também uma rede de Centros de Categoria 2, como o Centro Regional para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial no Sudeste Europeu (RCSICH) e o Centro Internacional de Formação para o Património Cultural Imaterial na Região Ásia-Pacífico (CRIHAP), que facilitam a troca de boas práticas e de iniciativas de investigação (UNESCO, 2024). Além disso, a UNESCO promove estratégias de salvaguarda através do Mecanismo de Assistência Internacional, que apoia as comunidades na documentação e revitalização do património imaterial ameaçado. "As medidas de salvaguarda devem visar assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão, particularmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos vários aspetos deste património" (UNESCO, 2003).

Todos os países da UE ratificaram a Convenção de 2003, comprometendo-se com medidas como a documentação, a educação e políticas de apoio ao património cultural imaterial. Em geral, a UNESCO ajudou a mudar mentalidades: os governos e as instituições veem cada vez mais os festivais, a história oral, o conhecimento tradicional e outras práticas imateriais não como curiosidades ultrapassadas, mas como capital cultural vital que merece proteção. Este reconhecimento internacional permitiu que profissionais locais (por exemplo, artistas populares, falantes de línguas indígenas, artesãos) candidatassem apoio para o seu património, e assegurou que a proteção do património imaterial faz agora parte do discurso das políticas culturais em toda a Europa.

As listas da UNESCO estimularam também a cooperação transfronteiriça, como candidaturas conjuntas (por exemplo, a dieta mediterrânica), que unem países em torno de um património comum.

Na Europa, a UNESCO estabeleceu parcerias com a UE em projetos para integrar o património imaterial na educação e no desenvolvimento sustentável. Por exemplo, a UNESCO e a Comissão Europeia lançaram uma iniciativa para "promover a aprendizagem sobre e através do património cultural imaterial nas escolas", desenvolvendo diretrizes para o ensino do



património vivo e formando docentes em vários países da UE (<https://culture.ec.europa.eu/cultural-heritage>).

6. Os Esforços da UE na Salvaguarda do Património Imaterial Europeu

A União Europeia e o Conselho da Europa reconheceram a importância do património cultural imaterial nas suas políticas culturais, para defender a diversidade cultural, construindo simultaneamente a identidade europeia. A primeira ênfase incidiu sobre o património material, mas o património imaterial tornou-se uma prioridade principal de estudo nas últimas décadas. Os Tratados da UE afirmam o respeito pela diversidade cultural da Europa, e as instituições reconhecem cada vez mais que o património - material e imaterial - é essencial para a coesão social e para uma identidade europeia comum.

As políticas europeias desenvolveram a sua compreensão do património cultural imaterial através de esforços internacionais de reconhecimento do património, que estabeleceram a sua importância para a identidade e a coesão social. A Convenção Cultural Europeia (1954) centrou-se inicialmente na proteção do património material, mas os avanços nos estudos culturais e as pressões da globalização conduziram a uma reavaliação do património imaterial. Este foi definido pelo Conselho da Europa e pela União Europeia como parte integrante da diversidade cultural europeia. A Convenção de Faro sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade (2005) deslocou o seu foco da proteção de monumentos para sublinhar as abordagens centradas nas pessoas e nas comunidades. A Convenção estabelece direitos de património cultural para pessoas e comunidades, de forma a reforçar o valor patrimonial, promovendo simultaneamente a unidade social e o desenvolvimento sustentável (Conselho da Europa, 2005). Reforçou a posição do património cultural imaterial nas políticas de inclusão e participação democrática, estabelecendo um quadro europeu que apoia a Convenção da UNESCO de 2003.



De acordo com o CulturEU Funding Guide (Comissão Europeia, 2021), a União Europeia fornece vários esquemas de financiamento para a conservação e promoção do património cultural imaterial. Estão integrados num quadro estratégico que compreende uma variedade de ações, desde a mobilidade artística até à digitalização e ao crescimento económico. Alguns dos programas mais importantes relevantes para a proteção e promoção do património cultural imaterial são o Europa Criativa, o Horizonte Europa, o Erasmus+, o Corpo Europeu de Solidariedade e o Mecanismo Interligar a Europa.

O Programa Europa Criativa (2021-2027) é o principal instrumento europeu de financiamento para os setores cultural e criativo, oferecendo apoio à mobilidade de artistas, ao desenvolvimento de novos modelos de negócio no setor cultural, e ao apoio à cooperação entre organizações culturais que operam a nível transnacional (<https://culture.ec.europa.eu/creative-europe>). Compreende os subprogramas Cultura e MEDIA, que visam o património imaterial e o setor audiovisual, respetivamente (Comissão Europeia, 2021).

O Horizonte Europa, o programa-quadro para a investigação e a inovação, tem um agrupamento de cultura, criatividade e sociedade inclusiva (Agrupamento 2), que apoia a digitalização de ativos culturais e a investigação sobre a conservação do património cultural (Comissão Europeia, 2021).

Outra fonte de financiamento é o Erasmus+, que apoia a aprendizagem e a formação para a aquisição de competências em património cultural imaterial. O Corpo Europeu de Solidariedade fornece também financiamento para atividades de voluntariado e de inclusão social que conduzem à conservação do património através de ações comunitárias. Além disso, o Mecanismo Interligar a Europa apoia a digitalização do património imaterial através da plataforma Europeia, para dar aos europeus acesso gratuito ao património cultural digital (Comissão Europeia, 2021).

Estes programas demonstram o interesse da União Europeia na conservação e valorização do património cultural imaterial, oferecendo assistência financeira e planos para a sua conservação e transmissão às gerações futuras. Os fundos de desenvolvimento regional da UE têm sido utilizados



para reviver práticas culturais (por exemplo, através da promoção de ofícios locais como parte do desenvolvimento rural).

Outros, como o Ano Europeu do Património Cultural (Comissão Europeia, 2018a), tiveram também uma forte componente de património imaterial. Este evento sublinhou a importância do seu papel na valorização da identidade europeia, afirmando que: "O nosso património cultural é mais do que apenas pedras e edifícios. É algo vivo que partilhamos, algo que pode enriquecer as nossas vidas e ajudar-nos a construir o nosso futuro juntos" (Comissão Europeia, 2018a). Da mesma forma, os antigos Dias Europeus do Património (criados em conjunto com o Conselho da Europa) têm também envolvido eventos de música tradicional, narração de histórias, artesanato e património gastronómico, que permitem aos cidadãos envolverem-se com as práticas culturais uns dos outros.

Assim, ao incentivar tais intercâmbios, a UE permite aos europeus conhecer as diferenças, ao mesmo tempo que aprendem sobre as semelhanças, o que constitui um passo muito importante em direção à formação de uma identidade europeia única. A ideia de Uma Nova Agenda Europeia para a Cultura (Comissão Europeia, 2018b) sublinha também a importância de "aumentar a participação cultural e a transferência do património cultural às gerações futuras, através da educação formal e informal" (Comissão Europeia, 2018b).

É importante notar que a política cultural da UE começou recentemente a olhar tanto para fora, para disseminar os ideais do património europeu no estrangeiro, como para dentro, para incorporar culturas de imigrantes e minorias na história europeia. Por exemplo, a proteção das tradições de minorias linguísticas europeias (catalã, gaélica, Székely, etc.) ou o património de comunidades da diáspora tornou-se parte da abordagem inclusiva ao que se considera "cultura europeia". Como nota Schreiber (2019), a UE tentou utilizar o património cultural como meio de reforçar a solidariedade entre os Estados-Membros e promover a diversidade cultural como parte de uma identidade comum, através de iniciativas incluindo o Ano Europeu do Património Cultural 2018. No entanto, a UE continua a enfrentar desafios na incorporação do património imaterial num quadro geral de política cultural,



uma vez que a maioria dos regulamentos e iniciativas continua orientada para o património material.

Outro mecanismo legal que a UE utiliza é o sistema de indicações geográficas (IG), para salvaguardar os produtos tradicionais que fazem parte do património cultural. Segundo Ubertazzi (2017), a aplicação das IG ajuda os Estados-Membros a salvaguardar elementos do património imaterial, não só dentro do mercado doméstico, mas também no mercado internacional, evitando assim o uso indevido ou a apropriação indevida dos elementos culturais por agentes económicos externos. No entanto, o sistema atual de proteção das IG tem as suas restrições no que respeita à extensão aos países vizinhos. Em particular, Ubertazzi (2017) nota que a proteção das IG tem de ser estendida a cada Estado-Membro independentemente, o que resulta em problemas de fragmentação e custos elevados para as comunidades que procuram conservar o seu PCI no contexto internacional. Existe também um problema de inconsistência na regulamentação da UE sobre a proteção do PCI entre regiões, o que exige leis mais específicas para abordar a proteção do PCI em todos os Estados-Membros.

Além da proteção legal, a UE promove também a digitalização do património cultural imaterial como forma de preservação e transmissão. Segundo Wagner e de Clippele (2023), a digitalização levanta novas questões no contexto da gestão do património cultural, incluindo questões sobre direitos de propriedade intelectual, acessibilidade e utilização ética. Por exemplo, a proteção do PCI no ambiente digital é uma questão que levanta interrogações sobre os direitos coletivos das comunidades sobre os seus elementos culturais, e o perigo da sobrecomercialização do património. Os autores argumentam que é crucial que a digitalização seja feita com a participação das comunidades, para evitar a utilização dos seus elementos patrimoniais de forma não autorizada ou sem reconhecimento.

Conclusão

Em conclusão, as iniciativas da UE e da UNESCO estão interligadas: a UNESCO oferece os meios e o apoio internacional (incentivando os Estados a considerar o património vivo), enquanto as políticas da UE incorporam estes valores nas políticas regionais e no discurso identitário. Assim, transmitem



uma mensagem forte de que preservar uma festa de aldeia em Espanha, uma técnica de tecelagem na Letónia, ou uma canção popular na Grécia, não é uma questão local, mas parte do processo de conservação da diversidade cultural de toda a Europa.

Referências

Arcos-Pumarola, J., Paquin, A. G., & Sitges, M. H. (2023). The use of intangible heritage and creative industries as a tourism asset in the UNESCO creative cities network. *Heliyon*, 9(1).

Brandtjen, R. (2023). European identity in the regions of European identities (No. 5 (Juli 2023)). *IU Discussion Papers-Business & Management*, disponível em <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/274130/1/1855080206.pdf>

Carnival of Binche - UNESCO Intangible Cultural Heritage. (s.d.). <https://ich.unesco.org/en/RL/carnival-of-binche-00033>

Castano, E. (2004). European identity: A social-psychological perspective. *Transnational identities: Becoming European in the EU*, 1, 40-58, disponível em: [https://www.cell.com/heliyon/pdf/S2405-8440\(23\)00313-4.pdf](https://www.cell.com/heliyon/pdf/S2405-8440(23)00313-4.pdf).

Council of Europe (2005) Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society. <https://rm.coe.int/1680083746>

Council of Europe. (2022). *The Faro Convention at work in Europe: Selected Examples*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.

Delanty, G. (2004). Is there a European identity?. *Global dialogue*, 5(3/4), 76-86.

Duvelle, C. (2014). A decade of implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage: Challenges and perspectives. *Ethnologies*, 36(1-2), 27-46, <https://id.erudit.org/iderudit/1037598ar>

Eder, K. (2009). A theory of collective identity making sense of the debate on a 'European identity'. *European journal of social theory*, 12(4), 427-447, disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Klaus-](https://www.researchgate.net/profile/Klaus-Eder/publication/249709856_A_Theory_of_Collective_Identity_Making_Sense_of_the_Debate_on_a_European_Identity/links/59f9a22ca6fdcc075ec9bd17/A-Theory-of-Collective-Identity-Making-Sense-of-the-Debate-on-a-European-Identity.pdf)

[Eder/publication/249709856_A_Theory_of_Collective_Identity_Making_Sense_of_the_Debate_on_a_European_Identity/links/59f9a22ca6fdcc075ec9bd17/A-Theory-of-Collective-Identity-Making-Sense-of-the-Debate-on-a-European-Identity.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Klaus-Eder/publication/249709856_A_Theory_of_Collective_Identity_Making_Sense_of_the_Debate_on_a_European_Identity/links/59f9a22ca6fdcc075ec9bd17/A-Theory-of-Collective-Identity-Making-Sense-of-the-Debate-on-a-European-Identity.pdf)



European Commission. (2018a). European Year of Cultural Heritage: Final Report. Consultado em https://ec.europa.eu/assets/eac/culture/policy/new-narrative/documents/declaration_en.pdf

European Commission. (2018b). New European Agenda for Culture - Background Information. Consultado em https://culture.ec.europa.eu/sites/default/files/2020-08/swd-2018-167-new-european-agenda-for-culture_en.pdf

European Commission. (2021). CulturEU funding guide - EU Funding Opportunities for the Cultural and Creative Sectors 2021-2027. Luxembourg: Publications Office of the European Union, <https://culture.ec.europa.eu/sites/default/files/2021-11/cultureu-funding-guide.pdf>

European Commission. (2024). Creative Europe Programme: Funding Opportunities for Cultural Heritage Projects. Consultado em <https://ec.europa.eu/culture/creative-europe>

Flamenco - UNESCO intangible Cultural Heritage. (s.d.). <https://ich.unesco.org/en/RL/flamenco-00363>

Fligstein, N., Polyakova, A., & Sandholtz, W. (2012). European Integration, Nationalism and European Identity, JCSM: Journal of Common Market Studies, Volume 50. Number S1. pp. 106–122, <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2011.02230.x>.

González, M. V. (2008). Intangible heritage tourism and identity. Tourism management, 29(4), 807-810, <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2007.07.003>

Harrison, R., & Rose, D. (2010). Intangible heritage. In Benton, T. (Editor) Understanding heritage and memory, pp. 238–276. Manchester University Press in association with the Open University, disponível em https://www.academia.edu/776665/Intangible_Heritage

Kihnu cultural space - UNESCO Intangible Cultural Heritage. (s.d.). <https://ich.unesco.org/en/RL/kihnu-cultural-space-00042>

Kirshenblatt-Gimblett, B. (2004). Intangible heritage as metacultural production. Museum international, 56(1-2), 52-65, disponível em: <https://www.stellenboschheritage.co.za/wp-content/uploads/Intangible-Heritage.pdf>.

Klysner Steffensen, A. (2024). From monuments to living heritage. Revisiting the Venice Charter in the conservation of younger industrial heritage. Ochrona Dziedzictwa Kulturowego, <https://doi.org/10.35784/odk.6160>



Lad's dances in Romania - UNESCO Intangible Cultural Heritage. (s.d.).
<https://ich.unesco.org/en/RL/lads-dances-in-romania-01092>

Land-of-Legends programme, for promoting and revitalizing the art of storytelling in Kronoberg Region - UNESCO Intangible Cultural Heritage. (s.d.).
<https://ich.unesco.org/en/BSP/land-of-legends-programme-for-promoting-and-revitalizing-the-art-of-storytelling-in-kronoberg-region-01392>

Lehning, P. B. (2001). European citizenship: towards a European identity?. Law and philosophy, 20(3), 239-282, disponível em:
<https://link.springer.com/content/pdf/10.1023/A:1010681009751.pdf>

Lenzerini, F. (2011). Intangible cultural heritage: The living culture of peoples. European Journal of International Law, 22(1), 101-120,
<https://doi.org/10.1093/ejil/chr006>.

Munjeri, D. (2004). Tangible and intangible heritage: From difference to convergence. Museum international, 56(1-2), 12-20, disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135853>.

Ortiz, S. L., & Madariaga, C. J. (2021). The UNESCO convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage: A critical analysis. International Journal of Cultural Policy, <https://doi.org/10.1080/10286632.2021.1941914>

Organ craftsmanship and music - UNESCO Intangible Cultural Heritage. (s.d.).
<https://ich.unesco.org/en/RL/organ-craftsmanship-and-music-01277>

Raagmaa, G. (2002). Regional identity in regional development and Planning1. European planning studies, 10(1), 55-76,
<https://doi.org/10.1080/09654310120099263>

Ruggles, D. F., & Silverman, H. (2009). From tangible to intangible heritage. In Ruggles, D. F., & Silverman, H.(Editors) Intangible heritage embodied (pp. 1-14). Springer.

Salomon, F., & Peters, R. (2009). Governance and conservation of the Rapaz khipu patrimony. In Ruggles, D. F., & Silverman, H.(Editors) Intangible heritage embodied, 101-125, Springer, disponível em:
<http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/11719/1/44.pdf.pdf#page=107> .

Schreiber, H. (2019). Intangible cultural heritage, Europe, and the EU: dangerous liaisons?. In Cultural Heritage in the European Union (pp. 324-364). Brill, disponível em:
https://www.researchgate.net/profile/Hanna-Schreiber/publication/333347073_Intangible_Cultural_Heritage_Europe_and_the_E



U_Dangerous_Liaisons/links/61ed8ed8c5e3103375b62da9/Intangible-Cultural-Heritage-Europe-and-the-EU-Dangerous-Liaisons.pdf

Shao, Y., Lange, E., Thwaites, K., & Liu, B. (2017). Defining local identity. *Landscape Architecture Frontiers*, 5(2), 24-41. <https://eprints.whiterose.ac.uk/119661/8/2017>

The Venice Charter - International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites, (1964), https://www.charta-von-venedig.de/venice-charter_congress-of-preservation_preamble_english.html

Traditional wall-carpet craftsmanship in Romania and the Republic of Moldova - UNESCO Intangible Cultural Heritage. (s.d.). <https://ich.unesco.org/en/RL/traditional-wall-carpet-craftsmanship-in-romania-and-the-republic-of-moldova-01167>

Tsiattista poetic duelling - UNESCO Intangible Cultural Heritage. (s.d.). <https://ich.unesco.org/en/RL/tsiattista-poetic-duelling-00536>

Ubertazzi, B. (2017). EU Geographical Indications and Intangible Cultural Heritage. *IIC - International Review of Intellectual Property and Competition Law*, 48(5), 562-587, <https://doi.org/10.1007/s40319-017-0603-0>

UNESCO. (2024). Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. Consultado em <https://ich.unesco.org/en/convention>

UNESCO. (s.d.). About UNESCO. Consultado a 15 de janeiro de 2025, em <https://www.unesco.org/en/brief>

Vecco, M. (2010). A definition of cultural heritage: From the tangible to the intangible. *Journal of cultural heritage*, 11(3), 321-324, <https://doi.org/10.1016/j.culher.2010.01.006>.

Wagner, A., & de Clippele, M.-S. (2023). Safeguarding Cultural Heritage in the Digital Era – A Critical Challenge. *International Journal for the Semiotics of Law*, 36, 1915–1923.

Winter festivities, Carnival of Podence - UNESCO Intangible Cultural Heritage. (s.d.). <https://ich.unesco.org/en/RL/winter-festivities-carnival-of-podence-01463>

World Day of Romani Language. (2025, 7 de abril). UNESCO, <https://www.unesco.org/en/days/romani-language>



Capítulo 2. Legislação e regulamentação a nível local, nacional e da UE

Diana Gergova,

Instituto Nacional de Arqueologia com Museu, Academia Búlgara de Ciências (emérita), Comité Nacional Búlgaro do ICOMOS.

1. Introdução

Segundo a UNESCO, "o termo 'património cultural' mudou consideravelmente de conteúdo nas últimas décadas e agora inclui também tradições orais, artes performativas, práticas sociais, rituais, eventos festivos, conhecimentos e práticas relativos à natureza e ao universo, ou o conhecimento e as competências para produzir artesanato tradicional." (s.d.) Definido pela Convenção da UNESCO de 2003, o PCI sublinha as tradições vivas transmitidas ao longo de gerações, fornecendo às comunidades um sentido de identidade e continuidade. A salvaguarda do PCI é um processo complexo, muito delicado e difícil. Exige quadros legais e institucionais abrangentes, operando a nível local, nacional e internacional, bem como uma atitude extremamente ativa da sociedade.

Os elementos de PCI partilhados por vários países, reconhecidos a nível da UE, lançam uma nova luz sobre aspetos desconhecidos de contactos, relações, influências e entendimentos no desenvolvimento histórico comum das nações europeias.

2. O Quadro da UNESCO e o Contexto da UE

A Convenção da UNESCO de 2003 para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial continua a ser a pedra angular dos esforços globais de proteção do PCI. A Convenção apela aos Estados signatários para identificarem, documentarem e salvaguardarem o PCI dentro das suas jurisdições. A UE, como entidade supranacional, alinha-se com estes princípios, fomentando



simultaneamente um quadro que apoia os Estados-Membros na implementação de medidas de salvaguarda.

A política cultural da UE, articulada através de iniciativas como o Europa Criativa, sublinha a importância da diversidade cultural e do património. O Selo do Património Europeu e outros programas visam sensibilizar para o PCI como parte vital da identidade partilhada da Europa. No entanto, a UE não legisla diretamente sobre questões culturais; em vez disso, incentiva os Estados-Membros a agir de acordo com os princípios de subsidiariedade. Esta descentralização permite aos países adaptar as medidas de salvaguarda do PCI às suas paisagens culturais únicas, mantendo simultaneamente o alinhamento com objetivos europeus mais amplos.

3. Abordagens Nacionais e Locais ao PCI

Os quadros legais e institucionais para a salvaguarda do PCI variam significativamente entre os Estados-Membros da UE. No que respeita ao âmbito do projeto, aqui abordaremos apenas brevemente os casos de PCI listados nos Estados-Membros do consórcio. Com base na informação comparativa fornecida, podem retirar-se conclusões sobre a natureza e o conteúdo do PCI. Nesse sentido, será dada particular atenção ao papel da UNESCO.

2.1. GRÉCIA

As políticas de património cultural da Grécia centram-se na integração do PCI na vida comunitária e na identidade nacional. O Ministério da Cultura Helénico supervisiona a preservação do PCI, apoiado por iniciativas locais, como a Música Rebetiko, a Cerimónia da Páscoa de Leonidio, a música e os festivais gregos, a Caravana Polifónica, o Tranos Choros (Grande Dança) em Vlasti e o Festival de Syrrako, as Momoeria, a celebração do Ano Novo em oito aldeias da área de Kozani, e o canto bizantino. Além disso, a Grécia partilha também com outros países mediterrânicos (Itália, Espanha, Portugal) a Dieta Mediterrânica, que incorpora práticas alimentares tradicionais que sublinham alimentos à base de plantas - vegetais, frutas e cereais integrais, e gorduras saudáveis como o azeite virgem extra.



Música Rebetiko: O Rebetiko é a canção popular urbana dos gregos, especialmente dos mais pobres, desde o final do século XIX até à década de 1950. Passou por um processo de sincretismo musical e desenvolveu-se num género musical mais distintivo na década de 1930, servindo de base para desenvolvimentos posteriores na música popular grega. O chamado renascimento do rebetika começou na década de 1960 e desenvolveu-se ainda mais a partir do início da década de 1970. Para preservar o Rebetiko, são organizadas várias iniciativas, incluindo festivais e programas educativos. É importante notar que o Rebetiko foi adicionado às Listas do Património Cultural Imaterial da UNESCO em 2017.

O fascinante costume grego da Páscoa, a Cerimónia da Páscoa de Leonidio, é realizado no Peloponeso. A cerimónia tem lugar na noite da Ressurreição. À medida que os padres começam a cantar Christos Anesti ('Cristo Ressuscitou'), mais de 100 balões de ar quente são lançados e libertados no céu, o que constitui um formidável culminar desta procissão.

A Grécia incluiu também a sua música e os seus festivais, que facilitam a transferência intergeracional de códigos culturais, através das práticas coletivas transmitidas das gerações mais velhas às mais jovens. Estas práticas culturais reforçam, de forma informal, a identidade cultural da comunidade, assegurando a perdurabilidade da memória coletiva através do canto, da dança e da narração de contos e histórias antigas.

A Caravana Polifónica foi inscrita na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade em 2020. O canto polifónico do Épiro é executado por um grupo de cantores com dois a quatro papéis distintos entre eles, e aborda quase todos os aspetos da vida, como a infância, o casamento, a morte, os eventos históricos e a vida pastoril. A organização não governamental "Apiros (Caravana Polifónica)" empreendeu iniciativas para salvaguardar e promover as canções epirotas. (Polyphonic, s.d.)

O Tranos Choros (Grande Dança) em Vlasti, e o Festival de Syrrako, inscritos na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade em 2022, são celebrados em duas Comunidades de Montanha do Norte da Grécia, para comemorar a Dormição da Virgem Maria. Historicamente, estas festividades ortodoxas marcavam a reunião anual das comunidades



pastoris, antes de os pastores de ovelhas ou gado se mudarem para os seus pastos de inverno. A principal característica de ambos os festivais são as danças ritualísticas.

As Momoeria, celebração do Ano Novo em oito aldeias da área de Kozani, Macedónia Ocidental, foram inscritas na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade em 2016. De 25 de dezembro a 5 de janeiro, dançarinos, atores e músicos celebram a chegada do ano novo. Os dançarinos Momoeria representam os sacerdotes de Momos (deus do riso e da sátira), ou comandantes de Alexandre, o Grande, usando capacetes, saias pregueadas, calçado tradicional e brandindo bastões, dançando sob o comando do seu líder, para convencer as forças da natureza a não colocar em risco o sustento dos aldeões. A prática visa principalmente desejar prosperidade à comunidade, descendência saudável, boas colheitas e gestão sustentável dos recursos naturais. (Brief, s.d.)

O canto bizantino, inscrito na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade em 2019, é outro PCI grego. Esta música exclusivamente vocal existe há mais de 2000 anos e é uma tradição cultural significativa e um sistema musical abrangente, que faz parte das tradições musicais comuns desenvolvidas no Império Bizantino. Transmitido oralmente ao longo das gerações, as suas principais características mantiveram-se ao longo dos séculos. A Arte Psáltica esteve sempre ligada à voz masculina; as cantoras são comuns em conventos e participam nas paróquias em certa medida. (Byzantine, s.d.)

2.2 ROMÉLIA

A Roménia salvaguarda o seu PCI através da Lei de Proteção do Património Cultural Imaterial - 2008 - um quadro legislativo alinhado com a Convenção da UNESCO de 2003. O Ministério da Cultura desempenha um papel fundamental na documentação e proteção do PCI. A rica e diversa tradição imaterial da Roménia é representada pela

Inscrita em 2008 na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, a Dança Călușarii. Esta dança ritual é executada na região de



Olt, no sul da Roménia, mas fez também parte do património cultural dos valáquios da Bulgária e da Sérvia. O ritual provavelmente derivou de antigos ritos de purificação e fertilidade que utilizavam o símbolo do cavalo, venerado como encarnação do sol, e apresenta uma série de jogos, esquetes, canções e danças. Inclui também a iniciação de jovens no ritual, por um mestre que herdara o conhecimento dos encantamentos mágicos e dos passos de dança do seu antecessor. A sua preservação é apoiada por instituições culturais locais e festivais anuais no Domingo de Pentecostes e outros festivais folclóricos, transformando-a num verdadeiro símbolo nacional. (Calusarii, 2014)

Em 2012, na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, foi adicionada a cerâmica de Horezu, um ofício tradicional único no norte do Distrito de Vâlcea, no qual homens e mulheres geralmente dividem os processos de fabrico. Os homens selecionam e extraem a terra, limpam, cortam, molham, calcam e misturam - transformando-a numa massa de barro para produzir cerâmica vermelha. Os oleiros moldam cada objeto com uma técnica especial de dedos. As mulheres decoram os objetos. O ofício é transmitido através das famílias, em oficinas de mestre para aprendiz, e em feiras e exposições. O elemento dá à comunidade um sentido de identidade. (Craftsmanship, s.d.)

O Colindat de grupos masculinos, ritual da época do Natal, foi inscrito na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade em 2013. Estes rituais, ligados ao solstício de inverno, integram música, dança e tradições orais, refletindo o património agrário da Roménia. Todos os anos, antes do Natal, grupos de jovens reúnem-se em aldeias por toda a Roménia e a República da Moldávia, para se prepararem para o ritual. Na véspera de Natal, vão de casa em casa a cantar canções festivas, oferecendo os anfitriões presentes rituais e dinheiro. Algumas canções têm conteúdo épico, adaptado às circunstâncias individuais de cada anfitrião; outras destinam-se a raparigas solteiras. (Men's, s.d.) Tradicionalmente, os jovens solteiros (juni) são os principais portadores e praticantes do elemento. (Gherman, 2022) Antigos líderes de grupo experientes são responsáveis pela formação do



grupo. As canções rituais são aprendidas em ensaios diários, desde a formação do grupo até à véspera de Natal.

Outro aspeto do PCI da Roménia é a Música Popular de Maramureş. A região de Maramureş é conhecida pela sua música vigorosa. Os músicos tocam o violino (ceteră), a guitarra (zongoră) e o tambor (dobă) em grandes reuniões, celebrações anuais de festivais, e festas de bairro mais pequenas. As festas de dança tradicionais ocorrem regularmente nas casas dos aldeões, onde fazem música em conjunto de improviso e têm competições poéticas durante toda a noite. (Romania, 2014)

Artesanato tradicional de tapetes de parede na Roménia e na República da Moldávia. Inscrito na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade em 2016. Os tapetes de parede com motivos impressionantes, tecidos na Roménia, mas também na República da Moldávia, eram produzidos através de uma variedade de técnicas, e certos padrões indicavam também a origem do tecelão. Como a descrição da UNESCO sublinha, "Tinham um papel importante nas práticas comunitárias, como parte do dote de uma noiva, em funerais onde simbolizavam uma passagem da alma para o além, etc. As técnicas mudaram de teares verticais ou horizontais, praticados em algumas partes, para a picagem apertada (fio a fio) e outras formas, sendo agora os tecelões capazes de trabalhar a partir de casa. Nas aldeias, as raparigas aprendem a arte com a mãe ou a avó, enquanto nas cidades os centros de artesanato, associações e colégios, bem como museus, oferecem aulas." (Traditional, s.d.)

2.3 CROÁCIA

O vibrante PCI da Croácia reflete as suas diversas culturas regionais. Salvar as tradições seculares é de grande importância para a cultura croata. A preservação do património imaterial recebeu um quadro legal em 1999, através da Lei de Proteção e Preservação de Bens Culturais, Artigo 9.º, e o Departamento de Património Cultural Imaterial foi criado no âmbito do Ministério da Cultura e dos Media em 2004. Em 2005, o Parlamento croata ratificou a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003), seguida de ações eficazes relacionadas com a proteção e preservação



do PCI. O Ministério da Cultura e dos Media, através dos departamentos de conservação relevantes, situados por toda a Croácia de acordo com a divisão administrativa do país, assegura a comunicação direta com as pessoas relevantes relacionadas com o património cultural imaterial em determinadas áreas. As comunidades, os grupos e os indivíduos são educados e continuam a transmitir a sua tradição, como contributo direto da entrada no Registo nacional, e especialmente nas listas da UNESCO. Uma tendência positiva é o envolvimento das escolas e instituições universitárias, como determinantes da identidade tanto de indivíduos como de comunidades.

As medidas de preservação implementadas pelas comunidades e detentores de elementos imateriais inscritos no Registo Nacional incluem uma vasta gama de atividades (transmissão direta de conhecimento, apresentação e documentação de bens, publicação de materiais promocionais e educativos, programas e planos estratégicos locais e nacionais, festivais, exposições, workshops, educação em escolas e universidades, criação de centros relevantes de património imaterial, etc.).

O Ministério da Cultura da República da Croácia inscreveu mais de 200 bens culturais imateriais no Registo de Bens Culturais da República da Croácia, dos quais 17 foram inscritos em três listas da UNESCO do Património Cultural Imaterial da Humanidade: a Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade (15 bens), a Lista do Património Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente (1 bem), e o Registo de Boas Práticas de Salvaguarda do Património Imaterial (1 bem). Algumas das diretrizes que orientam a República da Croácia na condução de atividades de preservação do património imaterial são resultados duradouros, planeamento de qualidade, gestão do património local, e cooperação internacional, europeia e transfronteiriça. É também dada especial atenção ao património imaterial das minorias na Croácia, bem como à representação justa de vários grupos vulneráveis na comunidade local.

Entre estes, inscritos pela UNESCO, está a antiga técnica vocal da Dalmácia, o Canto Ojkanje, classificado como Necessitando de Salvaguarda Urgente. O canto a duas vozes Ojkanje é executado por dois ou mais cantores



(masculinos ou femininos), utilizando uma técnica distintiva de vibração vocal criada na garganta. Cada canção dura o tempo que o cantor principal consegue manter a respiração. As melodias baseiam-se em escalas tonais limitadas, maioritariamente cromáticas. O Ojkanje é tradicionalmente transmitido oralmente, sendo os meios audiovisuais e a formação organizada dentro de grupos folclóricos locais cada vez mais importantes na sua transmissão. (Ojkanje, s.d.)

Sarah-Jane descreve o Torneio dos Cavaleiros em Sinj, também conhecido como Sinjska Alka. Foi inscrito na lista da UNESCO em 2010. (2021) Este evento equestre único tem lugar em agosto, na cidade de Sinj, desde 1715. O evento consiste numa competição equestre onde cavaleiros trajados galopam a toda a velocidade, armados com uma lança, na tentativa de acertar num anel metálico chamado 'Alka', suspenso a vários metros do chão. (Sarah-Jane, 2021) A Sinjska Alka é um dos poucos exemplos remanescentes de competições medievais realizadas na Croácia até ao século XIX, e é uma parte essencial da história local. (Sinjska, s.d.)

A lista do PCI croata da UNESCO inclui também festividades como Seguir a Cruz na Ilha de Hvar, onde uma cruz de 18 kg é transportada por portadores descalços, às 13h de Quinta-Feira Santa, em seis aldeias. Os membros da procissão são escolhidos aproximadamente 20 anos antes, através de um sistema de registo. (Za Krizen, s.d.). Em 2009, foi adicionado o Desfile Anual dos Tocadores de Sinos do Carnaval de Kastav, no noroeste da Croácia. Entre janeiro e a Quarta-Feira de Cinzas, o carnaval visa convidar a fertilidade e o crescimento, com homens a desfilarem vestidos de pele de carneiro com sinos. Outro PCI religioso inclui a Festividade do padroeiro de Dubrovnik, São Brás, através de um ritual de bênçãos e orações para o ano vindouro, e um desfile de canções e danças tradicionais. (Just, 2014), e a Procissão da Primavera das Ljelje/Kraljice (Rainhas), executada por raparigas, de Gorjani, incluída na lista da UNESCO em 2009.

A música é outra área de vastos contributos ao PCI. O Canto Multiparte Klapa da Dalmácia, sul da Croácia (2012), o Canto e a Execução a Duas Vozes na Escala Istriana, a Međimurska Popevka, e o canto Becarac, um tipo de canção popular humorística, enriquecem todos a lista de padrões locais de



expressão. A Dança Silenciosa em Círculo do Interior Dalmático "Nijemo Kolo" foi incluída em 2011. A dança, executada sem qualquer música, é um círculo fechado, com os homens a guiar as suas parceiras femininas em passos rápidos e não planeados. (Sarah-Jane, 2021)

Além disso, o Fabrico Tradicional de Brinquedos de Madeira para Crianças em Hrvatsko Zagorje foi adicionado em 2009, e o Fabrico de Pão-de-Especiarias do Norte da Croácia, chamado Licitars, foi também incluído na lista em 2010. A Arte da Construção em Pedra Seca, Conhecimento e Técnicas, e a Renda de Pag e Hvar fazem também parte da lista de PCI croata.

Por fim, mas não menos importante, o Projeto Comunitário de Salvaguarda da Cultura Viva de Rovinj "Ecomuseu Batana" foi criado para formar e educar o público sobre uma peça importante do património marítimo - o barco batana. Este projeto foi incluído no Registo de Boas Práticas de Salvaguarda. A Dieta Mediterrânica é também parte do PCI da Croácia.

2.4 POLÓNIA

A abordagem da Polónia ao PCI sublinha a interação entre tradição e modernidade. O Conselho Nacional do Património (NHB), sob o Ministério da Cultura e do Património Nacional, gere o PCI. O NHB é responsável pela salvaguarda, apoio e gestão de iniciativas locais. O Conselho mantém um mecanismo para a inclusão de exemplos de PCI numa única lista. Desde 2013, a lista tem 108 registos, incluindo uma vasta variedade de hábitos locais, tradições, artesanato e festividades. O Conselho fornece também sugestões de "boas práticas", facilmente acessíveis no seu website. (Narodowy, s.d.)

Entre a lista representativa do Património Cultural Imaterial da UNESCO estão a tradição do presépio (szopka) em Cracóvia, a Cultura da Apicultura em Árvore (Bartnictwo), a Polonaise, dança tradicional polaca, a Flutuação de Madeira em Rio, e a Falcoaria. A tradição do szopka em Cracóvia foi inscrita em 2018 na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial. É uma prática social originária dos costumes da celebração do Natal, centrada na construção de presépios que representam a cena da natividade, retratando



também eventos sociais históricos, culturais e contemporâneos relacionados com a vida na Cidade de Cracóvia, na Polónia e no mundo. (Nativity, s.d.) O momento culminante ocorre na primeira quinta-feira de cada dezembro, quando os criadores apresentam os seus szopki na Praça Principal do Mercado de Cracóvia. Todas as obras são exibidas no Museu Histórico da Cidade de Cracóvia, de dezembro a fevereiro.

A Cultura da Apicultura em Árvore (Bartnictwo) foi o tipo mais comum de apicultura em todas as áreas da antiga Comunidade Polaco-Lituana, até ao século XIX. Esta tecnologia de apicultura ecológica e sustentável está bem preservada em áreas rurais do sudeste da Bielorrússia e em algumas comunidades da região de Podlasie, na Polónia. A "Irmandade dos apicultores de árvore descalços" trabalha na continuação de tradições antigas e na preservação do tecido cultural para as gerações futuras. (Treebeekeeping, 2020) A Apicultura em Árvore foi inscrita na lista da UNESCO em 2020. (Treebeekeeping, s.d.)

A alegre dança de grupo polaca Polonaise foi inscrita na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial em 2023. Esta dança é um dos símbolos mais explícitos da cultura polaca, consistentemente estimado e transmitido às gerações seguintes. Devido à sua natureza inclusiva, que permite a participação de poucos a várias centenas de pares, a dança proporciona integração social e pertencimento comunitário. Os dançarinos seguem uma trajetória proposta pelo primeiro par, durante a qual os pares executam várias figuras. A dança continua a ser uma parte indispensável dos bailes de juventude e de outras celebrações.

A Flutuação de Madeira em Rio (Flisactwo) é praticada principalmente nas partes meridionais da Polónia, bem como noutros países europeus, como a Áustria, a Chéquia, a Alemanha, a Letónia e a Espanha. Até hoje, surgiu uma comunidade que partilha o conhecimento, as competências, as técnicas e os valores da construção e navegação de jangadas de madeira, e a tradição e os processos de construção têm sido cultivados durante gerações. (Decision, 2022) Teve origem na Idade Média, quando as jangadas eram utilizadas para transportar madeira, mercadorias e pessoas, aproveitando os fluxos naturais de água. Hoje, esta tradição, desenvolvida também como atração turística,



continua a ser outra prática ecologicamente sustentável, que protege a água e atrai visitantes. A Flutuação de Madeira foi inscrita na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da UNESCO em 2022.

Enquanto isso, a Falcoaria é uma tradição milenar em todo o mundo, tendo sido inscrita em 2021 na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial, como parte do Património Cultural Polaco. A comunidade da falcoaria inclui entidades de apoio, como hospitais de falcões, centros de criação, agências de conservação e fabricantes de equipamento tradicional. (Falconry, s.d.)

2.5 PORTUGAL

As políticas culturais de Portugal sublinham o PCI como pedra angular da identidade nacional. A Lei do Património Cultural Português (Lei n.º 107/2001) havia previsto uma definição de património cultural que reconhecia a sua dimensão imaterial, dentro de uma definição mais ampla com aplicação limitada na prática. Após a ratificação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em 2008, o Decreto-Lei n.º 139/2009 colocou uma maior ênfase nas particularidades do PCI, de forma a traduzir as normas internacionais de património em legislação nacional. Em 2011, foi criado o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, assumindo o formato de uma base de dados digital - a Matriz PCI. Os museus foram considerados os principais agentes responsáveis pela salvaguarda do PCI, mas mudanças posteriores no quadro institucional conduziram ao enfraquecimento do seu papel nas políticas de PCI. Existem 17 elementos de PCI inscritos, mais três elementos inscritos na categoria de "salvaguarda urgente". Além disso, há 84 fichas de inventário em análise. A Direção-Geral do Património Cultural coordena os esforços de preservação.

Exemplos de PCI português consistem nos seguintes registos. O Fado, inscrito na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial em 2011. As festividades de inverno durante o Carnaval de Podence, em 2019. As festividades comunitárias em Campo Maior, inscritas em 2021. Durante as Festividades de Campo Maior, as ruas são decoradas com flores de papel de



várias formas, cores e padrões. As decorações são mantidas em segredo até à véspera das festividades, quando a cidade se transforma completamente durante a noite.

Além disso, o canto polifónico do sul de Portugal, o Cante Alentejano, foi inscrito na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade em 2014. A lista inclui também o Artesanato dos bonecos de barro de Estremoz, inscrito em 2017. Portugal partilha também a dieta mediterrânica e a falcoaria com vários outros países.

2.6 Bulgária

A Portaria n.º 1, de 8 de maio de 2013, sobre a manutenção do Registo do Património Cultural Imaterial da República da Bulgária, foi promulgada no Jornal Oficial, edição 45, de 18 de maio de 2013. Determina o procedimento para a manutenção, pelo Ministério da Cultura, do registo do património cultural imaterial do país. O registo deve ser mantido como uma base de dados eletrónica única, de forma a assegurar a integridade e a proteção da informação contra a destruição e a alteração não autorizada. O Ministro da Cultura determina, por despacho, os funcionários que mantêm o registo. Os museus e os centros culturais comunitários (Chitalishte), com a sua experiência prática, são considerados as principais instituições responsáveis pela vitalidade do PCI do país.

A metodologia e as instruções relacionadas com a introdução de registos na Lista Nacional são desenvolvidas por uma equipa do Instituto de Etnologia e Folclore com Museu Etnográfico da Academia Búlgara de Ciências (IEFEM na BAS). A definição "Tesouros humanos vivos do Programa Piloto da UNESCO" é introduzida como prova das tradições culturais vivas dos cidadãos da Bulgária.

Apesar da extraordinária diversidade do PCI no seu território, a Bulgária tem apenas 7 PCI na Lista Representativa da Humanidade, inscritos entre 2009 e 2021. Estão disponíveis 19 elementos inscritos na Lista Representativa Nacional do Património Cultural Imaterial (2010-2014). A razão pode estar na falta de um sistema coerente de instituições, com responsabilidades vagas



pelo seu registo e proteção. A aldeia de Bistritsa é uma das últimas áreas na Bulgária onde a polifonia tradicional se manteve ao longo dos séculos. Infelizmente, a prática tradicional de canto multiparte, única das aldeias búlgaras de Dolen e Satovcha, na região de Blagoevgrad, foi inscrita em 2021. Em 2009, foi inscrito o Panagyr dos Santos Constantino e Helena. O seu culminar é o rito de dança sobre fogo Nestinarstvo, como ponto alto do ritual anual do Panagyr, a 3 e 4 de junho, na aldeia de Bulgari, na região do Monte Strandzha, no sudeste da Bulgária. Em 2014, começou a ser reconhecida a tradição de tecelagem de tapetes em Chiprovtsi, onde tapetes tecidos à mão são feitos por mulheres no noroeste da Bulgária. As formas de ornamentação mais conhecidas são reproduzidas em toda a comunidade e constituem mesmo o brasão da cidade. Em 2015, a festa popular Surva (13-14 de janeiro), na região de Pernik, foi inscrita. O núcleo da celebração é um ritual popular de mascarada. As práticas culturais associadas ao 1 de março foram inscritas em 2017. Assim, foram sancionadas as antigas tradições de celebrar o início da primavera. A prática principal consiste em fazer, oferecer e usar um fio vermelho e branco, que é depois desatado quando se avista a primeira árvore em flor, andorinha ou cegonha. Os fios, conhecidos como Martenitsa, são também apreciados noutros países balcânicos.

Duas instituições significativas estão inscritas no Registo de Boas Práticas de Salvaguarda. O Festival de Folclore em Koprivshtitsa, selecionado em 2016 (Inscrição: 11.COM 10.c.3), e o Chitalishte búlgaro (Centro Cultural Comunitário), como experiência prática na salvaguarda da vitalidade do Património Cultural Imaterial, em 2017 (Inscrição: 12.COM 11.e.2). Os chitalishte búlgaros (centros culturais comunitários) estão uniformemente distribuídos por todo o território da Bulgária. São criados pelas próprias comunidades e estão abertos a todos, independentemente do género e das opiniões políticas e religiosas. Os primeiros chitalishta foram criados em 1856, em ligação com o reforço de tendências educativas e movimentos de libertação no país sob domínio otomano, e têm sido reconhecidos como uma unidade organizacional fundamental da sociedade búlgara desde então. De acordo com a Lei dos Chitalishta de 1996, os chitalishta são organizações autorreguladoras não governamentais. Por lei, realizam atividades culturais



e educativas destinadas a salvaguardar os costumes e as tradições do povo búlgaro, assegurando o acesso à informação, distribuindo conhecimento e familiarizando a comunidade com os valores e as conquistas da ciência, das artes e da cultura. Os chitalishta são centrais no processo de transmissão do património cultural imaterial no país, desempenhando os membros mais velhos um papel fundamental em incentivar os jovens a envolverem-se.

3. Elementos de PCI Partilhados entre Países da UE

O PCI transcende as fronteiras nacionais, fomentando identidades culturais partilhadas dentro da UE. Exemplos-chave incluem:

1. Dieta Mediterrânica: Reconhecida como património partilhado da Grécia, de Portugal e da Croácia, a dieta sublinha a sustentabilidade e as tradições comunitárias.
2. Apicultura: A apicultura tradicional na Polónia e na Bielorrússia destaca a gestão ambiental e o património rural.
3. Música e Dança: O PCI de cada país inclui formas tradicionais de música e dança, sublinhando a universalidade das artes expressivas. A Dança Călușarii, da região de Olt, no sul da Roménia, faz também parte do património cultural dos valáquios da Bulgária e da Sérvia.

4. Desafios e Oportunidades

A preservação do PCI dentro da UE enfrenta vários desafios, incluindo a globalização, a urbanização e o declínio da participação comunitária. No entanto, surgem oportunidades através de programas de financiamento da UE, da cooperação transfronteiriça, e de tecnologias digitais para a documentação e a disseminação.

Conclusão

A salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI) dentro da União Europeia reflete uma interação complexa entre quadros locais, nacionais e supranacionais. Cada Estado-Membro - da Grécia à Roménia, Croácia,



Polónia e Portugal - contribui de forma única para este esforço coletivo, baseando-se em tradições seculares, ao mesmo tempo que se adapta às realidades contemporâneas. A Convenção da UNESCO de 2003 serve de guia fundamental para harmonizar estes esforços em diversas paisagens culturais.

A importância do PCI vai além do seu significado cultural. É um veículo para fomentar a coesão social, sustentar identidades regionais e promover o desenvolvimento sustentável. Por exemplo, a dança Călușarii da Roménia e a música Fado de Portugal não só preservam expressões artísticas, como também proporcionam oportunidades económicas através do turismo cultural. Da mesma forma, elementos patrimoniais partilhados, como a Dieta Mediterrânica, demonstram o potencial do PCI para unir divisões culturais e geográficas dentro da UE.

No entanto, a preservação do PCI não está isenta de desafios. A globalização, a urbanização e as mudanças demográficas ameaçam a transmissão de tradições às gerações futuras. Nas áreas rurais, a emigração das populações mais jovens agrava ainda mais o declínio das práticas tradicionais. Além disso, o financiamento insuficiente e a falta de consciencialização pública frequentemente dificultam medidas eficazes de salvaguarda.

Para enfrentar estes desafios, deve dar-se maior ênfase à educação, ao envolvimento comunitário e à colaboração transfronteiriça. As plataformas digitais oferecem soluções inovadoras para documentar e disseminar o PCI, assegurando a sua acessibilidade a públicos mais amplos. Programas da UE, como o Europa Criativa e o Horizonte Europa, podem apoiar ainda mais estes esforços, fornecendo recursos financeiros e fomentando a cooperação entre os Estados-Membros.

Olhando para o futuro, o papel do PCI no fomento da identidade e da unidade europeias não pode ser subestimado. À medida que a UE navega num mundo cada vez mais interligado, a sua diversidade cultural continua a ser uma fonte de força e resiliência. Ao priorizar a salvaguarda do PCI, a UE não só preserva o seu passado, como também constrói uma base para um futuro mais inclusivo e sustentável. Neste contexto, as tradições de tecelagem da Roménia, a música Rebetiko da Grécia, o Szopkarstwo da



Polónia, a produção de cortiça de Portugal, e o canto Ojkanje da Croácia representam mais do que artefactos culturais - incorporam o espírito vivo do património da Europa, ligando comunidades através de gerações e fronteiras.

Em última análise, a salvaguarda do PCI exige uma abordagem equilibrada, que respeite as particularidades locais, fomentando simultaneamente um sentido partilhado de responsabilidade. As experiências dos Estados-Membros da UE ilustram que, com esforços coordenados, estratégias inovadoras e investimento sustentado, a rica tapeçaria do património imaterial da Europa pode continuar a prosperar, inspirando as gerações vindouras.

Referências

Brief presentation of the element of Intangible Cultural Heritage, (ICH)<https://ayla.culture.gr/wp-content/uploads/2016/11/momoeria.pdf>

Byzantine chant, <https://ich.unesco.org/en/RL/byzantine-chant-01508>

Calusarii – the ritual dance, 7.12.2014, Tours Romania, <https://toursromania.wordpress.com/2014/12/07/calusarii/>

Chasing the donkey says: Croatian culture is a masterpiece!, Just Dubrovnik, 15.10.2014, <https://justdubrovnik.com/chasing-the-donkey-says-croatian-culture-is-a-masterpiece/>

Craftsmanship of Horezu ceramics, <https://ich.unesco.org/en/RL/craftsmanship-of-horezu-ceramics-00610>

Decisión del Comité intergubernamental: 17.COM 7.B.41 <https://ich.unesco.org/es/decisiones/17.COM/7.B.41>

Falconry, a living human heritage, <https://ich.unesco.org/en/RL/falconry-a-living-human-heritage-01708>

Gherman Naomi, The Colindat Men's Group, a UNESCO Christmas Tradition, 3Seas Europe, 13.12.2022, <https://3seaseurope.com/colindat-juni-christmas-tradition/>



Men's group Colindat, Christmas-time ritual,
<https://ich.unesco.org/en/RL/men-s-group-colindat-christmas-time-ritual-00865>

Narodowy Instytut Dziedzictwa, <https://niematerialne.nid.pl/>

Nativity scene (szopka) tradition in Krakow,
<https://ich.unesco.org/en/RL/nativity-scene-szopka-tradition-in-krakow-01362>

Ojkanje Singing, UNESCO, <https://ich.unesco.org/en/USL/ojkanje-singing-00320>

Polyphonic.gr,
https://www.polyphonic.gr/index.php?option=com_content&view=article&id=96&Itemid=1316&lang=en

Romania: Festive Music from the Maramures Region, 2014,
<https://folkways.si.edu/romania-festive-music-from-the-maramures-region/world/music/album/smithsonian>

Sinjska Alka, a knights' tournament in Sinj, UNESCO,
<https://ich.unesco.org/en/RL/sinjska-alka-a-knights-tournament-in-sinj-00357>

Sarah-Jane, UNESCO Intangible Cultural Heritage In Croatia, 7.10.2021,
https://www.chasingthedonkey.com/croatian-culture-unesco-intangible-cultural-heritage/#1_Ojkanje_Singing

The 'Za Križen' Procession, Jelsa, <https://visitjelsa.hr/en/11918/procesija-za-krizen/>

Traditional wall-carpet craftsmanship in Romania and the Republic of Moldova,
<https://ich.unesco.org/en/activities/traditional-wall-carpet-craftsmanship-in-romania-and-the-republic-of-moldova-00514>

Tree beekeeping culture <https://ich.unesco.org/en/RL/tree-beekeeping-culture-01573>

Treebeekeeping culture at UNESCO list !, 28.12.2020
<https://bartnictwo.com/en/2020/12/28/treebeekeeping-culture-at-unesco-list/>



UNESCO (s.d.), What is Intangible Cultural Heritage?,
<https://ich.unesco.org/en/what-is-intangible-heritage-0000>



Capítulo 3. Tipos de PCI - Categorização do património imaterial

Codrina Csesznek, PhD

Florina Harabagiu, Doutoranda

Universidade Transilvania de Brasov, Roménia

1. Definição de património cultural imaterial (PCI)

Em 2003, reconhecendo o valor inestimável do património cultural imaterial da humanidade, mas ao mesmo tempo reconhecendo os riscos da sua deterioração ou mesmo perda, a UNESCO adotou a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, um documento programático destinado a salvaguardar este tipo de património cultural, a assegurar o respeito por ele dentro dos grupos e comunidades sociais, a sensibilizar para a sua importância, bem como a fornecer cooperação e assistência internacionais (UNESCO, 2022).

Esta Convenção define o conceito de Património Cultural Imaterial da seguinte forma: "as práticas, representações, expressões, conhecimentos, competências - bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais a eles associados - que as comunidades, os grupos e, nalguns casos, os indivíduos reconhecem como parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em resposta ao seu ambiente, à sua interação com a natureza e à sua história, e fornece-lhes um sentido de identidade e continuidade, promovendo assim o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana" (UNESCO, 2022, p.5).

O mesmo documento estabeleceu cinco dimensões do Património Cultural Imaterial (PCI):



"(a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como veículo do património cultural imaterial;

(b) artes performativas; (c) conhecimentos e práticas relativos à natureza e ao universo;

(d) artesanato tradicional" (UNESCO, 2022, p.5-6).

Em 2012, o primeiro Estudo da OMT sobre Turismo e Património Cultural Imaterial adicionou a música à dimensão "artes performativas" e as práticas culinárias como outra dimensão distinta do PCI (UNWTO, 2012).

O website da UNESCO (2024) contém uma grande quantidade de informação útil para compreender o conceito de PCI, como explicar o seu papel e descrever as suas diferentes dimensões. Seleccionámos algumas destas abaixo:

"Embora frágil, o património cultural imaterial é um fator importante na manutenção da diversidade cultural face à crescente globalização. A compreensão do património cultural imaterial de diferentes comunidades ajuda no diálogo intercultural e incentiva o respeito mútuo por outros modos de vida."

"A importância do património cultural imaterial não é a manifestação cultural em si, mas sim a riqueza de conhecimentos e competências que é transmitida através dela de uma geração para a seguinte. O valor social e económico desta transmissão de conhecimento é relevante tanto para grupos minoritários como para os principais grupos sociais dentro de um Estado, sendo tão importante para os Estados em desenvolvimento como para os desenvolvidos."

Na mesma página, a UNESCO destaca também algumas características do PCI: refere-se a tradições, mas também a práticas contemporâneas; é inclusivo, contribuindo para "a coesão social, incentivando um sentido de identidade e responsabilidade que ajuda os indivíduos a sentirem-se parte de uma ou de diferentes comunidades e a sentirem-se parte da sociedade em geral"; é representativo da história e da cultura das comunidades; e, por



fim, mas não menos importante, é de base comunitária, no sentido em que tem de ser reconhecido como tal pelos membros da comunidade.

2. Categorizar o património cultural imaterial: abordagens e desafios

Gireesh e Anand (2022) discutem os desafios de classificar o património cultural imaterial (PCI), de acordo com o esquema da UNESCO descrito acima, que divide o PCI em cinco categorias: tradições e expressões orais, artes performativas, práticas sociais e rituais, conhecimento sobre a natureza e o universo, e artesanato tradicional. Embora este quadro seja eficaz a nível internacional, os autores argumentam que não consegue captar totalmente a complexa especificidade de diferentes culturas, como o património cultural da Índia, que se caracteriza por uma diversidade excecional de formas regionais de expressão, bem como por um rico património de tradições transmitidas intergeracionalmente.

Os mesmos autores argumentam que as cinco categorias propostas pela UNESCO são demasiado gerais para cobrir adequadamente a complexidade da cultura indiana, o que pode restringir tanto a documentação como a gestão do património cultural. Dentro de "tradições e expressões orais", sugerem uma subdivisão por género (poesia, canções, baladas, lendas e mitos), bem como classificações baseadas na origem (mitológica ou anónima) e no modo de transmissão (familiar ou através de escolas tradicionais). Para as "artes performativas", como a dança e a música tradicionais, os autores recomendam uma classificação adicional por formas e estilos específicos, considerando variações regionais distintas. Os autores dão como exemplos a dança Chhau, a dança Kalbelia e o drama religioso Ramlila.

Dentro de "práticas sociais, rituais e eventos festivos", Gireesh e Anand (2022) propõem uma estrutura de classificação baseada na tipologia (rituais religiosos, cerimónias familiares, festivais e ritos de passagem) e no significado cultural, incorporando assim práticas como o Kumbh Mela e o



Durga Puja, que refletem o alinhamento com o ciclo agrícola e o calendário religioso. O "conhecimento sobre a natureza e o universo", como o Ayurveda e a astronomia tradicional, são vistos como exigindo uma documentação rigorosa, dada tanto a sua transmissão oral como a sua aplicabilidade prática às comunidades locais.

Na área do "artesanato tradicional", os mesmos autores sugerem uma abordagem sistemática, envolvendo classificações baseadas nas técnicas e materiais utilizados, com exemplos como trabalhos em metal e têxteis, cerâmica e entalhe em madeira. Um exemplo notável é a técnica de trabalho em latão e cobre da comunidade Thatheras, no Punjab, já um sítio patrimonial da UNESCO.

Este esquema de classificação mais abrangente, proposto pelos dois autores, poderia ser uma ferramenta não só para uma documentação mais detalhada, como também para preservar melhor as especificidades regionais e para aumentar a acessibilidade do património cultural imaterial, assegurando assim uma representação mais precisa e uma gestão mais eficaz da diversidade cultural.

O património cultural imaterial engloba todas as manifestações imateriais da cultura e constitui uma diversidade do património vivo da humanidade, sendo simultaneamente o meio mais importante de promoção da diversidade cultural. Dentro dele, os ofícios são uma forma de cultura artesanal ativa, refletindo o trabalho e a sabedoria acumulados por uma nação ao longo de uma longa evolução social. A tradição do ofício é um dos fatores essenciais que facilitam a transmissão do património cultural de uma geração para a seguinte (Li et al., 2024).

Segundo Shi et al. (2024), o PCI representa uma categoria única de património cultural, que detém um importante valor histórico, cultural e artístico, servindo simultaneamente de tesouro coletivo humano que exhibe a identidade étnica e o pertencimento comunitário. As características essenciais do património cultural imaterial permitem a sua adaptação ao espaço digital, onde se torna acessível através de formatos modernos que alcançam públicos em todo o mundo, e a digitalização cria um recurso



educativo interativo para as gerações futuras estudarem o património cultural.

Fredheim e Khalaf (2016) analisam as categorias de valor patrimonial utilizadas na conservação e na gestão, salientando que estas categorias são implementadas sem uma compreensão completa dos efeitos da inclusão ou da exclusão. Os autores afirmam que isto resulta em avaliações superficiais do significado patrimonial, porque as decisões dependem de juízos de valor implícitos, e não explícitos. Król (2021) sublinha que a avaliação do património cultural imaterial continua a ser desafiante, mantendo, no entanto, importância essencial para a preservação da tradição e a transmissão da história ao nível do património global.

Um sistema de classificação patrimonial, chamado Modelo de Valores Culturais de Stephenson, foi introduzido por Fredheim e Khalaf (2016), com o objetivo de adaptar os valores culturais para incluir elementos materiais e imateriais, e para compreender a natureza multifacetada do património cultural.

O sistema de classificação consiste em três categorias principais: formas, relações e práticas, para oferecer uma compreensão abrangente do património cultural, para além dos métodos convencionais de classificação.

'Formas', a primeira categoria, reflete sobre a aparência do património, juntamente com os seus elementos arquitetónicos, estruturas históricas e disposições espaciais. O património valoriza os componentes feitos pelo homem e naturais que geram efeitos visuais e estéticos no mundo físico.

A segunda categoria, 'relações', centra-se nas ligações significativas que as pessoas estabelecem com o património, incluindo a identidade, as memórias coletivas, o sentido de pertencimento e os valores espirituais. As relações demonstram como o património afeta comunidades e indivíduos através de laços emocionais e simbólicos, significativos para diferentes grupos sociais.

A terceira categoria, 'práticas', engloba as tradições, os rituais e as atividades relacionadas com o património, que ajudam a manter e a aprofundar a sua relevância na vida social. As atividades humanas, juntamente com os processos naturais, fazem parte das práticas, que incluem rituais e a



utilização de locais e objetos históricos. Esta categoria revela a qualidade dinâmica do património, através da sua transformação contínua devido à utilização ativa.

Para além destas categorias, os autores introduzem também o conceito de 'dimensões de valor', como conceito adicional para explicar quais as características patrimoniais que se tornam significativas. O património obtém o seu valor a partir de quatro dimensões essenciais: o valor associativo (que liga a pessoas, locais ou eventos), o valor sensorial (que reflete a beleza e o prazer estético), o valor probatório (que serve de fonte de conhecimento e investigação), e o valor funcional (que demonstra a utilidade atual). Os autores utilizam o seu quadro de classificação para desenvolver um sistema versátil que apoia uma gestão patrimonial integrada, abordando simultaneamente as mudanças nos significados do património cultural.

Os estudos conduzidos por Fredheim e Khalaf (2016) e Król (2021) demonstram um problema crítico dentro da conservação do património cultural, uma vez que os métodos de avaliação atuais permanecem superficiais e limitados no seu âmbito. Num mundo onde o património não é apenas uma coleção de objetos físicos, mas também uma rede de relações e práticas que dão significado às identidades coletivas, avaliações rígidas e simplificadas não conseguem captar a real complexidade do património cultural. O modelo cultural desenvolvido por Fredheim e Khalaf, que une elementos patrimoniais materiais e imateriais, fornece um caminho essencial para reforçar a gestão autêntica do património cultural. O quadro de avaliação deve reconhecer os múltiplos valores que as comunidades atribuem ao património, de forma a que os processos de conservação e gestão protejam a sua essência simbólica e social.

3. Reforçar a variedade de formas de PCI utilizando tecnologia

A investigação contemporânea sublinha a importância de integrar a tecnologia na preservação e transmissão do património cultural imaterial, destacando como a digitalização pode tornar-se uma ferramenta essencial para a perpetuação de identidades culturais num mundo globalizado. Os



modelos de boas práticas incluem projetos internacionais, como as plataformas da UNESCO dedicadas ao património imaterial, onde os recursos online facilitam o acesso a documentações digitais, histórias, tradições e artefactos, abordando um público amplo e diverso. Além disso, os projetos de digitalização locais, realizados com o envolvimento das comunidades, asseguram não só a preservação da autenticidade, como também a participação ativa dos membros da comunidade. Estes modelos demonstram como a colaboração entre investigadores, instituições culturais e comunidades contribui para a proteção e a revitalização do património cultural imaterial no ambiente digital. A investigação e a aplicação da tecnologia existente na área do património cultural conduziram à definição do conceito de Gémeo Digital do Património (HDT) (Li et al, 2024).

O HDT é uma coleção de informação digital correspondente a entidades patrimoniais, que inclui os seus próprios dados de identificação e outra informação digital relevante. Os gémeos digitais são assim uma cópia virtual de um objeto ou processo real, que se atualiza em tempo real. No caso do património cultural imaterial, os gémeos digitais são criados para preservar e promover tradições, costumes, ofícios e outros elementos patrimoniais que não têm uma forma física permanente.

A tecnologia digital moderna, incluindo modelos 3D, realidade virtual (RV) e realidade aumentada (RA), está a ser utilizada para criar 'gémeos digitais' de elementos do património cultural. Integram representações visuais detalhadas, histórias e informação histórica, proporcionando uma experiência interativa e educativa para o público. Tais iniciativas desempenham um papel fundamental na promoção da cultura tradicional num formato acessível e apelativo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, ao adaptar as tradições à era digital.

Estudo de Caso 1: Digitalização de um ofício tradicional

No caso do ofício tradicional "Yangxin Cloth Paste", todo o processo de produção é digitalizado, de forma a que os utilizadores possam aprender cada etapa do



trabalho. Li et al. (2024) descrevem como a tecnologia digital está a ser utilizada para preservar e promover o património cultural, com foco no ofício tradicional "Yangxin Cloth Paste", na Província de Hubei, China. A plataforma digital criada para este ofício documenta todas as etapas da produção através da digitalização, desde a escolha dos materiais até às técnicas de costura, permitindo ao público explorar e aprender o ofício num ambiente virtual.

Os projetos de digitalização aplicam várias tecnologias modernas: fotogrametria para modelos 3D, renderização baseada em física, e tecnologia 5G para transmissão rápida de dados. A plataforma digital inclui um sistema de comércio, onde os utilizadores podem comprar produtos artesanais, observar o processo de produção e interagir com os artesãos.

Segundo Li et al. (2024), a proteção digital do património cultural engloba duas direções principais: a restauração de artefactos físicos e a reconstrução digital de edifícios e relíquias históricos. A restauração virtual envolve a digitalização 3D e a modelação digital, como no caso de uma estátua de Buda digitalmente restaurada e replicada por impressão 3D. A reconstrução digital de sítios históricos, como a cidade de Zubarah, no Qatar, fornece uma base sólida para a proteção do património.

Cui et al. (2021) analisaram a utilização de jogos digitais como método inovador para proteger e promover o património cultural imaterial chinês. À medida que os esforços de preservação cultural se expandiram na China para além da esfera industrial, tornaram-se num projeto social integrado, reunindo contributos de diversas áreas. Os jogos digitais são identificados como um canal eficaz para estimular o interesse dos jovens pela cultura tradicional, proporcionando uma forma envolvente de interagir com o património cultural. Elemento onnipresente da vida moderna, os jogos digitais vão além do entretenimento e influenciam áreas como a política, a economia e a educação. Dada a imensa popularidade do mercado de jogos móveis na China, os autores sublinham que estas plataformas podem revitalizar o interesse dos jovens pelas tradições e valores culturais chineses. Cui et al. (2021) destacam exemplos de jogos bem-sucedidos que integraram elementos culturais autênticos, como Xuanyuan Sword e Legend of Sword



and Fairy, que apresentam cenas históricas e textos clássicos chineses. Estes jogos não só atraem os jogadores através da sua estética, como também proporcionam uma experiência educativa relacionada com a história e a literatura chinesas.

O jogo Hang-Shi-Ji Restaurant, uma simulação de um restaurante tradicional, exemplifica a aplicação deste método. O jogo incorpora elementos da cultura culinária de Hangzhou, e os cenários, personagens e pratos representados são inspirados no período da dinastia Song, proporcionando aos jogadores uma experiência imersiva e autêntica.

Cui et al. (2021) recomendam o apoio governamental ao desenvolvimento de jogos de temática cultural, argumentando que tal abordagem poderia transformar a cultura tradicional numa indústria competitiva, com benefícios para o turismo e a economia local. Os mesmos autores sugerem também que os criadores de jogos devem integrar valores culturais autênticos, e não apenas elementos estéticos, para criar jogos educativos e culturalmente relevantes. Esta abordagem pode ajudar a promover o património cultural chinês e a construir uma "cultura de jogo" saudável.

Assim, acreditamos também que fazer jogos que reflitam verdadeiramente a cultura pode incentivar uma maior apreciação e respeito pelo património cultural, contribuindo assim para a sua preservação a longo prazo.

4. Mapear e classificar o património cultural

Nos últimos anos, alguns autores sublinharam a importância de estudar sistematicamente o património cultural imaterial das comunidades e regiões, através do método de mapeamento. O mapeamento do património cultural imaterial faz parte de um processo mais amplo de mapeamento cultural, definido da seguinte forma: "o mapeamento cultural é considerado uma ferramenta sistemática para envolver as comunidades na identificação e no registo de ativos culturais locais, com a implicação de que este conhecimento será depois utilizado para informar estratégias coletivas, processos de planeamento ou outras iniciativas" (Duxbury et al., 2015, p.2). Assim, o mapeamento deste tipo de património tem uma componente de envolvimento comunitário e visa aproveitar os recursos culturais para o



desenvolvimento comunitário. Segundo Sorea (2009), mapear o PCI significa também aumentar a consciência das características da cultura local, o que pode ajudar a reforçar a identidade local.

Como exemplo, o mapeamento foi utilizado no projeto CarPaTO - Mapeamento do património cultural imaterial da Terra de Făgăraș, Roménia (Sorea & Csesznek, 2020), desenvolvido pela Universidade Transilvania de Brasov em 2018-19. Estudo de Caso 2: Mapear o PCI na Terra de Făgăraș, Roménia

"Durante a primeira etapa, o projeto centrou-se em entrevistar os especialistas em património cultural do Museu de Etnografia de Brasov, do Museu 'Valer Literat' da Terra de Făgăraș, do Centro do Distrito de Brasov para a Preservação e Promoção da Cultura Tradicional, da Fundação Negru Vodă de Făgăraș, e do Museu ASTRA da Civilização Transilvana de Sibiu. Além disso, foram também entrevistados representantes das câmaras municipais e dos centros de informação turística da área. Assim, identificaram-se as pessoas bem informadas sobre o tema do projeto e sobre os recursos patrimoniais considerados importantes localmente. A etapa seguinte do projeto foi a investigação de campo, e consistiu em realizar entrevistas semiestruturadas com respondentes bem informados, tirar fotografias, fazer gravações de vídeo e áudio, recolher fotografias antigas e outros documentos sociais (monografias de aldeias, coleções antigas de cânticos de Natal e/ou canções, notas de líderes locais, etc.). Com base na informação obtida através da investigação de campo, foram elaboradas fichas de mapeamento para cada um dos distritos da Terra de Făgăraș pertencentes ao Distrito de Brasov. As fichas foram organizadas de acordo com as dimensões da UNESCO para o património cultural imaterial, e incluem os resultados da investigação de campo (como transcrições ou resumos das entrevistas com respondentes bem informados), bem como informação das entrevistas de documentação inicial e dos estudos publicados em etno.brasov.ro, a revista do Museu de Etnografia de Brasov. As fichas foram organizadas numa base de dados acessível, para permitir a preparação de atividades futuras centradas nos interesses comunitários. Houve também a conceção de um livro sobre Pratos da Terra de Făgăraș, bem como um pequeno vídeo apresentando os resultados da investigação de campo. Foram também estabelecidas várias rotas culturais temáticas, capitalizando as diferenças identitárias ao nível do património local. Durante a etapa de disseminação de resultados,



foram organizados três eventos: uma exposição fotográfica centrada em destacar os resultados da investigação de campo, uma exposição culinária apresentando pratos característicos da Terra de Făgăraș, juntamente com as suas receitas, e um concerto onde foram executadas as peças musicais recolhidas na área" (Sorea & Csesznek, 2020, pp. 156-157).

Fan et al. (2023) desenvolveram um sistema inovador que combina a análise de imagem e de texto para classificar elementos do património cultural imaterial. O método combina detalhes visuais e significados textuais, através de atenção multimodal e fusão hierárquica, para alcançar uma compreensão mais completa de cada item cultural.

Primeiro, o modelo utiliza a atenção multimodal para identificar elementos visuais vitais dentro das imagens e palavras-chave descritivas do texto, ignorando dados supérfluos. O modelo examina tanto os aspetos visuais como os significados textuais de figurinos tradicionais, através da sua análise da aparência e das representações simbólicas mencionadas na descrição.

O método de fusão hierárquica desenvolve uma representação unificada que combina elementos visuais com detalhes textuais, para alcançar tanto a compreensão contextual como uma classificação precisa. A fusão hierárquica permite ao modelo ligar elementos como uma criança a segurar um peixe com um texto que descreve o peixe como símbolo de boa sorte, tudo dentro de um único quadro unificado.

O método proposto demonstra tanto robustez como adaptabilidade, na medida em que consegue lidar com informação em falta, seja da imagem ou do texto, utilizando os dados disponíveis para produzir resultados de classificação fiáveis. Os autores afirmam que este método permanece adaptável mesmo quando alguma informação se torna indisponível. O método funciona com sucesso quando os utilizadores apresentam apenas imagens ou informação escrita. O modelo utiliza a informação disponível para produzir uma classificação, mesmo quando é fornecido apenas um tipo de dados. Quando existe uma imagem de uma máscara tradicional sem



descrição textual, o método depende das características visuais da máscara para uma classificação correta.

O artigo de Fan et al. (2023) demonstra um método original e promissor para a classificação de itens de PCI, ao realizar simultaneamente análise visual e textual. Os ambientes digitais modernos exigem soluções acessíveis para a preservação e promoção do património cultural, o que este método possibilita através da sua capacidade de extrair elementos visuais e significado cultural do texto, para documentação e disseminação públicas. A combinação de dados visuais e textuais proporciona uma compreensão contextual reforçada dos elementos culturais, servindo de avanço fundamental para os esforços de preservação e promoção do património. O seu método utiliza atenção multimodal e fusão hierárquica para criar representações completas de objetos culturais

Assim, o modelo desenvolvido por Fan et al. (2023) demonstra aplicabilidade potencial em diferentes contextos culturais, através da sua capacidade de extrair significados culturais mesmo quando faltam dados de imagem ou de texto. Este método servirá de recurso valioso tanto para o trabalho de conservação como para a educação pública, ajudando as pessoas a compreender melhor a importância cultural de cada objeto.

Referências

Cui, C., Zhao, Y. & Wang, L. (2021). Protection and dissemination of Chinese intangible cultural heritage based on digital games. *Int. Commun. Chin. Cult* 8, 483–491. <https://doi.org/10.1007/s40636-021-00237-x>

Duxbury, N., Garrett-Petts, W. F. & MacLennan, D. (Eds.). (2015). *Cultural Mapping as Cultural Inquiry*. New York & London: Routledge.

Fan, T., Wang, H., & Deng, S. (2023). Intangible cultural heritage image classification with multimodal attention and hierarchical fusion. *Expert Systems with Applications*, Vol. 231, 120555.

<https://doi.org/10.1016/j.eswa.2023.120555>



Fredheim, L. H., & Khalaf, M. (2016). The significance of values: heritage value typologies re-examined. *International Journal of Heritage Studies*, 22(6), 466–481. <https://doi.org/10.1080/13527258.2016.1171247>

Gireesh, K. & Anand, K.S. (2022). Intangible cultural heritage: Knowledge classification and management. https://www.researchgate.net/publication/361227359_Intangible_Cultural_Heritage_Knowledge_Classification_and_Management

Król, K. (2021). Assessment of the cultural heritage potential in Poland. *Sustainability*, 13(12), 6637. <https://doi.org/10.3390/su13126637>

Li, M., Xu, S., Tang, J. et al. (2024). Design and research of digital twin platform for handicraft intangible cultural heritage -Yangxin Cloth Paste. *Herit Sci* 12, 43. <https://doi.org/10.1186/s40494-024-01161-0>

Shi, G., Feng, Z., Zhang, J., Xu, J., Chen, Y., Liu, J., & Wang, Y. (2024). An Analysis of the Spatiotemporal Distribution and Influencing Factors of National Intangible Cultural Heritage Along the Grand Canal of China. *Sustainability*, 16(20), 9138. <https://doi.org/10.3390/su16209138>

Sorea, D. (2009). Semiologie și hermeneutică în cercetarea portului popular [Semiology and Hermeneutics in Folk Garment Research]. In I. Vișa & E. Doval (Eds.), *Pro-Active Partnership in Creativity for the Next Generation* (pp. 211-214). Montreal: Polytechnic International Press.

Sorea, D., Csesznek, C. (2020). Intangible cultural heritage of the Făgăraș Land. Priority Dimensions. *Bulletin of the Transilvania University of Brașov – Special Issue, Series VII, Vol. 13(62) No. 1*. <https://doi.org/10.31926/but.ssl.2020.13.62.3.16>

UNESCO (2022). Basic Texts of the 2003 Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage 2022 Edition. https://ich.unesco.org/doc/src/2003_Convention_Basic_Texts-_2022_version-EN_.pdf

UNESCO (2024). What is Intangible Cultural Heritage? <https://ich.unesco.org/en/what-is-intangible-heritage-00003>. Acedido em: 04.11.2024.



UNWTO (2012). Tourism and Intangible Cultural Heritage. <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284414796>



Capítulo 4. Explicar o valor e o impacto do património turístico na cultura, economia e sociedade

Jana Vukić, Professora Associada, PhD

Boris Olujić, Professor, PhD

Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais, Croácia

1. Introdução

Quando falamos de património, temos de distinguir entre diferentes formas de património de gerações anteriores. O património engloba o legado que herdamos de gerações anteriores, mas inclui também os vestígios de civilizações antigas que frequentemente não deixaram registos escritos para contar as suas histórias. Esta herança, ou património, pode ser amplamente categorizada em património material e imaterial ou intangível. Existe também uma diferença entre os tipos de património material, entre imóvel e móvel, oferecendo cada um percepções únicas sobre a história e a cultura humanas.

2. Património Material e Imaterial

O património material inclui estruturas arquitetónicas como casas, fortificações, templos, muralhas urbanas, e complexos históricos ou áreas urbanas inteiras que perduram muito depois de os seus criadores terem desaparecido. Os exemplos abundam: as antigas fortificações de Carcassonne, em França, ou a cidade antiga mediterrânica de Dubrovnik, na Croácia, os vastos complexos de templos de Angkor Wat, no Camboja, ou a Grande Muralha da China. Estes marcos servem não só de testemunho da engenhosidade e da arte dos seus construtores, como também de vibrantes lembretes das narrativas culturais e históricas que incorporam. Ao longo do tempo, estes edifícios, sejam igrejas, templos ou fortalezas, podem sofrer mudanças na aparência ou na função. Tais transformações criam camadas



históricas que arqueólogos, historiadores de arte, antropólogos e outros investigadores descobrem meteticulosamente, para melhor compreender sociedades e culturas passadas.

O património imaterial, por contraste, compreende costumes, tradições, crenças e rituais - as expressões vivas da cultura transmitidas ao longo de gerações. É um domínio de etnólogos, etnógrafos, sociólogos e outros cientistas que lidam com aspetos simbólicos do património, como a língua, a tradição e outros aspetos da cultura. Além disso, existe uma distinção entre o património imóvel, como os edifícios, e o património móvel, que inclui artefactos integrantes das práticas culturais. Estes podem variar de monumentos ou seus componentes a objetos quotidianos, como ferramentas, armas de caça, joalheria e objetos decorativos. Estas várias formas de património estão interligadas, refletindo as vidas e as práticas de comunidades específicas. Embora enraizadas no passado, frequentemente persistem e evoluem, influenciando as culturas modernas e fomentando uma fusão de tradições, à medida que ideias, objetos e costumes se espalham através de viagens e intercâmbios.

3. Património Global como Responsabilidade Partilhada

Numa perspetiva mais ampla, a humanidade partilha um património cultural e histórico coletivo, uma herança global que evidencia a necessidade de o proteger da destruição. Compreender esta responsabilidade partilhada é fundamental para construir ligações entre culturas que podem parecer diferentes, mas que estão frequentemente ligadas por fios ou elementos históricos comuns. Infelizmente, o património frequentemente carece de proteção adequada, mesmo por parte daqueles diretamente ligados ao seu legado. Por exemplo, a antiga cidade de Palmira, na Síria, sofreu destruição extensa durante conflitos recentes. Veneza, apesar do seu estatuto UNESCO, enfrenta ameaças contínuas da subida do nível do mar e do turismo insustentável. Estes casos mostram as consequências graves do abandono e a necessidade urgente de esforços de preservação fortes. Ameaças externas, como a guerra, os desastres naturais e o declínio ambiental, aumentam os riscos. A Convenção da UNESCO de 1972 sobre a Proteção do Património



Cultural e Natural Mundial sublinha a natureza dual do património, que inclui tanto elementos culturais como naturais. Esta visão sublinha a necessidade de proteger paisagens culturais e históricas a par das naturais, reconhecendo as relações complexas entre estas partes.

4. Desafios na Preservação do Património

Os desafios na preservação do património são complexos. As fronteiras, sejam estatais ou regionais, podem dificultar os esforços de conservação. A negligência humana, o excesso de desenvolvimento, a poluição e as alterações climáticas globais contribuem também para estes desafios. Estes fatores ameaçam a ideia principal da UNESCO de que o património é um recurso universal que precisa de ser preservado para as gerações futuras. A Lista do Património Mundial da UNESCO destaca e protege locais de importante valor global, mas mesmo estes locais listados enfrentam pressões crescentes.

5. Turismo e Locais Patrimoniais

Uma ameaça significativa é o turismo de massas. A União Europeia, por exemplo, tem uma elevada concentração de locais de património cultural. Muitos destes estão listados pela UNESCO e atraem grandes números de turistas. As viagens modernas facilitam a exploração do mundo pelas pessoas, transformando lugares outrora remotos em destinos populares. Embora isto incentive a apreciação e a compreensão cultural, traz também desafios sérios. O turismo frequente e intenso contribui para a poluição e pode sobrecarregar locais históricos. Por exemplo, o centro histórico de Veneza debate-se com mais de 20 milhões de visitantes todos os anos. Isto conduz à sobrelotação, a danos ambientais e a riscos para os edifícios. Da mesma forma, Machu Picchu, no Peru, sofre de erosão e danos significativos devido aos muitos turistas. Em resposta, as autoridades tiveram de estabelecer limites rigorosos de visitantes e horários de entrada marcados. Estes exemplos mostram o delicado equilíbrio necessário para manter os locais patrimoniais atrativos, protegendo simultaneamente o seu futuro. Por



exemplo, as muralhas de uma cidade histórica mediterrânica podem ficar inundadas de turistas, perturbando a vida local e acelerando o desgaste do local. O aumento de visitantes cria um ciclo prejudicial: a popularidade do local traz dinheiro, mas também põe em risco a sua existência. Os residentes locais frequentemente sentem-se afastados, à medida que a sua vida quotidiana é perturbada pelo fluxo constante de turistas.

6. Gerir a Pressão Turística

Os esforços para equilibrar a preservação do património com as exigências do turismo são contínuos. Cientistas, organizações cívicas, decisores políticos e ativistas trabalham para desenvolver estratégias que protejam o património, abordando simultaneamente pressões económicas e sociais. Planos, protocolos, estudos e leis visam salvaguardar valores naturais e culturais, mas a implementação prática frequentemente fica aquém, conduzindo à degradação de ambientes protegidos.

Um aspeto muito importante é ligar a comunidade científica às comunidades locais e adaptar a gestão do património às suas necessidades específicas do local. Como o papel da UNESCO na proteção do património é significativo mas largamente simbólico, a preservação eficaz exige equilibrar interesses concorrentes na vida quotidiana. A colaboração entre as partes interessadas - especialistas, decisores políticos, empresas, turistas e comunidades locais - é essencial. O diálogo aberto, a educação e o envolvimento público sobre o valor do património e as estratégias para a sua preservação são cruciais. A representação equitativa de todos os interesses assegura que o património, como bem público e global, é adequadamente protegido.

No cerne deste esforço está um compromisso partilhado de preservar o património para as gerações futuras. Isto implica fomentar um sentido de responsabilidade, priorizar o bem público sobre o ganho pessoal, e adotar práticas sustentáveis. Como turistas, os indivíduos devem informar-se sobre as culturas que visitam, minimizar a sua pegada ecológica e cultural, e respeitar as tradições e os ambientes locais. O turismo, quando abordado de



forma responsável, oferece a oportunidade de vivenciar culturas e paisagens diversas sem comprometer a sua integridade para os outros.

7. Património e Identidade

O património tem o poder de unir a humanidade. A Europa, por exemplo, exemplifica uma tapeçaria de influências culturais que, apesar da sua diversidade, formam uma identidade partilhada. Este património entrelaçado reflete mitologias, línguas e tradições comuns, que evidenciam ligações culturais através do tempo e do espaço. Apreciar esta diversidade reforça o valor de cada componente único, celebrando simultaneamente a identidade coletiva.

A uma escala global, o património ilustra a interligação da humanidade. De um ponto de vista distante, como ao ver a Terra do espaço, as diferenças individuais desvanecem-se, revelando um todo unificado. Cada elemento de património cultural ou natural contribui para esta riqueza coletiva. Ao preservar uma única peça de património, defendemos o legado da humanidade. Partilhar experiências, fomentar o diálogo e promover a educação sobre o património lançam as bases para a colaboração na sua preservação.

8. Património Urbano e Despovoação

O património urbano enfrenta desafios distintos, particularmente em centros históricos das cidades. O elevado custo e a complexidade de manter edifícios mais antigos, agravados por regulamentos rigorosos, frequentemente afastam os residentes. Por exemplo, nas cidades antigas de Veneza, em Itália, ou de Barcelona, em Espanha, houve, e continua a haver, um significativo processo de despovoação, que não só esvazia os edifícios dos seus residentes, como muda toda a atmosfera da cidade, a sua cultura e as suas tradições.

O turismo agrava ainda mais estas pressões, com o ritmo acelerado das viagens modernas a transformar áreas históricas em atrações transitórias.



Embora o turismo de massas coloque desafios, tem também potencial para a proteção do património, se gerido de forma refletida. Alcançar este equilíbrio exige planeamento estratégico, envolvimento comunitário, e tomada de decisão equitativa entre as partes interessadas.

Esta é a tarefa mais importante e muito complicada. Porque residentes, partes interessadas políticas e económicas, de mãos dadas com especialistas e cientistas, todos eles (e nós) devem trabalhar juntos para encontrar soluções, frequentemente dinâmicas, que possam mudar de acordo com fatores tanto internos como externos, num mundo em constante mudança de hoje, que impacta a comunidade local e o seu património - que também é, em muitos casos, como os locais UNESCO, reconhecido como património mundial.

Em conclusão, salvaguardar o património exige um esforço coletivo para honrar o passado, assegurando simultaneamente a sua sobrevivência para as gerações futuras. Ao reconhecer o património como uma responsabilidade global partilhada, podemos preservar os tesouros naturais e culturais que nos foram confiados, e transmiti-los como testemunho da história e da resiliência humanas.

9. Estudo de Caso: Património para Quem e para Quê?

9.1 Introdução e Questão de Investigação

Uma das muitas questões que desejo colocar neste texto, principalmente a mim mesmo, é se o património é apenas um produto destinado a visitantes domésticos ou estrangeiros, sejam eles turistas, indivíduos curiosos, caminhantes, excursionistas, ou qualquer outro "consumidor" de cultura e património. Naturalmente, estes públicos podem também desejar conteúdo educativo e ter necessidade de aprender sobre algo desconhecido e diferente para eles. O texto que está a ler resulta de quase 25 anos de trabalho de campo prático e de numerosos projetos em e para o património. Desde o início destas atividades, o foco tem sido a investigação científica contínua e sistemática numa área específica. A maioria destas áreas sofreu grandemente durante a Guerra Pátria na Croácia, e iniciou o processo



penoso de renascer das cinzas, em meio à privatização, ao desaparecimento de empresas outrora bem-sucedidas antes da guerra, à despovoação gradual, e mais tarde a uma espécie de êxodo de residentes jovens e instruídos através de projetos regionais direcionados a estas áreas.

O facto que encontrei logo desde o início do planeamento e da implementação de projetos foi o abandono sistemático e deliberado, ao longo de décadas, da importância e do potencial dos aspetos culturais, científicos e educativos do património histórico em certas áreas da Croácia, entre 1945 e 1990. A consciência do significado regional, nacional, e por vezes global, da totalidade deste património poderia ter sido muito perigosa para as estruturas dessa época. O resultado disto foi que muitos residentes sabiam quase nada sobre o património histórico da região onde nasceram, cresceram, foram educados, e possivelmente viveram e trabalharam. A devastação da guerra durante a Guerra Pátria só poderia agravar esta situação. Após a guerra, foram necessários esforços para restaurar as áreas devastadas, não apenas materialmente, mas também cultural e socialmente. Era urgentemente necessário um trabalho sistemático e de longo prazo na investigação e proteção do património cultural, mas também na sensibilização e educação das comunidades locais, a quem todo este trabalho era, em última instância, destinado. Tudo isto beneficiaria, no final, o interesse nacional e contribuiria para a integração do património nos processos de desenvolvimento nacional.

9.2 Génese e Evolução do Projeto

Os projetos sistemáticos que constituem a base deste texto tiveram origem na investigação da minha dissertação de doutoramento, bem como nas minhas experiências durante uma bolsa e estudos plurianuais numa prestigiada universidade europeia. Depois disso, principalmente graças às atividades do projeto do Ministério da Ciência, Educação e Desporto da República da Croácia, o projeto evoluiu de um projeto inicial durante o meu doutoramento para vários projetos científicos plurianuais que reuniram indivíduos com ideias semelhantes de museus locais, departamentos de conservação do Ministério da Cultura, clubes espeleológicos, e assim por



diante. As atividades do projeto centraram-se em áreas consideradas cientificamente mais interessantes, e frequentemente mais ameaçadas pela destruição da guerra, pelo abandono, ou por certas iniciativas de desenvolvimento de infraestruturas (como a construção de infraestruturas de telecomunicações no final da década de 1990 e início do século XXI). No centro de tudo estava, naturalmente, o património histórico das áreas mencionadas. Como historiador e arqueólogo, a principal questão de investigação e um dos objetivos mais importantes da minha investigação científica era compreender a continuidade e a descontinuidade da existência humana num espaço específico. No entanto, logo desde o início, surgiu a questão do meu papel pessoal e da minha responsabilidade como investigador e docente na Universidade. Em primeiro lugar, refiro-me à responsabilidade pela proteção sistemática dos sítios que investigava. Assim, desde o início, trabalhei em estreita colaboração com os departamentos de conservação relevantes do Ministério da Cultura da República da Croácia. Estes departamentos concederam-me autorizações para as referidas investigações, e eu era obrigado a submeter relatórios completos sobre os resultados da investigação dentro de um prazo estabelecido. Estes relatórios eram sistemática e regularmente publicados nas publicações do Ministério da Cultura, como parte das suas atividades de rotina.

9.3 Cooperação Institucional e Limitações de Campo

No entanto, tal como encontrei problemas com a infraestrutura científica e recursos financeiros limitados, também os conservadores de campo, que tinham de cobrir vastas áreas com muitos sítios e objetos, os enfrentaram. Além disso, dado o grande número de iniciativas de infraestrutura, empresariais e outras, que estavam frequentemente em oposição às necessidades da proteção do património, a sua posição social e económica em relação aos outros fatores neste processo complexo não era nem fácil nem simples. No entanto, à medida que trabalhava na área em que me concentrei, tanto conservadores como investigadores científicos partilhavam uma consciência clara de que estávamos, de facto, no mesmo terreno, trabalhando para o mesmo objetivo, embora a partir de diferentes aspetos



do esforço global. Isto permitiu uma excelente cooperação na maioria dos casos, embora tenha havido opiniões divergentes sobre certas etapas de projetos individuais, mas sempre com respeito mútuo por pontos de vista diferentes.

Desde o início, perguntei-me: para quem estamos a fazer tudo isto, e porquê? E aqui, a responsabilidade e o papel do investigador na comunidade em que trabalha são primordiais. De acordo com as leis atuais na Croácia, o património móvel escavado e processado pertence às instituições museológicas mais próximas. No entanto, o problema era que as instituições museológicas locais, se sequer existissem, não eram independentes (geralmente parte de, por exemplo, uma Universidade Popular Aberta ou outra instituição), nem tinham os especialistas e curadores necessários, e mais importante ainda, não eram financeiramente apoiadas. Apesar destes problemas práticos, insistimos que todo o património investigado pertencesse às comunidades locais onde foi descoberto. No processo, ninguém tinha interesse em transportar achados valiosos para instituições centrais na capital ou museus regionais maiores, de forma semelhante a colonial. Por um lado, porque não havia condições adequadas de espaço e infraestrutura para armazenar estes itens mesmo aí, e por outro, porque havia uma necessidade e um interesse genuínos de descentralização e de reforço de todas as partes do país.

9.4 Armadilhas da Implementação

No início, os organismos de turismo local reconheceram o potencial económico e de desenvolvimento do património histórico. No entanto, era muito difícil convencer os profissionais do turismo de que décadas de investigação sistemática eram necessárias num determinado local, especialmente considerando os recursos financeiros disponíveis para tal investigação, de forma a incluir o local em projetos de desenvolvimento com uma visão clara da sua viabilidade e sustentabilidade financeiras. Apesar disto, trabalhámos consistentemente na conceptualização e no desenvolvimento da ideia de um parque arqueológico, de um centro de interpretação e apresentação, e no reforço da infraestrutura museológica.



A determinado ponto, estivemos perto de concretizar a ideia de um centro de interpretação e o início de um parque arqueológico. O Ministério da Cultura recomendou o nosso projeto para um grande projeto europeu de cooperação transfronteiriça, destinado a formar dois parques arqueológicos e um centro de interpretação. A ideia não se concretizou porque, nessa altura, não conseguimos encontrar um parceiro fiável dentro do governo local. Tudo se desmoronou devido aos aspetos de gestão política e financeira do projeto, no momento em que os fundos foram aprovados. A comunidade local e os seus parceiros não eram capazes de gerir o projeto de forma a não só o concluir, como também assegurar a sua sustentabilidade em todos os aspetos. Assim, foi mais sensato retirar-se do que embarcar num empreendimento muito arriscado.

Esta foi a época em que a Europa viu projetos bem-sucedidos de centros de interpretação do património. Na Croácia, começou também a abertura de tais centros. Contribuí com a minha investigação para a concretização de um projeto destinado a apresentar o património natural e cultural de um parque nacional. Isto envolveu a criação de um plano detalhado para a exposição do centro de interpretação e apresentação. O trabalho foi dividido de acordo com diferentes profissões e especializações. Eventualmente, o grupo que liderei concluiu o plano da exposição, que foi aceite e definido por contrato. No entanto, a empresa responsável pela implementação do projeto não teve em conta nenhuma das nossas sugestões, e a exposição foi criada de acordo com o seu conceito, que era completamente contrário às ideias básicas que tínhamos delineado no plano. O património histórico foi literalmente colocado no sótão (o lugar mais conveniente para guardar "coisas velhas" e deixá-las juntar pó, fora de vista), e apresentado da forma mais ultrapassada e conservadora possível. Isto era contrário à nossa ideia original para a exposição, e ignorou a especialização e os resultados da investigação de longo prazo. Isto refletiu um problema fundamental: a falta de comunicação entre disciplinas. Os arquitetos que concebiam a exposição deveriam ter incorporado os achados de historiadores, arqueólogos, etnólogos e antropólogos que trabalhavam na área visada, na sua visão para a exposição. O seu trabalho deveria ter sido integrar esses achados na sua visão, e tudo



isto deveria ter sido o resultado de trabalho multidisciplinar e interdisciplinar.

Deixando de lado esta experiência específica, embora não seja um caso isolado e possa ser útil para quem embarcar em projetos semelhantes, podemos geralmente colocar a questão: qual é a sustentabilidade de tais centros de interpretação? Alguns destes centros certamente sobreviverão devido a fundações sólidas e instituições sérias que os apoiam, mas muitos, infelizmente, não sobreviverão, devido à baixa afluência, aos elevados custos de manutenção, ou simplesmente porque os visitantes se saturam de conteúdo semelhante. Isto não significa que devemos abandonar tais projetos; precisamos apenas de considerar cuidadosamente a sua sustentabilidade financeira e planejar o funcionamento a longo prazo de tal centro.

9.5 Para Além da Mercantilização: Autenticidade vs. Tradições Inventadas

Neste ponto, colocaria a questão: é o património verdadeiramente um produto turístico e algo que deve ter valor exclusivamente comercial para sobreviver? O património, quando incorporado nos projetos de desenvolvimento das comunidades locais, pode de facto servir de base saudável para a sua identidade, autoconsciência, autorrespeito e notoriedade. A notoriedade na riqueza da diversidade, em oposição à uniformidade comercial global e multinacional. Infelizmente, em tempos recentes, temos sido bombardeados com a falsificação do património histórico, sob a forma de festivais e eventos "históricos" completamente inventados, dos quais há cada vez mais nas nossas ofertas turísticas. Na verdade, situações e fenómenos reais, por mais difícil que seja a sua reconstrução, são frequentemente muito mais fascinantes e interessantes.

O conteúdo educativo deve ser preparado de acordo com padrões pedagógicos e as necessidades de diferentes faixas etárias, níveis de interesse, e a educação geral de cada potencial utilizador. Assim, uma abordagem interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar, e o trabalho



em equipa, são necessários em tais projetos. Um cientista ou investigador pode não estar familiarizado com os aspetos pedagógicos do processo educativo, mas os seus dados, bem investigados e publicados, são essenciais para que os educadores os integrem no seu trabalho. A comunicação é crucial aqui. O processo continua com a inclusão de um especialista em interpretação do património, que ajustará a "narração" sobre o património à idade, à educação e aos interesses do utilizador final. Deixamos o entrelaçamento de apresentações visuais, textuais e multimédia àqueles que são especialistas nessa área. Poderíamos continuar indefinidamente, mas a realidade impedir-nos-á - juntamente com toda uma série de limitações que tornarão o nosso trabalho mais difícil. No entanto, é difícil, se não impossível, ter todos estes aspetos numa única pessoa. Assim, alcançar todos estes objetivos exige a arte de encontrar o equilíbrio ótimo entre as possibilidades reais, as ideias fundamentais e os resultados desejados.

9.6 Parceria Comunitária e Reforço de Capacidades

Finalmente, voltemos ao início. Sem a iniciativa do investigador, por um lado, e da comunidade local, por outro, nada do que foi descrito acima seria alcançável. As ligações verticais e horizontais entre a infraestrutura de investigação, a comunidade académica, as instituições na cultura, e, acima de tudo, os entusiastas sinceros do património, quer dentro quer fora das comunidades locais, são elementos essenciais deste processo complexo. Uma experiência positiva veio da iniciativa local que me apoiou depois de eu começar a investigar um sítio grande e exigente, sem qualquer apoio da infraestrutura da minha instituição de origem ou de recursos regionais e locais. De facto, poucos anos após o início da investigação sistemática, foi criada uma associação local para promover os valores do património histórico na região, com a tarefa principal de apoiar os cientistas que trabalhavam ativamente nele. Em breve, lançámos conjuntamente uma revista científica, a primeira e única na região, organizámos conferências científicas, e iniciámos uma série de outras atividades. Por exemplo, em cooperação com o jardim de infância local, trabalhámos na educação e informação das crianças sobre as atividades de investigação e o património



que herdarão de nós. Trabalhámos também com estudantes do ensino primário e secundário na área. Estamos agora a preparar, em colaboração com o governo local e o presidente da câmara da aldeia, uma palestra para os residentes de aldeias próximas sobre a investigação sistemática que conduzimos no passado e que continua este ano. No início, não foi fácil para os membros desta associação justificar o tempo investido nestas atividades, quer às suas famílias, quer a alguém dentro da comunidade local. Era frequentemente visto com suspeita, cautela, e muitas vezes incompreensão.

9.7 Desenvolvimento Atual: Rumo a um Centro Interpretativo-Educativo

Hoje, está em preparação um grande projeto de centro interpretativo e educativo, destinado à comunidade local, a todos os possíveis visitantes externos, e à comunidade académica. Estão a ser concebidas condições de infraestrutura para investigação contínua, laboratórios para o processamento de achados, salas de palestras, e capacidades de alojamento para trabalho de campo e formação prática para estudantes da nossa instituição e de outras instituições académicas. Além disso, haverá um centro de interpretação do património, que servirá também de lugar para informação sobre o estado atual da investigação. Estão em curso preparações de campo para o acesso aos sítios e o desenvolvimento de percursos pedestres educativos. Naturalmente, nada disto estaria completo sem uma sala comunitária e um lugar de reunião para os residentes locais. Desde o início, há vinte anos, assegurámo-nos de que os recursos financeiros que obtivemos de várias fontes permanecessem com a comunidade local tanto quanto possível. Quer envolvesse o emprego ocasional de colaboradores, alojamento e refeições, manutenção da frota de veículos, ou outras necessidades potenciais, todos os esforços foram direcionados para assegurar que o património fosse adequadamente investigado, protegido e avaliado. A sua integração em projetos de desenvolvimento torna-se então possível e desejável. Os centros de interpretação abrem oportunidades de emprego local como guardas, trabalhadores de serviços, guias, e assim por diante. As capacidades de alojamento existentes serão preenchidas por



visitantes que permanecerão na comunidade por mais de um dia, como é frequentemente o caso hoje. Haverá também oportunidades para a colocação de produtos agrícolas locais, bens artesanais, e mais. Empreendedores criativos encontrarão oportunidades para conceber percursos de bicicleta, caminhada ou a cavalo, explorando os locais interessantes espalhados pela área. Tudo isto reforçaria a comunidade, os seus potenciais económicos e intelectuais, e talvez até travasse a emigração de residentes jovens e instruídos. Vejo aqui um nicho para empregar os nossos licenciados em história, arqueologia, história de arte, etnologia e antropologia cultural, bem como línguas clássicas e modernas. Poderiam encontrar trabalho, com alguma formação adicional, como intérpretes de património, mediadores de narrativas de investigação, utilizando as competências adquiridas durante os seus estudos.

O projeto europeu acima mencionado para a interpretação e apresentação do património histórico demonstra claramente a desproporção no financiamento entre investigação e interpretação. Com muito poucas exceções, a investigação é financiada por orçamentos nacionais. A União Europeia financia e apoia a interpretação e a apresentação, com a nota explícita de que os fundos não se destinam à investigação. Neste caso, foram quatro ou cinco milhões de euros para apresentação e interpretação. Para a investigação de parte de um sítio, que serviria também a sua apresentação aos visitantes, foram atribuídos menos de quarenta mil euros. Esta disparidade não só evidencia as limitações do potencial económico nacional, como também reflete uma atitude em relação ao património. O que iremos interpretar e apresentar se não o investigámos?

Conclusão: Para Quem e Para Quê?

No início e no fim, a questão permanece: para quem e para quê estamos a fazer tudo isto? A resposta é única e exclusivamente para a comunidade e dentro da comunidade. Para cada membro dessa comunidade, sem exceção. Nada mais e nada menos do que isso. Sem quaisquer ilusões, é um caminho trabalhoso e espinhoso, cheio de sacrifícios, obstáculos e dificuldades. Frequentemente, sem a compreensão daqueles cuja compreensão mais



precisamos. Só através de trabalho persistente e de presença constante no terreno, de comunicação, por vezes mesmo malsucedida, podemos lançar as bases para o desenvolvimento do património. No final, a própria comunidade deve reconhecer a sua importância e tornar-se a sua intérprete autêntica.

Referências

StudySmarter. (2024, 17 de setembro). Cultural heritage value: Meaning & importance. <https://www.studysmarter.co.uk/explanations/hospitality-and-tourism/tourism-economics/cultural-heritage-value/journals.plos>

Brooks, C., Waterton, E., Saul, H., & Renzaho, A. (2023). Exploring the relationships between heritage tourism, sustainable community development and host communities' health and wellbeing: A systematic review. PLoS ONE, 18(3), Article e0282319. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0282319studysmarter+1>

Kashyap, V., & Thakur, V. (2025). The impact of cultural heritage tourism on local economies. Journal of Informatics Education and Research, 5(4), 429–434. <https://jier.org/index.php/journal/article/download/3604/2867/6379jier>



Capítulo 5. Gerir a Preservação e a Salvaguarda do PCI

Franko Ćorić, Professor Associado, PhD

Sanja Lončar, Professora Associada, PhD

Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais, Croácia

1. Introdução

O património cultural imaterial é definido na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO 2003) como

"as práticas, representações, expressões, conhecimentos, competências - bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais a eles associados - que as comunidades, os grupos e, nalguns casos, os indivíduos reconhecem como parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em resposta ao seu ambiente, à sua interação com a natureza e à sua história, e fornece-lhes um sentido de identidade e continuidade, promovendo assim o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana."

O património cultural imaterial, definido desta forma, manifesta-se nos seguintes domínios: "(a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como veículo do património cultural imaterial; (b) artes performativas; (c) práticas sociais, rituais e eventos festivos; (d) conhecimentos e práticas relativos à natureza e ao universo; (e) artesanato tradicional.". O termo património vivo é também utilizado para o património cultural imaterial. Outros termos em uso para certas práticas, competências e conhecimentos são: património tradicional, tradição, folclore, cultura espiritual, cultura social, etc. O termo bem cultural imaterial é utilizado para o património cultural imaterial que está registado no Registo oficial de Bens Culturais.



A salvaguarda do património cultural imaterial, ou seja, dos bens culturais imateriais, é regulada por documentos e legislação internacionais e nacionais. O documento mais importante a nível internacional é a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003). Ao ratificar esta convenção, os Estados nacionais assumiram a obrigação de construir o seu próprio sistema de salvaguarda do património cultural imaterial. Como resultado, os sistemas (leis nacionais, regulamentos, o organismo que implementa a convenção, procedimentos, etc.) diferem entre os vários Estados nacionais. Nalguns países, além da lei nacional sobre a proteção e preservação do património cultural, existem também outros regulamentos legais que (em parte) se referem ao património cultural imaterial (por exemplo, regulamentos sobre propriedade intelectual, códigos de ética, etc.). Entre outros documentos a nível internacional, é necessário destacar a Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade (conhecida como Convenção de Faro) (2005) e a Carta Internacional e Orientações do ICOMOS sobre Sítios com Património Cultural Imaterial (2024).

A conservação e a preservação do património cultural incluem uma série de procedimentos e atividades destinados a preservar o património e a transmiti-lo às gerações futuras. A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO 2003) definiu a salvaguarda do património cultural imaterial como

"medidas destinadas a assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão, particularmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos vários aspetos deste património".

A preservação do património cultural imaterial é uma "responsabilidade partilhada" (Convenção de Faro, 2005) de todas as partes interessadas no sistema de proteção e preservação do património cultural, incluindo autoridades estatais, regionais e locais, instituições culturais (museus, arquivos, bibliotecas, etc.), instituições educativas (escolas, faculdades), comunidades locais, grupos, famílias, indivíduos. As comunidades, os grupos



e os indivíduos têm um papel especial na salvaguarda do património cultural imaterial. Estas são pessoas "que participam direta ou indiretamente na prática e/ou transmissão de um elemento (ou conjunto de elementos) de património cultural imaterial e/ou que o consideram parte do seu património cultural" (UNESCO 2016:6). Os praticantes, guardiões ou detentores de tradição são considerados aqueles "que têm conhecimento especial de um elemento específico, ou um papel especial na transmissão ou execução do património cultural imaterial" (ibid.).

Este texto define brevemente e dá exemplos de medidas básicas para a salvaguarda do património cultural imaterial.

2. Identificar e inventariar o património cultural imaterial

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO 2003) recomenda a identificação e a inventariação do património cultural imaterial. A identificação envolve o processo de descrever e nomear um ou mais elementos específicos do património cultural imaterial no seu contexto, distinguindo-os de outros elementos. O processo de identificação do património cultural imaterial conduz à inventariação - a entrada de um elemento específico do património cultural imaterial no inventário (lista) do património cultural imaterial. Podem existir inventários do património cultural imaterial a nível nacional, regional, local, ou para comunidades e grupos individuais. Frequentemente são o primeiro passo na formulação de planos concretos de salvaguarda do património cultural imaterial (UNESCO, s.a.1).

Em diferentes Estados nacionais, aplicam-se diferentes abordagens na criação de um inventário (lista) do património cultural imaterial. Ao mesmo tempo, é um processo tanto de cima para baixo como de baixo para cima, no qual várias partes interessadas (indivíduos, comunidades locais, associações, investigadores, autoridades, etc.) podem participar (UNESCO, s.a.1). A criação de um inventário do património cultural imaterial deve ser um processo contínuo e deve envolver os membros da comunidade em questão (UNESCO 2003). O processo de identificação e inventariação do



património cultural imaterial baseia-se na investigação e na criação de documentação.

A investigação visa "compreender melhor um elemento (ou grupos de elementos) do património cultural imaterial, através de uma exploração das suas formas, funções sociais, culturais e económicas, das suas práticas, modos de transmissão e características artísticas e estéticas, da sua história e da dinâmica da sua criação e recriação" (UNESCO 2016: 9). A investigação deve visar dar continuidade à prática e à transmissão do património cultural imaterial, e deve ser preparada em conjunto com a comunidade (ibid.). Dependendo do elemento ou fenómeno do património cultural imaterial, a investigação pode envolver a aplicação de métodos de investigação específicos e o envolvimento de investigadores de diferentes disciplinas (etnologia e antropologia, estudos do folclore, etnecoreologia, etnomusicologia, língua e literatura, estudos religiosos, história da arte, etc.). Existem diferentes tradições de investigação e documentação do património cultural imaterial em diferentes Estados nacionais. Nos países europeus, os portadores de tais atividades são frequentemente instituições fundadas nos séculos XIX e XX, como academias de ciência e arte, faculdades, institutos, museus, etc. Nos tempos modernos, os centros de património imaterial e as organizações não governamentais (ONG) frequentemente realizam atividades de investigação e documentação.

A documentação é criada "registrando o património cultural imaterial no seu estado atual e na sua variedade, através de transcrição e/ou meios audiovisuais, e recolhendo documentos a ele relacionados" (UNESCO 2016: 9). A documentação pode incluir vários meios e formatos de registo (texto escrito, gravação áudio, gravação vídeo, etc.). Nalgumas comunidades, existem formas específicas de documentar o património cultural imaterial (por exemplo, textos sagrados, livros de padrões ou modelos, etc.) (ibid.). Os documentos criados e recolhidos são frequentemente guardados em arquivos, museus, bibliotecas, ou podem ser acedidos em bases de dados online. Por vezes, a disponibilidade e a disseminação da documentação podem ser uma medida para a salvaguarda do património cultural imaterial. Os registos existentes podem estimular a criatividade e ser um incentivo para



a transmissão e a preservação do património cultural imaterial. Nos tempos modernos, numerosas instituições trabalharam na digitalização da documentação sobre o património cultural imaterial e criaram repositórios digitais, com o objetivo de disponibilizar a documentação aos utilizadores (Lončar 2018).

3. Transmissão e revitalização do património cultural imaterial

De forma a preservar o património cultural imaterial numa comunidade, tem de existir a prática e a transmissão contínuas de um elemento viável. A transmissão do património cultural imaterial ocorre "quando os praticantes e outros detentores de tradição dentro de uma comunidade transmitem práticas, competências, conhecimentos e ideias relacionados com o património cultural imaterial a outros, com vista à sua futura execução. As formas tradicionais de transmissão podem ser mais ou menos formais" (UNESCO 2016:30). Portanto, é importante criar circunstâncias favoráveis à repetição, ou seja, à execução contínua dentro da família e/ou comunidade, ou seja, através da educação. Se tal transmissão não existir, devem ser planeadas e implementadas ações deliberadas para reforçar a viabilidade de um elemento do património cultural imaterial.

A revitalização do património cultural imaterial implica "o reforço de práticas e expressões do património cultural imaterial que estão seriamente ameaçadas", e é considerada uma medida apropriada quando o património cultural imaterial "demonstra pelo menos algum grau de vitalidade dentro da comunidade ou grupo em questão e não deixou de ser património cultural imaterial vivo" (UNESCO 2016: 25-26).

Revitalizar a prática e a transmissão do património cultural imaterial pode incluir várias atividades, como sensibilizar dentro da comunidade, incentivar a criação de uma organização que promoverá a salvaguarda do património cultural imaterial, analisar os riscos para a salvaguarda, incentivar praticantes experientes a transmitir conhecimentos, competências e valores, fornecer educação e formação, criar um ambiente apropriado de condições materiais para a prática e transmissão contínuas, etc. (ibid.: 6).



4. Registo

O procedimento para registar o património cultural imaterial envolve um processo legal, durante o qual os elementos do património cultural imaterial são avaliados, isolados e registados no registo nacional de bens culturais imateriais. Este procedimento difere entre Estados nacionais e depende da legislação nacional. A brochura da UNESCO menciona as experiências búlgara, brasileira e venezuelana (UNESCO, s.a.1: 12-14). Aqui, o foco estará na experiência croata.

O registo de bens culturais é uma lista abrangente de todos os bens culturais sob proteção nacional. O Registo de Bens Culturais da República da Croácia (Registar kulturnih dobara Republike Hrvatske) foi criado em 1999. O Ministério da Cultura e dos Media croata é responsável pela administração deste registo público, criado de acordo com a Lei de Proteção e Preservação de Bens Culturais de 1999. Em 2004, as primeiras cinco entradas de bens culturais imateriais foram inscritas no registo nacional (Hrovatin 2012: 126). A Croácia é uma das líderes na Europa em termos do número de bens culturais imateriais registados e protegidos: 211 elementos no Registo nacional de Bens Culturais; 18 entradas na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, 1 entrada na Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente, 2 entradas no Registo de Boas Práticas de Salvaguarda (Registar kulturnih dobara Republike Hrvatske, UNESCO – Intangible Cultural Heritage, Croatia). É o resultado de muitos anos de trabalho intensivo do Departamento de Bens Culturais Imateriais, criado no Ministério da Cultura, que periodicamente convocava um comité especial. Especialistas do Ministério da Cultura, do Instituto de Etnologia e Investigação Folclórica, do Instituto da Língua e Linguística Croata, do Departamento de Etnologia e Antropologia Cultural da Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais da Universidade de Zagreb, e vários especialistas de diversos museus e departamentos de



conservação do Ministério da Cultura, participaram na elaboração da lista para entrada no registo nacional (Hrovatin 2012: 126).

O objetivo da categorização e do registo é registar 1) aqueles bens culturais imateriais que ainda têm a possibilidade de ser transmitidos às gerações mais jovens, 2) bens culturais imateriais de importância especial para a República da Croácia, bem como 3) bens culturais imateriais menos reconhecíveis ou de menor qualidade, mas, por uma determinada razão, muito importantes para a comunidade local (Hrovatin 2012: 127). As primeiras dúvidas ao elaborar a lista para o registo estavam relacionadas com a categorização do património cultural imaterial: se deveria ser registado como 1) uma competência tradicional, ofício, conhecimento, costume, prática social ou dança, como 2) um bem cultural individual relacionado com uma família ou área específica, ou 3) de acordo com a utilização de uma técnica específica de fabrico do objeto tradicional. A prática de registo esclareceu várias possibilidades, de forma a que o registo incluía tradições praticadas por uma ou várias pessoas ou famílias, bem como tradições praticadas apenas em algumas áreas, mas também aquelas presentes em várias regiões. Existem também exemplos de registo de tradições que foram reconstruídas ou revitalizadas, e mesmo de mais recentes criadas com base numa combinação de múltiplos conhecimentos e competências, porque a comunidade local se identifica com elas (ibid.).

A categorização raramente muda a atitude dos detentores em relação ao património, mas principalmente incentiva-os a preservá-lo ainda mais e torna-os conscientes da importância da avaliação profissional do seu património. A decisão de registar um bem imaterial específico é sempre única, e nalguns casos categorias e regras predefinidas não podem ser seguidas, bem como uma forma única de descrever o bem cultural.

O formulário de candidatura para propor o estabelecimento da proteção de um bem cultural imaterial, elaborado no Ministério da Cultura, consistia nas seguintes categorias: nome do bem, informação sobre o proponente, dados de identificação sobre o bem cultural: 1) dados históricos (primeira menção, documentação, fontes históricas e visão geral histórica), 2) descrição do bem cultural (método de execução, implementação, produção, manutenção,



regras, etc.), 3) detentores da tradição/conhecimento/competências e a importância que o bem tem para a comunidade, o estado atual (descrição, mudanças em relação a padrões históricos, etc.), proposta de medidas de proteção do bem (necessidades, métodos de preservação, planos, etc.), notas e anexos (Hrovatin 2012: 129). Todas as propostas são discutidas no Ministério e nos departamentos de conservação, e, com a ajuda de especialistas, decide-se sob que nome, categoria e para que área geográfica o bem cultural deve ser protegido.

As medidas de salvaguarda são elaboradas com base na particularidade do próprio património e nas recomendações da UNESCO. Dependendo do tipo de bem, podem incluir: fazer e manter registos sobre eles, incentivar a transmissão e o cuidado no ambiente original e noutros, incluir o bem em programas de planeamento, assegurar a sustentabilidade através da educação, identificação, promoção, aumento de valor, transmissão através da educação formal e não formal, revitalização do bem, avaliação profissional e científica, mais investigação, e sensibilização pública (Hrovatin 2012, p. 132). Existe também um Registo de Boas Práticas de Salvaguarda do PCI da UNESCO (UNESCO Register of Good Safeguarding Practices).

O registo de bens culturais imateriais no inventário nacional era um dos pré-requisitos para o registo em duas listas da UNESCO: a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e a Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente. Além de um formulário específico, era necessário preparar dez fotografias, declarações ou gravações dos detentores que declarassem expressamente o seu acordo com a candidatura do bem cultural às listas da UNESCO, bem como um curto filme, bibliografia, e, se necessário, discografia sobre esse bem cultural (Hrovatin 2012: 130).

Embora nalguns casos a decisão de registar um bem possa depender da atitude um tanto subjetiva de certos especialistas da UNESCO, bem como da formulação de explicações nas candidaturas e de lobbying político e profissional adicional, o critério que até agora se revelou mais importante é a vitalidade de certas práticas e o significado que a comunidade lhes atribui (Hrovatin 2012: 130-131). O desaparecimento do património ocorre devido



aos efeitos negativos da globalização, da emigração da população das áreas rurais, da migração devido a guerras, da falta de motivação das novas gerações para aprender competências tradicionais, etc.

Os efeitos da inventariação são a intensificação de projetos existentes e o início de novos projetos de salvaguarda do património imaterial. Não só se começou a prestar especial atenção aos bens registados, como também o resto do património tradicional está a ser revitalizado e preservado, mesmo aqueles que não têm, por enquanto, perspectiva de serem registados (Hrovatin, 2012: 132).

Os impactos negativos mais comuns da listagem relacionam-se com alguns aspetos do turismo (turismo de massas, exploração excessiva do património, idealização do património para fins turísticos, etc.), a emigração das áreas rurais, e a diminuição do número de pessoas que assumem conhecimentos e competências tradicionais (Hrovatin 2012: 132).

5. Sensibilização para o património cultural imaterial

Sensibilizar para o património cultural imaterial implica informar sobre a diversidade e a disseminação do património cultural imaterial, sobre as ameaças e os riscos para a sua sustentabilidade, a necessidade da sua salvaguarda, e as ações propostas para a salvaguarda, ou a Convenção em geral (UNESCO, s.a.). Vários níveis e partes interessadas podem participar na sensibilização para o património cultural imaterial, por exemplo, organismos internacionais (UNESCO), organismos estatais, os media, instituições culturais, instituições educativas, centros de património imaterial, ONG e outras organizações, educadores e o setor privado. A sensibilização para o património cultural imaterial pode ser direcionada ao público em geral ou a grupos-alvo (por exemplo, jovens). A promoção e a valorização - como ferramentas de sensibilização - visam "aumentar o valor atribuído ao património, tanto dentro como fora das comunidades em questão" (UNESCO 2106). Na popularização do património cultural imaterial, especialmente junto do público em geral, os media, a televisão, a rádio e a internet desempenham um papel importante. As instituições culturais participam na popularização do património cultural imaterial, organizando palestras



públicas, exposições e criando materiais promocionais, e os organismos de turismo e os governos locais, organizando eventos públicos, manifestações e festivais. Os centros de interpretação e os centros de visitantes podem ser dedicados a um elemento ou fenómeno específico do património cultural imaterial, e podem ter um papel importante em aumentar a compreensão do património cultural imaterial através de várias formas de comunicação. Estão geralmente centrados em atividades como exposições museológicas permanentes e temporárias, palestras públicas, workshops com grupos específicos de visitantes, etc. (Lončar 2018).

6. Educação

A educação desempenha um papel fundamental na transmissão do património cultural imaterial. A transmissão de conhecimentos, competências e práticas pode ocorrer dentro da comunidade e da família, "de pai para filho, de mestre para discípulo como parte de um rito de iniciação, ou de professor para aluno num contexto educativo mais ou menos formal" (UNESCO 2016:10). Quando as formas tradicionais de transmissão de conhecimentos, competências e práticas dentro da família e da comunidade se tornam ineficazes, é necessário planear outras formas de transmissão, frequentemente através de educação organizada. A Convenção apela aos Estados-Partes para "assegurar o reconhecimento, o respeito e a valorização do património cultural imaterial através de programas educativos" (ibid.). As instituições educativas são assim vistas como novos espaços que podem assegurar a transmissão do património cultural imaterial às novas gerações (UNESCO s.a. 2).

A educação formal é a educação realizada "em várias instituições acreditadas, de acordo com programas aprovados, com o objetivo de melhorar conhecimentos, competências e aptidões para necessidades pessoais, sociais e profissionais, através da qual são adquiridos diplomas e qualificações reconhecidos" (s.n. s.a.). A educação formal é mais frequentemente implementada como "educação regular estrutural e cronologicamente determinada, para pessoas mais jovens (geralmente entre os 5 e os 25 anos de idade), em escolas primárias e secundárias, em



universidades e em programas especializados de ensino profissional e superior regular. Além desta educação, inclui também a educação formal de adultos." (ibid.). A educação formal exige tempo e pessoal formado (docentes). A informação sobre o património cultural imaterial pode ser incluída em disciplinas individuais em todos os níveis de educação, através de manuais, materiais de trabalho e atividades extracurriculares (workshops, excursões, visitas a museus, etc.). O ensino profissional e as carreiras relacionadas com o património cultural imaterial são reconhecidos como tendo um papel significativo na preservação de certos conhecimentos, competências e práticas (Kelemen e Lončar 2019). Ao nível universitário, cursos dedicados ao património cultural imaterial, especialmente nas áreas de etnologia e antropologia cultural, musicologia, língua e literatura, etc., podem contribuir para a investigação do património cultural imaterial e para a reflexão crítica sobre a sua salvaguarda. As redes universitárias que foram criadas nos últimos anos ajudam a ligar currículos e docentes que incluem informação sobre o património cultural imaterial no seu ensino.

A educação não formal refere-se a "processos de aprendizagem organizados, destinados a formar adultos para o trabalho, para várias atividades sociais e para o desenvolvimento pessoal." (s.n. s.a.). Esta forma de educação não conduz à aquisição de novas qualificações, novos diplomas, ou progressão na escada de qualificações (ibid). No entanto, a educação não formal é necessária para a transmissão de várias competências e conhecimentos, por exemplo, através de workshops, cursos (curtos), aprendizagem comunitária, atividades de reforço de capacidades, seminários, conferências, programas de voluntariado, associações e cooperativas escolares, trabalho de projeto, etc.

A aprendizagem informal ocorre fora das instituições educativas, e implica a aprendizagem sem instrução, ou seja, situações em que uma pessoa experiencia algo (quando vê algo novo, ouve algo, faz algo), criando-se assim, de forma não intencional, uma experiência não aprendida. É uma "aprendizagem não intencional" (da perspetiva do aprendente) que "resulta de atividades diárias relacionadas com o trabalho, a família ou o lazer" (s.n. s.a.). Por exemplo, o conhecimento sobre o património cultural imaterial



pode ser adquirido através da observação, da leitura, da utilização dos media, da visita a feiras comerciais, etc. O processo criativo de transmissão intergeracional, que está no centro da proteção do património cultural imaterial, e através do qual o património cultural imaterial é constantemente recriado, é considerado uma forma de educação informal (UNESCO s.a.2).

Dado que o património cultural imaterial pode ser parte da educação a diferentes níveis e de diferentes formas, e incluir pessoas de diferentes idades e papéis na salvaguarda do património cultural imaterial (detentores da cultura, profissionais do património, educadores, mentores, estudantes, decisores políticos, etc.), a salvaguarda do património cultural imaterial é também parte da educação ao longo da vida, ou seja, da aprendizagem ao longo da vida.

7. Financiamento

A Convenção apela aos Estados-Partes para "adotarem medidas legais, técnicas, administrativas e financeiras adequadas", com o objetivo de estabelecer ou reforçar instituições na gestão do património cultural imaterial e na transmissão de tal património, assegurando depois o acesso ao património cultural imaterial e estabelecendo instituições para o património cultural imaterial e facilitando o acesso a elas (UNESCO 2003).

A nível estatal, podem existir vários programas do Ministério da Cultura (convite público para programas na cultura, programas que apoiam o amadorismo cultural e artístico, novos media e editoras), vários programas dos ministérios do turismo, da economia e da agricultura, bem como outras instituições, como a Câmara de Comércio.

A nível regional, municipal e local, podem também existir vários programas e projetos que podem ser incentivados e apoiados por especialistas de várias instituições com os seus conselhos. Ao criar um ambiente positivo e um maior interesse, e com o apoio de instituições locais e estatais, criam-se condições para a implementação de vários projetos (Hrovatin 2012: 132).



Conclusão

A ideia por detrás da criação da convenção de 2003 era preservar tradições para as gerações futuras (UNESCO 2003). A documentação por si só não consegue garantir a transmissão do conhecimento. Com as tradições, a transmissão de conhecimento diretamente de pessoa para pessoa é mais importante (Hrovatin 2012: 132). Quem aprende adquire conhecimento através da observação e da imitação. Os etnólogos e outros especialistas podem participar na conceção de projetos nos quais o conhecimento tradicional possa ser aplicado à vida moderna, ajudar na preparação de programas para candidaturas a concursos e subsídios locais e estatais, o estabelecimento de cooperação internacional, e afins.

Para obter resultados a longo prazo e melhores, é importante incluir um maior número de pessoas e grupos numa determinada comunidade e ter em conta outros itens patrimoniais (património imóvel, móvel e natural) (ICOMOS 2024).

A listagem e a salvaguarda do património cultural imaterial reconhecem significativamente os indivíduos, grupos e comunidades pelos seus esforços na transferência contínua de competências e conhecimentos imateriais. Pode ser uma base para a criação de produtos bem concebidos para colocação no mercado e nova utilização do património imaterial. Juntamente com um sentido de pertencimento e identidade, o património imaterial pode elevar a qualidade de vida, estimular a criatividade, e ser a base de uma visão do mundo diferente (Hrovatin 2012: 134). Pode estimular várias atividades que podem englobar e incluir o património em projetos de desenvolvimento sustentável, e contribuir para a diversidade cultural.

Referências

Council of Europe. 2005. Council of Europe Framework Convention on the value of cultural heritage for society (known as the Faro Convention). Ligação: <https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/faro-convention>



Hrovatin, Mirela. 2012. Procesi očuvanja i popisivanja nematerijalnih kulturnih dobara u Hrvatskoj. Godišnjak zaštite spomenika kulture Hrvatske, 36: 125-136. Ligação: <https://hrcak.srce.hr/129558>

ICOMOS. 2024. International Chapter and Guidance on Sites with Intangible Cultural Heritage. Ligação: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Secretariat/2024/AGA_2024/Documents_de_travail/6-1-1_Report_ICH_Charter_Guidelines.pdf

Kelemen, Petra i Sanja Lončar. 2019. "Nematerijalna kulturna baština i strukovno obrazovanje i osposobljavanje – prilike i mogućnosti". U: Nesnovna dediščina med prakso in registri. 15. Vzorednice med slovensko in hrvaško etnologijo, ur. Ana Svetel i Tihana Petrović Leš. Ljubljana – Zagreb: Slovensko etnološko društvo – Hrvatsko etnološko društvo, 123–147.

Lončar, Sanja. 2018. Nematerijalna kulturna baština – mjere zaštite i očuvanja (nastavni materijali za kolegij Nematerijalna kulturna baština na Odsjeku za etnologiju i kulturnu antropologiju, Filozofski fakultet, Sveučilište u Zagrebu) / Intangible cultural heritage - safeguarding measures (course materials for the course Intangible Cultural Heritage at the Department of Ethnology and Cultural Anthropology, Faculty of Humanities and Social Sciences, University of Zagreb).

UNESCO. 2003. Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. Ligação: <https://ich.unesco.org/en/convention>

UNESCO. 2016. Implementing the UNESCO Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage in Croatia, Zagreb, 20-24 September 2016. (Texto de participante).

UNESCO. 2017. Integrating intangible cultural heritage in education. (Relatório)

UNESCO. s.a.1. Identifying and Inventoring Intangible Cultural Heritage. Ligação: <https://ich.unesco.org/doc/src/01856-EN.pdf> (acedido em 6.1.2025.)

UNESCO. s.a.2. About living heritage and education. Ligação: <https://ich.unesco.org/en/about-01159> (acedido em 6.1.2025.)



Websites

UNESCO – Intangible Cultural Heritage: <https://ich.unesco.org/en/home>
(acedido em 6.1.2025.)

UNESCO – Intangible Cultural Heritage, Croatia,
<https://ich.unesco.org/en/state/croatia-HR?info=elements-on-the-lists>
(acedido em 6.1.2025.)

UNESCO – Intangible Cultural Heritage Register of Good Safeguarding
Practices <https://ich.unesco.org/en/register> (acedido em 6.1.2025.)

Register of Cultural Properties of the Republic of Croatia,
<https://registar.kulturnadobra.hr/#/> (acedido em 6.1.2025.)

s.n. s.a. Tjedan cjeloživotnog učenja - Pojmovnik: <https://www.cjelozivotno-ucenje.hr/pojmovnik/> (acedido em 6.1.2025.)



Capítulo 6. Práticas de Turismo Sustentável: O Papel do Património Cultural Imaterial e o Envolvimento Comunitário

Sónia Avelar

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – CEEAplA – Universidade dos
Açores

Susana Goulart Costa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Departamento de História -
CHAM

Flávio Tiago

Faculdade de Economia e Gestão – CEEAplA – Universidade dos Açores

1.

Introdução

O turismo sustentável (TS) desempenha um papel vital na preservação do PCI, harmonizando valores económicos, socioculturais e ambientais. Segundo a UNESCO, o PCI engloba as tradições, os conhecimentos, as competências e as expressões que as comunidades valorizam como parte da sua identidade cultural. Estas práticas, transmitidas ao longo de gerações, são fundamentais para manter a diversidade cultural e a resiliência. O TS oferece uma forma de se envolver com o PCI de maneira respeitosa, criando benefícios socioeconómicos para as comunidades locais, ao mesmo tempo que reconhece o PCI como um aspeto vibrante de culturas vivas, em vez de apenas um produto turístico. Um princípio fundamental do TS é honrar a identidade cultural, o que significa proteger as tradições locais e prevenir a sua comercialização ou exploração. Incentiva interações genuínas entre visitantes e comunidades, fomentando o respeito mútuo e preservando a autenticidade das práticas culturais. Este envolvimento comunitário é essencial, capacitando os locais para conceber e supervisionar projetos turísticos que salvaguardem o seu património, ao mesmo tempo que usufruem de vantagens económicas. Assim, ao alinhar o turismo com os



valores culturais, as comunidades podem reforçar o seu bem-estar social e manter as suas tradições vivas. O TS assegura também que os benefícios económicos das atividades relacionadas com o PCI são partilhados de forma justa, apoiando meios de subsistência e motivando a preservação do património. Esta abordagem ajuda a sustentar o PCI para as gerações futuras, através da documentação, da promoção e da revitalização de práticas culturais. Educar os visitantes sobre o PCI aprofunda a sua apreciação, enriquecendo as suas experiências e ajudando a proteger estas tradições estimadas.

2. Fundamentos Concetuais

2.1 TS e PCI

A UNESCO criou a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI) em 2003. Como mencionado anteriormente, o PCI engloba as práticas, os conhecimentos, as competências e as expressões que comunidades, grupos e indivíduos valorizam como parte da sua identidade cultural. O património cultural material pode ser tocado e visto, mas o PCI diz respeito aos aspetos não físicos - essas ricas tradições e expressões transmitidas ao longo de gerações. (ver Tabela 1).

Tabela 1. Expressões do PCI

Expressão do PCI	Descrição	Potencial	Fragilidades
Tradições Orais	Narração de histórias, provérbios, canções e cânticos.	Preservam a memória e a identidade comunitárias; promovem a aprendizagem intergeracional.	Vulneráveis à perda se não forem ativamente praticadas ou documentadas; dependentes da memória e da transmissão oral.



Rituais e Cerimónias	Cerimónias religiosas, eventos festivos e práticas sociais.	Reforçam a coesão social; fomentam a identidade espiritual e comunitária.	O risco de comercialização ou deturpação através do turismo pode aumentar com as mudanças sociais.
Artesanato Tradicional	Cerâmica, tecelagem, entalhe em madeira, trabalho em metal.	Evidenciam a criatividade e a inovação; apoiam meios de subsistência através do artesanato.	Pode declinar devido à industrialização e à falta de interesse entre as gerações mais jovens.
Conhecimento Ecológico Tradicional	Conhecimento do mundo natural, incluindo técnicas agrícolas, práticas medicinais e estratégias de sustentabilidade.	Promovem a sustentabilidade ecológica; adaptam-se aos desafios ambientais.	Perda de relevância em contextos modernos; risco de extinção com a urbanização e a falta de documentação.
Artes Performativas	Dança, música e teatro.	Envolvem os públicos emocionalmente; preservam narrativas e	Propensas à diluição ou à deturpação; exigem recursos e plataformas para



		tradições culturais.	uma prática sustentada.
Costumes Locais e Práticas Sociais	Festivais de colheita, celebrações comunitárias e outras tradições moldam as interações comunitárias.	Reforçam os laços comunitários; fomentam um sentido de pertencimento e continuidade.	Pode erodir-se com a modernização e as mudanças no estilo de vida, com o risco de se tornar simbólico para fins turísticos.

A UNESCO sublinha que, no que diz respeito à salvaguarda do PCI, as comunidades devem estar na linha da frente do processo de tomada de decisão (UNESCO, 2003). Esta abordagem ajuda a assegurar que o turismo respeita e promove o património sem o distorcer ou comercializar. É também crucial apresentar as práticas culturais de uma forma que honre verdadeiramente a sua essência e integridade. Quando as comunidades se envolvem com o turismo, o objetivo é proteger os significados e as funções originais das práticas de PCI. Nesta perspetiva, o turismo pode ser efetivamente uma ferramenta poderosa para sensibilizar para o PCI, ajudando as pessoas a desenvolver uma compreensão e uma apreciação mais profundas da diversidade cultural. É por isso que o turismo sustentável é um foco fundamental nas diretrizes da UNESCO, sublinhando que o turismo deve apoiar a sustentabilidade a longo prazo do património cultural. Isto significa gerir cuidadosamente os fluxos turísticos para evitar que o turismo de massas sobrecarregue ou altere as práticas culturais.

2.2 Envolvimento Comunitário no Turismo

A ideia de envolver as comunidades no planeamento e na gestão do turismo baseia-se em vários quadros teóricos, que esclarecem a sua dinâmica e os



seus efeitos no desenvolvimento do turismo sustentável. Estas teorias lançam as bases para compreender como incentivar e manter a participação comunitária de formas que conduzam a práticas turísticas justas e eficazes.

Figura 3. Espinha dorsal da participação comunitária no planeamento e na gestão do turismo



A teoria da capacitação sublinha a importância crucial de as comunidades assumirem o controlo do seu próprio desenvolvimento. Numa perspetiva turística, isto significa envolver os residentes na tomada de decisões e assegurar que as suas vozes sejam ouvidas na definição das atividades

turísticas que afetam as suas vidas e meios de subsistência (Joo et al., 2020). A teoria reconhece que as comunidades locais possuem conhecimentos e percepções valiosos sobre o seu ambiente e a sua cultura, essenciais para o planeamento turístico sustentável. Quando as comunidades são capacitadas, têm a oportunidade de moldar ativamente o desenvolvimento turístico. Desta forma, este reflete verdadeiramente os seus valores, as suas prioridades e o seu modo de vida.

Por outro lado, a teoria da troca social oferece uma perspetiva diferente, sugerindo que as pessoas se envolvem em interações com base na sua avaliação de custos e benefícios. No contexto do turismo, isto significa que os residentes têm maior probabilidade de se envolverem em iniciativas turísticas se acreditarem que os benefícios, como ganhos económicos, infraestruturas melhoradas e revitalização cultural, superam quaisquer potenciais desvantagens, como danos ambientais ou mercantilização cultural (Chang, 2021). Assim, assegurar que os benefícios do turismo são distribuídos de forma justa e abordar as preocupações comunitárias são fundamentais para incentivar a participação dentro deste quadro.

A teoria das partes interessadas amplia a nossa compreensão, sublinhando a necessidade de considerar os interesses de todos os afetados pelo desenvolvimento turístico (Theodoulidis et al., 2017). Isto engloba comunidades locais, turistas, empresas, organismos governamentais e organizações não governamentais (ONG). A teoria sublinha a importância de equilibrar as prioridades frequentemente conflitantes destas várias partes interessadas, para alcançar resultados tanto sustentáveis como inclusivos. Para planear eficazmente o turismo dentro deste quadro, é crucial reconhecer como estas partes interessadas estão interligadas, e trabalhar em direção a soluções colaborativas que honrem os direitos e os interesses de todos os envolvidos.

A teoria da governação colaborativa centra-se no valor das parcerias e dos esforços coletivos entre diferentes atores no planeamento e na gestão do turismo. Esta perspetiva reconhece que nenhuma organização isolada possui todos os recursos, conhecimentos ou perícia necessários para um desenvolvimento turístico bem-sucedido. Em vez disso, promove a tomada



de decisão partilhada, a resolução conjunta de problemas e a aprendizagem mútua entre as partes interessadas (Valderrama & Polanco, 2024). Ao potenciar as forças e os pontos de vista de vários atores, a governação colaborativa incentiva a inclusividade e a inovação, tornando-a um quadro poderoso para a teoria das partes interessadas.

A teoria do capital social sublinha como as redes sociais, a confiança e a reciprocidade desempenham um papel crucial no desenvolvimento comunitário. Quando as comunidades têm um forte capital social, estão numa posição muito melhor para se unirem em ação coletiva e se envolverem ativamente no planeamento e na gestão do turismo (Zhao et al., 2011). É por isso que é tão importante construir e reforçar o capital social através de iniciativas que fomentem a confiança, reforcem a coesão comunitária e cultivem objetivos partilhados - estes elementos são fundamentais para o sucesso dos projetos de turismo de base comunitária.

A capacitação, a troca social, a inclusão das partes interessadas, a governação colaborativa e os quadros de capital social trazem, cada um, algo único para a compreensão de como as comunidades podem verdadeiramente envolver-se no desenvolvimento turístico. Vale a pena notar que estas teorias não são isoladas; podem trabalhar em conjunto para criar uma abordagem mais abrangente à participação comunitária. Com base nestas perceções, os planeadores e gestores de turismo podem conceber estratégias que apoiem o desenvolvimento sustentável, respeitando e refletindo simultaneamente as aspirações das comunidades locais.

3. Benefícios das Práticas de TS para o PCI

Uma das vantagens de destaque do turismo sustentável (TS) é a sua capacidade de fornecer apoio financeiro destinado a proteger e partilhar o património cultural imaterial (PCI). Ao criar um modelo económico que retira fundos do turismo, mantendo simultaneamente as expressões culturais genuínas, as comunidades podem garantir os recursos necessários para salvaguardar o seu património, sem serem excessivamente dependentes de subsídios externos ou de assistência governamental. Veja-se, por exemplo,



como o turismo pode servir de palco para artesãos locais, intérpretes e profissionais culturais mostrarem os seus talentos. É precisamente por isso que a UNESCO (2003) salienta que as comunidades envolvidas no turismo podem reinvestir os seus rendimentos em áreas vitais, como infraestruturas, iniciativas educativas e formação de talento local, assegurando que o património cultural não só é preservado, como também transmitido às gerações futuras. O rendimento gerado por workshops, exposições e a venda de artesanato tradicional pode ser utilizado para formar as gerações mais jovens, assegurando que este conhecimento valioso continua. No Butão (Khadi, 2019), os fundos do turismo cultural são canalizados para apoiar a prática contínua das artes e ofícios tradicionais, assegurando que estas tradições permanecem vibrantes e em evolução.

As práticas de TS podem capacitar as comunidades locais, dando-lhes a oportunidade de mostrar e interpretar o seu próprio património, assegurando que as práticas culturais são apresentadas de forma autêntica. Quando os praticantes locais estão envolvidos na conceção e na gestão do turismo, isto ajuda a transmitir o PCI de uma forma que permanece fiel ao seu significado e importância originais. Além disso, as estratégias de turismo sustentável fomentam a colaboração entre as partes interessadas no turismo e as comunidades locais. Ao unir forças, estes grupos podem criar sistemas que assegurem que os benefícios do turismo se direcionam para a proteção do PCI. Veja-se o Quênia, por exemplo, onde as comunidades Maasai se associaram a operadores de ecoturismo para desenvolver experiências culturais que apoiam diretamente as práticas patrimoniais locais. Os fundos gerados por estas iniciativas turísticas ajudam a formar novos artesãos e intérpretes, assegurando que o conhecimento e as competências são transmitidos ao longo de gerações. Uma abordagem semelhante pode ser vista em Mirandela, Portugal, onde o envolvimento comunitário na preservação da língua local conduziu a experiências turísticas únicas.

Tem o potencial de criar oportunidades de emprego significativas para artesãos locais, guias e intérpretes, permitindo-lhes ganhar a vida celebrando o seu património cultural. Ao proporcionar experiências



autênticas - como participar em cerimónias tradicionais ou aprender ofícios com mestres qualificados - o turismo incentiva as gerações mais jovens a abraçar estas práticas, assegurando que prosperam durante os próximos anos. Este aspeto educativo do turismo fomenta uma apreciação genuína pela diversidade cultural e aprofunda a compreensão dos visitantes sobre por que motivo a preservação do património cultural é tão importante.

Além disso, o TS pode facilitar o diálogo intercultural, criando espaços para partilhar conhecimento cultural e nutrir o respeito pelas nossas diferenças. É essencial sublinhar que o turismo sustentável adota uma abordagem holística à preservação, entrelaçando a proteção do património cultural com a conservação do nosso ambiente natural. Muitas práticas de património cultural imaterial (PCI) estão intimamente ligadas à paisagem natural, incluindo técnicas agrícolas tradicionais, métodos de tingimento natural, e sabedoria ecológica que apoia o uso sustentável da terra. Tal como na Nova Zelândia, a comunidade Māori entrelaçou o turismo cultural nas suas iniciativas de salvaguarda do ambiente, compreendendo que preservar o seu conhecimento tradicional da terra é crucial não só para a identidade cultural, como também para a sustentabilidade ecológica (Barcham, 2020). Da mesma forma, nos Açores, o património da caça à baleia foi transformado em turismo de observação de baleias, onde a cultura local em torno das baleias se reflete em recordações, narração de histórias e exposições museológicas.

4. Desafios e Riscos

4.1 Sobreturismo e Comercialização

O sobreturismo e a comercialização representam obstáculos reais nos esforços de proteção do património cultural imaterial. Pode parecer irónico, uma vez que estes desafios frequentemente resultam de turistas que desejam mergulhar em experiências culturais autênticas. Quando um lugar fica inundado de visitantes, as comunidades locais podem sentir a pressão de ajustar ou mesmo comercializar as suas práticas, rituais e costumes tradicionais, apenas para satisfazer as expectativas dos turistas ou ganhar algum dinheiro. Isto pode resultar na "encenação" de performances culturais, onde cerimónias sagradas são encurtadas, simplificadas, ou



retiradas do contexto, corroendo lentamente o seu significado e importância originais. A mercantilização - transformar práticas culturais em produtos vendáveis - traz riscos significativos para a autenticidade e a integridade do património cultural imaterial. Quando as expressões culturais são tratadas como mercadorias, os seus verdadeiros significados e contextos podem facilmente ser distorcidos ou perdidos. Isto frequentemente conduz a um processo de simplificação, padronização e adaptação de tradições, para se ajustarem às exigências do mercado, resultando em representações superficiais de práticas culturais ricas e intrincadas.

A pressão para comercializar em grandes quantidades o artesanato tradicional, a música ou a gastronomia pode comprometer verdadeiramente a qualidade e a autenticidade. Em vez de se ater a métodos e materiais seculares, os interesses comerciais frequentemente pressionam por mudanças ou mesmo distorções das tradições culturais, apenas para aumentar os lucros. Isto pode conduzir a performances que parecem encenadas, a rituais excessivamente higienizados, ou ao surgimento de "pseudotradições" que carecem de profundidade cultural real (Young & Markham, 2020). Os jovens nestas comunidades, ao verem o seu património principalmente através de uma lente económica, podem perder o interesse em preservar e praticar as suas tradições na sua forma verdadeira.

Isto cria uma situação delicada: embora o turismo possa trazer benefícios económicos e aumentar a consciência global sobre as tradições culturais, arrisca também transformar o património imaterial em mero entretenimento, pondo em risco a sua autenticidade e sobrevivência a longo prazo. Além disso, o que os turistas esperam desempenha um papel enorme, uma vez que muitos procuram experiências fáceis de aceder e entretenimento. Para satisfazer estas exigências, as comunidades podem acabar por alterar ou padronizar as suas tradições, perdendo os ricos significados culturais no processo, em favor de ofertas mais comercializáveis. A falta de controlo comunitário sobre como a sua cultura é representada só piora as coisas. Quando pessoas de fora assumem o controlo da tomada de decisões, as hipóteses de deturpação e exploração aumentam. Rituais sagrados podem tornar-se mercantilizados, e tradições significativas podem



ser trivializadas, tudo porque o lucro é priorizado sobre a preservação cultural (Mihalic, 2020). Esta mercantilização pode também conduzir à apropriação cultural, onde elementos de uma cultura são tomados por pessoas de fora sem a devida compreensão ou respeito. Isto não só deturpa essas práticas culturais, como pode também ofender e minar a própria identidade da cultura.

A perda de autenticidade resultante da mercantilização tem implicações profundas para as comunidades. Um efeito importante é a perda da identidade cultural, na medida em que as práticas que se tornam mercantilizadas frequentemente não conseguem transmitir os valores culturais que unem as comunidades. A autenticidade está profundamente ligada ao valor cultural; quando as práticas culturais são transformadas em mercadorias, o seu significado pode diminuir tanto para os locais como para os turistas, o que pode dificultar os esforços para manter e celebrar o património (Ricky, 2022). Além disso, a mercantilização pode alargar as lacunas sociais e económicas. Embora as entidades externas possam lucrar, as comunidades locais frequentemente veem pouco benefício e suportam os encargos culturais e sociais, o que pode agravar as desigualdades existentes e criar conflitos internos (Mihalic, 2020). Para enfrentar os desafios colocados pela mercantilização, é crucial comprometer-se com práticas de turismo sustentável que sublinhem a preservação cultural e capacitem as comunidades. Um impacto positivo pode ser alcançado apoiando projetos de turismo de base comunitária, promovendo o marketing ético do património cultural, e fomentando interações respeitosas entre turistas e locais. Estas estratégias são vitais para manter a autenticidade e a integridade do património cultural imaterial, assegurando simultaneamente que o turismo afeta positivamente o bem-estar das comunidades locais.

4.2 Falta de Agência Comunitária

As comunidades locais frequentemente encontram dificuldades significativas quando se trata de ter voz nos processos de tomada de decisão do turismo. Estes obstáculos podem privá-las da capacidade de controlar como o seu património cultural é exibido, salvaguardado e rentabilizado. Em



muitos casos, o poder de tomar decisões sobre o desenvolvimento turístico é detido por atores externos, como funcionários governamentais, corporações multinacionais, ou grandes operadores turísticos. Isto cria um desequilíbrio em que as comunidades locais, particularmente os grupos marginalizados, se encontram com pouca influência sobre como o turismo impacta as suas práticas culturais e o seu ambiente. Quando estas comunidades são excluídas da conversa, arriscam perder o controlo sobre o seu próprio património. Outro desafio é que muitas comunidades locais frequentemente carecem dos meios financeiros e do saber-fazer técnico para se envolverem eficazmente no planeamento e na gestão do turismo. As comunidades mais pequenas podem ter dificuldade em desenvolver e gerir iniciativas turísticas que protejam o seu património e lhes permitam simultaneamente beneficiar do turismo. Além disso, existe frequentemente uma lacuna na educação ou na consciencialização dentro das comunidades locais, sobre os potenciais efeitos do turismo no seu património cultural. Sem uma compreensão sólida de como o turismo pode servir de ferramenta para o desenvolvimento sustentável, estas comunidades podem perder a oportunidade de defender os seus direitos ou de assegurar que as suas necessidades se refletem nas políticas de turismo. À medida que a infraestrutura turística cresce, os residentes podem ver-se forçados a deslocar-se, para acomodar estes desenvolvimentos. Veja-se Veneza, por exemplo; o aumento do turismo conduziu a que muitos residentes fossem deslocados, porque já não conseguem pagar para viver na cidade, devido ao aumento do custo de vida impulsionado pelo afluxo de turistas (UNESCO, 2017). À medida que as comunidades se ajustam às pressões do turismo, podem experienciar uma desconexão cultural que pode diluir a essência das suas práticas culturais, resultando numa perda de autenticidade e numa lacuna entre o património da comunidade e as suas expressões modernas.

4.3 Preocupações Ambientais

As práticas insustentáveis em locais de património cultural estão a causar uma séria reação em cadeia que põe em risco tanto o ambiente como os próprios tesouros culturais que as comunidades tentam proteger. O



aumento de turistas que afluem a estes locais está realmente a sobrecarregar os recursos locais. Isto está a causar alguns problemas sérios, como escassez de água, desflorestação, e um pico no uso de energia. Estes efeitos não só desequilibram os ecossistemas locais, como também criam riscos importantes para a biodiversidade. O crescente número de visitantes conduz à erosão do solo, a danos na vegetação, e a perturbações nos ecossistemas locais, o que pode enfraquecer a integridade estrutural de edifícios históricos e sítios arqueológicos. Além disso, a poluição da água resultante de uma gestão deficiente de resíduos e da extração excessiva de águas subterrâneas para instalações turísticas está a acelerar a decadência de estruturas antigas, especialmente em lugares onde a água é vital para a paisagem cultural. A poluição do ar proveniente do desenvolvimento urbano próximo e dos sistemas de transporte liberta substâncias nocivas que podem corroer monumentos de pedra e elementos arquitetónicos.

Além disso, o desenvolvimento não controlado de infraestruturas turísticas frequentemente interfere em zonas-tampão destinadas a salvaguardar estes locais. A poluição proveniente do transporte, do alojamento e das atividades turísticas contamina o ar, a água e o solo, enquanto a gestão inadequada de resíduos agrava os danos ambientais, criando riscos tanto visuais como de saúde. Alguns destes conseguiram destacar-se durante o confinamento da Covid, como a água de Veneza que mudou de cor. As alterações climáticas, alimentadas por estas práticas insustentáveis, trazem novos desafios, como fenómenos meteorológicos extremos, subida do nível do mar, e mudanças nos padrões de precipitação, que estes locais patrimoniais simplesmente não foram construídos para suportar. Os danos físicos são também uma preocupação, resultantes da sobrelotação, do comportamento turístico inadequado, e da expansão de infraestruturas. A construção de hotéis, estradas e outras instalações invade habitats naturais e altera paisagens históricas, enquanto o aumento do tráfego pedonal e da utilização de veículos contribui para a erosão do solo, a perda de vegetação, e a deterioração de vestígios arqueológicos. Estes efeitos não só diminuem o significado estético e cultural dos locais patrimoniais, como também põem em risco a sua preservação a longo prazo.



5. Recomendações e Direções Futuras

Os programas de formação e o reforço de capacidades são cruciais para capacitar as comunidades. Estas iniciativas personalizadas podem fornecer às populações locais competências valiosas na documentação cultural, na gestão do património e nas práticas de turismo sustentável. Estes programas devem centrar-se em áreas como a narração de histórias, a gestão do ecoturismo, e o marketing de produtos culturais, incentivando simultaneamente o empreendedorismo e a literacia financeira. É também vital facilitar a transferência intergeracional de conhecimento, ajudando as competências tradicionais a evoluir no mundo atual. A formação em línguas e hotelaria pode preparar os membros da comunidade para se ligarem a turistas globais, mantendo-se fiéis às suas raízes culturais.

As abordagens participativas no planeamento turístico são igualmente importantes. Os workshops inclusivos devem permitir aos membros da comunidade expressar as suas opiniões sobre como moldar as estratégias turísticas, assegurando que as suas prioridades e valores estão em primeiro plano. Colaborar com as partes interessadas, como agências governamentais, ONG e o setor privado, pode ajudar a criar uma visão partilhada para o desenvolvimento turístico. Monitorizar e avaliar o impacto do turismo através de avaliações lideradas pela comunidade assegura que a gestão se adapta às necessidades culturais, sociais e económicas. Além disso, as ferramentas digitais podem reforçar a promoção do património cultural imaterial através de visitas virtuais, narração multimédia e plataformas online. Os incentivos financeiros e o financiamento para infraestruturas e iniciativas culturais podem reforçar estes esforços. Sensibilizar os turistas através de campanhas educativas fomenta o respeito e a compreensão.

Para combinar eficazmente o património cultural imaterial com o turismo sustentável, o desenvolvimento de políticas estratégicas deve priorizar o envolvimento comunitário, o reforço de capacidades, e os métodos participativos. Ao colocar estas estratégias em prática, o turismo sustentável pode proteger o património cultural imaterial, promovendo a preservação cultural, ao mesmo tempo que incentiva o desenvolvimento equitativo.



Conclusão

O TS desempenha um papel vital na proteção do PCI, oferecendo uma forma bem organizada de manter vivas as tradições, práticas e conhecimentos que moldam a identidade cultural. Ao fomentar intercâmbios culturais genuínos, apoiar economias locais, e incentivar a partilha de conhecimento entre gerações, o TS ajuda a assegurar que o PCI permanece uma parte viva e essencial da vida comunitária. Sublinha também a necessidade de participação inclusiva, dando às comunidades o poder de gerir projetos turísticos que reflitam e honrem verdadeiramente os seus valores culturais. No entanto, existem desafios significativos a enfrentar, como a mercantilização cultural, os danos ambientais, e a perda de autenticidade, que exigem ação imediata e coordenada. Decisores políticos, investigadores e profissionais devem, todos, priorizar a integração do PCI nas políticas turísticas, criar programas de reforço de capacidades para as partes interessadas locais, e adotar métodos de planeamento participativo. Estes passos são cruciais para construir um futuro sustentável, onde o PCI e o turismo responsável e generativo possam prosperar em conjunto, proporcionando benefícios duradouros tanto para a preservação cultural como para o crescimento socioeconómico.

Referências

- Chang, K. C. (2021). The affecting tourism development attitudes based on the social exchange theory and the social network theory. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 26(2), 167-182. DOI: 10.1080/10941665.2018.1540438
- Joo, D., Woosnam, K. M., Strzelecka, M., & Boley, B. (2020). Knowledge, empowerment, and action: Testing the empowerment theory in a tourism context. *Journal of Sustainable Tourism*, 28(1), 69-85. DOI: 10.1080/09669582.2019.1675673
- Mihalic, T. (2020). Conceptualising overtourism: A sustainability approach. *Annals of Tourism Research*, 84, 103025. DOI: 10.1016/j.annals.2020.103025



Rickly, J. M. (2022). A review of authenticity research in tourism: Launching the Annals of Tourism Research Curated Collection on authenticity. *Annals of Tourism Research*, 92, 103349. DOI: 10.1016/j.annals.2021.103349

Theodoulidis, B., Diaz, D., Crotto, F., & Rancati, E. (2017). Exploring corporate social responsibility and financial performance through stakeholder theory in the tourism industries. *Tourism Management*, 62, 173-188. DOI: 10.1016/j.tourman.2017.03.018

UNESCO (2003). Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage.

Valderrama, E. L., & Polanco, J. A. (2024). Understanding how collaborative governance mediates rural tourism and sustainable territory development: a systematic literature review. *Tourism Recreation Research*, 49(4), 888-904. DOI: 10.1080/02508281.2022.2072653

Young, M., & Markham, F. (2020). Tourism, capital, and the commodification of place. *Progress in Human Geography*, 44(2), 276-296. DOI: 10.1177/030913251982667

Zhao, W., Ritchie, J. B., & Echtner, C. M. (2011). Social capital and tourism entrepreneurship. *Annals of Tourism Research*, 38(4), 1570-1593. DOI: 10.1016/j.annals.2011.02.006



Capítulo 7. Marketing e métodos de promoção do PCI

Androniki Kavoura, Universidade da Ática Ocidental, Grécia

Eleni Martini, Universidade da Ática Ocidental, Grécia

Sofia Asonitou, Universidade da Ática Ocidental, Grécia

1. Introdução

A importância do património cultural imaterial (PCI) está associada ao conhecimento que se torna conhecido de uma geração para a seguinte. Esta transmissão de conhecimento tem valor económico e social dentro de um Estado, podendo estar relacionada tanto com minorias como com os principais grupos sociais, sendo tão crucial para os Estados em desenvolvimento como para os desenvolvidos (Gross-Gołacka, Kavoura, Asonitou, & Martini, 2024).

A gestão cultural utiliza conceitos de marketing baseados na promoção de produtos e serviços, e refere-se aos 4 P (produto, praça, promoção, preço). Este capítulo examina os fatores relacionados com a gestão do PCI, baseando-se em conceitos descritos na teoria de marketing para os 4 P, que podem ser implementados para o início de uma campanha publicitária. Estes conceitos básicos são então examinados e relacionados com o PCI.

2. Produto

O PCI, tal como apresentado pela UNESCO, não precisa apenas de ser preservado, mas também de ser transmitido às gerações futuras e promovido em benefício da comunidade local, abrindo empregos relacionados para a população local.

Em todo o mundo, muitas expressões de cultura não têm uma substância tangível, embora tenham sido registadas. Estas formas imateriais de expressão podem incluir: música, festivais, gastronomia, desportos, etc.



Estas formas de cultura não podem ser fisicamente armazenadas, como num museu, mas apenas experienciadas "através de um veículo que as expressa. Tais veículos culturais são chamados de 'Tesouros Humanos' pela ONU" (https://en.wikipedia.org/wiki/Intangible_cultural_heritage).

Em 2001, um comité em Turim (Itália) desenvolveu uma definição de trabalho para "património cultural imaterial". Baseando-se nas perspetivas expressas na altura da Conferência de Washington e nos resultados de uma série de estudos, a UNESCO redigiu uma nova definição de PCI, descrevendo-o como competências e conhecimento que passam de pessoas para outras pessoas, que criam produtos e envolvem espaços essenciais para a sua sustentabilidade. Desta forma, cria-se um sentido de continuidade entre comunidades que visam preservar a identidade cultural, mas também a diversidade cultural e a criatividade da humanidade (Matsuura, 2001).

Além disso, esperava-se que a UNESCO preparasse um novo processo internacional para a salvaguarda do PCI. A salvaguarda deveria basear-se em objetivos específicos: a) a preservação de criações humanas que possam desaparecer para sempre, b) o seu reconhecimento a nível global, c) o reforço da identidade, d) a possibilidade de cooperação social dentro e entre grupos, e) a salvaguarda da continuidade histórica, f) a promoção da diversidade criativa da humanidade, g) a facilitação do acesso aos frutos desta criatividade.

A UNESCO adotou a Convenção de 2003 para a Salvaguarda do PCI, tendo em conta o património imaterial e material. A Convenção identificou características da vida moderna, como a globalização, a transformação social e a intolerância, que correm o risco de desaparecer porque não houve consideração para as proteger (UNESCO, 2024a).

Compreender o património cultural imaterial de grupos étnicos ajuda no diálogo intercultural e incentiva o respeito mútuo por pensamentos diferentes. No entanto, na era da globalização, é imperativo encontrar métodos para preservar e comunicar o PCI à próxima geração, na medida em que representa um fator essencial da diversidade cultural (UNESCO, s.d.).



O Documento de Nara sobre a Autenticidade incorpora o espírito da Carta de Veneza de 1964, baseando-se nela e enriquecendo-a, respondendo ao âmbito alargado da investigação e dos interesses no património cultural no mundo moderno, incluindo o PCI (ICOMOS, 2012).

O Documento de Nara refere-se ao facto de que, para termos desenvolvimento humano, precisamos de proteger o património cultural.

Novas perspetivas e ameaças surgiram nos últimos anos. É imperativo examinar como o PCI interage com a tecnologia (inteligência artificial, realidade virtual), as telecomunicações, o hiperturismo, as alterações climáticas, a homogeneização cultural, a interação e a fusão linguísticas, a expansão urbana e o desenvolvimento sustentável. Em particular, a proteção das línguas é um dos elementos mais importantes para a preservação do PCI, segundo Karl Von Habsburg (https://en.wikipedia.org/wiki/Intangible_cultural_heritage). Na era da globalização e dos conflitos identitários, a língua pode tornar-se alvo de ataque como bem cultural simbólico.

2. Distribuição

A gestão de uma questão de PCI diz respeito a uma área local específica e propõe uma USP, que pode ser implementada em nível local, nacional e global. O conceito de distribuição refere-se ao lugar na distribuição de ações do PCI.

3. Promoção

Para a promoção do PCI, o grupo-alvo deve ser determinado, de forma a que a promoção seja direcionada a grupos específicos (famílias, casais, jovens, ou a todos). Deve dar-se ênfase às pessoas com necessidades especiais (por exemplo, transmissão ao vivo de eventos). É também necessário determinar o momento para tal promoção, bem como os atores e as partes interessadas envolvidas. O tipo de campanha publicitária deve



também ser determinado, por exemplo, campanha informativa ou campanha de lembrete.

No que respeita à forma como a promoção é realizada, é necessário um questionário para determinar as opiniões dos grupos-alvo, distribuído através de uma ligação google. Com base nas respostas recolhidas, será determinado o formato e a redação da campanha (por exemplo, mensagem humorística, séria e realista), bem como a abordagem visual.

A comunicação visual de tais campanhas é objeto de investigação sobre o PCI local e a informação recolhida, devendo ser realizada por designers e artistas gráficos profissionais, em colaboração com comunidades locais e especialistas ou cientistas na respetiva área do PCI. O resultado deste trabalho de equipa destacará a diversidade versus a homogeneidade, que prevaleceu durante o século XX.

"... o modernismo ocidental do século XX lançou as bases para uma hegemonia epistemológica do Ocidente sobre as culturas regionais, dominando através de modelos modernistas de conhecimento, vida e existência, de acordo com formas globalizadas de funcionamento, produção, e valores intelectuais e estéticos" (Decolonising Design Group, 2019).

Um exemplo, entre outros, que se provou ser boa prática de design, é o sistema de branding e comunicação de uma cidade, concebido tendo em conta o património local e os valores humanos, transformado numa identidade visual representativa moderna: (D&AD Awards Winners, 2024).

Com base na escolha do método de promoção, serão utilizados os meios de comunicação correspondentes, tradicionais e/ou sociais, com base nas estatísticas que mostram quais destes meios são preferidos pelo grupo-alvo. Um exemplo de gestão do PCI é o pubilirreportagem, onde uma área e o seu PCI são promovidos. Propõe-se também a utilização de tecnologias de interface inovadoras que unem os mundos virtual e físico, como aplicações de realidade aumentada, virtual e mista, para reforçar a experiência do utilizador através de telemóveis e exposições online (Briciu, Briciu & Kavoura, 2020).



Diferentes ferramentas podem também ser utilizadas para incentivar a participação ativa dos jovens através de plataformas digitais, tais como:

-Séries de jogos Lego, plataformas de jogos online (H4GG, 2025; WKC Chronicles, 2025).

O emprego de tecnologias modernas na promoção do PCI pode criar o ambiente apropriado para a participação de novas gerações (estudantes universitários e do ensino secundário). Os jovens, estando familiarizados com os desenvolvimentos tecnológicos, encontram um espaço para se expressarem, ao mesmo tempo que entram em contacto com tradições, aprendendo sobre o seu passado e cultivando empatia.

A Inteligência Artificial é outro exemplo da utilização de tecnologias digitais, que pode oferecer muitas formas de promover e mostrar tradições locais, arte, música ou outros tipos de cultura.

A UNESCO recomenda que os Estados-Membros integrem sistemas de IA, quando apropriado, para a "preservação, enriquecimento, compreensão, promoção, gestão e acessibilidade do património cultural material, documentado e imaterial, incluindo línguas em risco, bem como línguas e conhecimentos indígenas" (Pinto, 2024).

As ações governamentais ou comunitárias podem incluir programas educativos atualizados relacionados com a aplicação de sistemas de IA nestas áreas nos seus programas promocionais, assegurando uma abordagem participativa, visando instituições, escolas e o público em geral. Os sistemas de IA oferecem oportunidades e desafios em relação ao PCI, ao abordar categorias específicas de utilizadores. Por exemplo, ao dirigir-se a comunidades, a IA pode ajudar oferecendo programas inovadores que comunicarão o seu património a um público mais alargado. Ao mesmo tempo, as comunidades devem estar cientes do risco de abuso, na medida em que podem adaptar interesses ou explicações comunitárias "míopes" do património cultural imaterial de uma única perspetiva, sem conseguir ouvir a multiplicidade de opiniões que podem existir sobre um tópico. Para os utilizadores em geral, a IA pode tornar o património cultural imaterial mais acessível e interessante, mas existe o risco de induzir em erro com



desinformação. No geral, a educação através da IA pode dar a conhecer o património cultural imaterial a um público mais alargado; no entanto, existe sempre o potencial para uma utilização não ética dos dados (UNESCO, 2024b).

4. Preço (custo)

Outro conceito, na promoção do PCI, diz respeito aos custos da sua promoção. Por exemplo, a compra de tempo e espaço nos media tradicionais e sociais é decisiva para a escolha dos meios a utilizar para promover o PCI. Por exemplo, o custo de imprimir 100 cartazes para um evento relacionado com a promoção do PCI. Uma aldeia com 500 habitantes necessitaria de dez cartazes de tamanho 50X70cm, enquanto anúncios exteriores em paragens de autocarro seriam utilizados para uma cidade.

Além de conhecer os 4 P, o 5.º P está também ligado ao marketing e relacionado com o fator "pessoas". A informação fornecida é crítica e pode afetar o resultado global.

Devemos ter em conta que, embora existam muitos locais, rituais e eventos relacionados com o PCI, a informação pode ser assimétrica. Isto significa que pode haver uma desconexão entre o criador da mensagem e o consumidor. O valor acrescentado do esforço promocional pode não ser fornecido se não existir informação claramente definida sobre o PCI.

Além disso, os atores envolvidos na promoção do PCI devem escolher a tecnologia apropriada para cada local, museu e coleção, rituais e crenças, eventos e práticas culturais. Nem todos os casos são promovidos da mesma forma. Por exemplo, um museu ao ar livre exige uma abordagem diferente da de um pequeno museu. Outro exemplo pode ser a utilização de um audioguia em algum lugar que não se ajuste ao património da área.

É importante centrar-se no marketing tendo em mente os valores do PCI. Sugere-se planear a angariação de fundos financeiros para promover o PCI através de patrocínios. Os patrocinadores podem participar exibindo os seus logótipos distintivos em atividades promocionais. A promoção de vendas pode também ser utilizada, como cartões de fidelidade (subscrições de



fidelidade), por exemplo, aqueles que visitam uma área podem acumular pontos e contribuir para a sustentabilidade e a proteção ambiental, ou a criação de aplicações onde os participantes num evento de PCI podem reciclar as suas garrafas vazias de forma ecológica. O marketing experiencial pode também ser implementado na promoção do PCI (por exemplo, eventos gastronómicos relacionados com o PCI). Ações semelhantes podem ser anunciadas através de um Comunicado de Imprensa, e pode ser criada uma análise empresarial (forças, fraquezas, oportunidades, ameaças - SWOT), avaliando os pontos fortes e fracos da promoção.

5. Tratamento ético das atividades promocionais

A promoção alargada do PCI incorpora o tratamento ético dos objetos culturais de todos os povos e grupos. Especialmente com as tecnologias de IA, precisamos de considerar como serão inclusivas e respeitosas das culturas e dos sistemas de conhecimento dos povos indígenas. Por esta razão, a UNESCO publicou o Relatório sobre Povos Indígenas 2023 (Pinto, 2024).

Sublinha os riscos enfrentados pelas comunidades étnicas com o desenvolvimento da inteligência artificial, incluindo o uso indevido de dados, os enviesamentos culturais, e a potencial exclusão dos desenvolvimentos digitais.

Os temas-chave do relatório são a soberania dos dados, o desenvolvimento de inteligência artificial inclusiva, o enviesamento cultural e a exclusão digital. Em termos de soberania de dados, o relatório aconselha que as comunidades indígenas devem "manter o controlo sobre os seus dados, para prevenir a exploração e assegurar que o seu conhecimento cultural não é indevidamente apropriado" (Pinto, 2024). As comunidades locais devem também estar ativamente envolvidas no desenvolvimento de sistemas de IA, para assegurar que os seus valores culturais são respeitados e incorporados. Todos os participantes em produtos tecnológicos que promovem o PCI devem considerar como evitar reforçar estereótipos ou retratar as culturas locais de forma enganosa. Por fim, as agências governamentais e outras



autoridades devem ter em conta que as comunidades indígenas frequentemente têm acesso e conhecimento limitados das tecnologias digitais. A lacuna de conhecimento e acesso deve ser adequadamente abordada, para assegurar que podem beneficiar de aplicações de IA.

A elaboração adicional do conhecimento tradicional e das expressões culturais determina que as comunidades locais devem ser respeitadas e ter os seus direitos reconhecidos, praticados, preservados, controlados e detidos por elas, o seu património cultural e conhecimento, incluindo expressões de música, canções, histórias, cerimónias, danças, símbolos, línguas e conhecimento. Este património é geralmente oral, não pertence a indivíduos, e é transmitido às gerações futuras. A UNESCO sublinhou nos seus relatórios a necessidade de reconhecimento legal do conhecimento tradicional e das expressões culturais, para os proteger de uso indevido. Todas as técnicas de promoção do PCI devem considerar os protocolos éticos para a conservação do património cultural (Adjei s.d.).

O Governo australiano publicou protocolos éticos sobre como promover obras de arte e património cultural indígenas. Fornece também cenários de formação sobre como aplicar os protocolos éticos ao promover expressões tradicionais e culturais de arte e conhecimento das comunidades indígenas (Creative Australia, s.d.).

Exemplos de participação e envolvimento cidadão na conceção de estratégias, branding e promoção ética de comunidades locais, que destacam a identidade local e contribuem para o desenvolvimento sustentável, estão listados abaixo, na seguinte ligação: (City Nation Place, 2024).

Conclusão

Este capítulo sublinha a importância das técnicas e métodos de marketing para promover o PCI de forma sustentável e ética, em ambientes digitais e físicos, utilizando tecnologias tradicionais e novas.



Referências

Adjei, P. (2024). UNESCO AI and intangible cultural heritage <https://ich.unesco.org/doc/src/66682-EN.pdf> acedido em 10.01.2025

Briciu, A., Briciu, V.-A., & Kavoura, A. (2020). Evaluating How 'Smart' Braşov, Romania Can Be Virtually via a Mobile Application for Cultural Tourism. Sustainability, 12(13), 5324. <https://doi.org/10.3390/su12135324>

City Nation Place (2024). Hall of Fame: Top Place Branding and Place Marketing Examples, <https://www.citynationplace.com/hall-of-fame-15-of-the-best-place-branding-campaigns> acedido em 10.01.2025

Creative Australia (s.d.). Protocols for using First Nations Cultural and Intellectual Property in the Arts. <https://creative.gov.au/investment-and-development/protocols-and-resources/protocols-for-using-first-nations-cultural-and-intellectual-property-in-the-arts/> acedido em 20.01.2025

Decolonising Design Group (2019). Decolonization and Design. In Bloomsbury Design Library Lesson Plans. London: Bloomsbury Publishing. <http://dx.doi.org/10.5040/9781350097964.003>

D&AD Awards Winners (2024). Identity for Porto <https://www.dandad.org/awards/professional/2015/branding/24379/identity-for-porto/> acedido em 10.01.2025

Gross-Gołacka, E., Kavoura, A., Asonitou, S., & Martini, E. (2024). Perspective Chapter: The Concept of Diversity Management as an Approach to Readdressing Social Inequalities, Intechopen <https://www.intechopen.com/chapters/1175796>

H4GG (2025) The Ultimate Game platform <https://h4gg.eu/> acedido em 20.01.2025

ICOMOS (2012) The NARA document on authenticity <https://www.icomos.org/en/charters-and-texts/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/386-the-nara-document-on-authenticity-1994> acedido em 20.01.2025



Matsuura, K. (2001). International Round Table: Intangible Cultural Heritage: Working Definitions, <https://ich.unesco.org/en/events/international-round-table-intangible-cultural-heritage-working-definitions-00057> acedido em 10.01.2025

Pinto, C.M. (2024). AI & ICH Webinar, <https://ich.unesco.org/doc/src/66672-EN.pdf> acedido em 05.01.2025

UNESCO (2024a). Basic Texts on the 2003 Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage, UNESCO, France

https://ich.unesco.org/doc/src/2003_Convention_Basic_Texts_2024_version_EN.pdf

acedido em 10.01.2025

UNESCO (2024b). Webinar on Artificial Intelligence and Intangible Culutral Heritage (s.d.). <https://ich.unesco.org/en/events/webinar-on-artificial-intelligence-and-intangible-cultural-heritage-01012> acedido em 20.01.2025

UNESCO (s.d.) What is intangible cultural heritage <https://ich.unesco.org/en/what-is-intangible-heritage-00003> acedido em 10.01.2025

WKC Chronicles (2025) Art Heist the Weiss Krezinsky Chronicles <https://ivetagr.org/wkc/> acedido em 10.01.2025

https://en.wikipedia.org/wiki/Intangible_cultural_heritage acedido em 17.01.2025



Capítulo 8. A importância da preservação do Património Cultural Imaterial, compreensão e promoção dos processos de integração na UE

Spasimir Domaradzki

Universidade de Varsóvia

"Acredito que desenvolver um sentido de identidade europeia enriquece e reforça a nossa identidade e património local, regional e nacional, na medida em que nos tornamos parte de uma comunidade de 500 milhões de cidadãos que possuem histórias tão ricas e culturas entrelaçadas. Ao tornar-se europeu, partilhará tudo isto. Penso que é maravilhoso e inspirador que, na Europa de hoje, qualquer pessoa possa deliciar-se com o nosso património cultural partilhado." (Tibor Navracsics, Comissário para a Educação, Cultura, Juventude e Desporto, 15 de novembro de 2017)

1. Introdução

O Património Cultural Imaterial (PCI) é parte do tecido cultural da humanidade, e compreende tradições orais, artes performativas, práticas sociais, rituais, eventos festivos, e conhecimentos e competências tradicionais. A conservação do PCI é agora uma preocupação premente a nível mundial, particularmente na União Europeia (UE), cuja diversidade e património partilhado representam valores fundacionais da integração. Como afirma Hanna Schreiber, "a política da UE em relação ao património cultural imaterial é um 'trabalho em curso'" (2019), ainda determinado por antigos paradigmas. No entanto, devemos lembrar-nos de que a conservação do PCI não só assegura a continuação de práticas tradicionais, como também fomenta o entendimento mútuo, o respeito e a cooperação entre os Estados-Membros da UE. Este capítulo examina por que motivo a conservação do PCI é significativa, os mecanismos disponíveis para a



conservar, a sua eficiência, e como contribuem para os processos de integração da UE.

2. Por que Motivo a Preservação do Património Cultural Imaterial é Importante

A preservação do PCI é significativa devido a vários fatores. Por exemplo, sustenta a diversidade cultural, uma base da criatividade e inovação humanas. Cada prática, tradição, ou modo de expressão tem uma visão do mundo única, que fornece percepções sobre o contexto e a identidade de quem a pratica. Se falharmos em preservar tais tradições, aspetos vitais da civilização humana perder-se-iam numa cultura homogeneizada. A diversidade cultural ajuda a tornar as sociedades mais ricas, fomentando a criatividade e inspirando novos modos de expressão que impulsionam inovações nas artes, na educação e noutros setores.

Segundo, o PCI fomenta a coesão social e o pertencimento. Festivais, rituais e práticas costumeiras criam laços sociais entre as pessoas, e geram diálogo intergeracional e a transmissão de valores e conhecimento. Quando as pessoas participam ativamente em manter as suas tradições vivas e em celebrar as suas tradições, tornam-se mais ligadas à sua identidade e orgulhosas do seu património. Tal identidade coletiva pode reduzir as tensões sociais e gerar unidade em sociedades culturalmente diversas. Além disso, tais práticas oferecem plataformas de reflexão coletiva que reafirmam objetivos e aspirações partilhados.

Terceiro, salvaguardar o PCI contribui para o desenvolvimento sustentável. O turismo cultural, por exemplo, traz valor económico às comunidades, ao mesmo tempo que apresenta o seu património único a públicos globais. Festivais, artesanato e gastronomia podem acolher visitantes e criar empregos, particularmente em locais distantes com poucas outras oportunidades. Além disso, os sistemas de conhecimento tradicional, particularmente na agricultura, na medicina e na gestão de recursos, oferecem opções que respondem às preocupações ambientais atuais. Tais



sistemas podem ajudar a abordar desafios globais, como as alterações climáticas e a perda de biodiversidade.

Por fim, proteger o PCI fomenta a paz e a compreensão através de valores partilhados e do respeito pela diversidade. No contexto da UE, isto é particularmente significativo, porque a diversidade e o património constituem os próprios alicerces de uma identidade europeia unida, mas diversa. A celebração e a afirmação de expressões diversas podem superar a xenofobia e fomentar o diálogo intercultural. Quando as sociedades apreciam e reconhecem o património de outros povos, podem criar sociedades inclusivas que permitem o respeito mútuo e a cooperação.

3. Mecanismos para Preservar o Património Cultural Imaterial

Como discutido no Capítulo 2, a proteção do PCI depende de uma combinação de abordagens legais, institucionais e de base comunitária. Estas abordagens ocorrem a nível internacional, regional, nacional e local, e frequentemente complementam-se mutuamente.

O pilar essencial a nível internacional é a Convenção da UNESCO de 2003 para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que fornece um quadro mundial para identificar, documentar e conservar o PCI. Incentiva os Estados-Partes a tomarem medidas institucionais e legais para salvaguardar o património. Os Estados-Partes da Convenção têm de elaborar inventários do seu PCI e submeter relatórios periódicos sobre as suas ações. Tal reconhecimento mundial reforça também a consciência e incentiva a cooperação mundial para conservar tradições ameaçadas.

Os regulamentos nacionais são o próximo nível de proteção do PCI. Alguns Estados-Membros da UE promulgaram legislação para proteger o PCI através da listagem do património, fornecendo financiamento, e apoiando a investigação e a documentação. Os quadros legais geralmente seguem recomendações internacionais e adaptam-se a contextos locais. Por exemplo, alguns países desenvolveram políticas que integram o PCI nos currículos escolares, para o transmitir às gerações vindouras. Os governos



oferecem também financiamento para a preservação do património, que pode ser utilizado para patrocinar museus, centros de cultura e investigação.

O coração da preservação do PCI é o envolvimento comunitário. As comunidades locais são guardiãs do património e desempenham um papel central na transmissão de conhecimento, práticas e tradições. Iniciativas lideradas pela comunidade, como festivais, workshops e projetos de documentação, ajudam a fundamentar a preservação na prática viva. As comunidades frequentemente envolvem-se com governos e ONG, para obter acesso a recursos e contributos técnicos, de forma a criar modelos replicáveis de conservação do património.

Tanto o Estado como as comunidades locais têm a capacidade de se envolver em iniciativas de educação formal e informal, que permitem sensibilizar para o valor do PCI, de forma a transmiti-lo às gerações vindouras. As instituições de educação formal, os festivais e os workshops tornam-se frequentemente plataformas para ensinar e aprender. As instituições de educação formal podem integrar o PCI nos currículos, para proporcionar aos aprendentes uma oportunidade de se envolverem diretamente com as tradições. A narração comunitária e as aprendizagens são também iniciativas significativas de educação informal, que permitem transmitir tradições.

Provavelmente as exemplificações mais espetaculares da preservação do PCI são os numerosos festivais celebratórios, que não só mostram o PCI, como também aumentam a sua prática e o tornam acessível às comunidades. Oferecem também espaço para a conversa e o diálogo interculturais. Os festivais podem acolher visitantes, gerar valor económico, e fornecer plataformas a artesãos, intérpretes e outros profissionais da cultura. Tais festivais têm a propensão de reunir comunidades diversas com um património comum e um sentido de unidade.

Com o avanço da tecnologia, surgiram novas oportunidades para a nutrição do PCI. Hoje, o arquivo digital preserva o PCI para as gerações vindouras. As plataformas digitais aumentam também o acesso e a visibilidade global. Bases de dados online, museus virtuais e plataformas interativas tornam possível aceder e aprender sobre o PCI em qualquer lugar do mundo. Oferecem também possibilidades comparativas e de investigação sem sair



de casa, desmantelando assim fronteiras e preconceitos, tanto a nível nacional como internacional. No entanto, tornar tal acesso universalmente disponível envolve colmatar as divisões digitais e fomentar a literacia digital.

4. Avaliar a Eficiência dos Mecanismos de Preservação

A eficiência dos mecanismos de preservação do PCI depende da implementação, da distribuição de recursos e da participação comunitária. O sucesso da sua aplicação é determinado pelos seguintes fatores: eficácia dos quadros legais, financiamento assegurado, nível de envolvimento comunitário, e educação e sensibilização.

Embora instrumentos como a Convenção da UNESCO forneçam recomendações, o seu sucesso depende da adoção e implementação a nível doméstico. É difícil para alguns países implementar tais princípios em políticas. A aplicação inadequada e a falta de harmonização entre os governos nacionais e locais podem enfraquecer as iniciativas de preservação. Como pudemos ver no capítulo 2, mesmo entre os países envolvidos neste projeto, podem notar-se experiências muito diversas. Como identifica Gergova, independentemente da rica vida cultural e das tradições cultivadas na Bulgária, apenas um punhado está registado na lista de PCI da UNESCO, devido a uma administração disfuncional, a uma divisão pouco clara de competências, e ao abandono da cultura e das tradições nacionais. Ao mesmo tempo, na Croácia pode observar-se uma abordagem consistente, que conduz a uma extensa lista de atividades inscritas na mesma lista. Por outras palavras, colmatar tais lacunas exige o reforço de capacidades e quadros institucionais mais eficazes. O projeto demonstra o nível variável de preocupação com a preservação do património imaterial, colocando de forma proeminente as políticas de conservação em primeiro plano na Croácia.

A preservação do PCI depende de recursos financeiros suficientes. A maioria das iniciativas depende de financiamento público ou privado, que pode variar com a economia ou as prioridades. Onde existem mecanismos de financiamento estáveis e a longo prazo para financiar a investigação, a



documentação e as iniciativas de base comunitária, os resultados são imediatamente visíveis. Atividades fragmentadas não são suficientes para a perdurabilidade e a promoção eficaz do PCI. Parceiros do setor privado, como empresas e fundações culturais, podem também fornecer recursos adicionais. No entanto, o seu envolvimento não deve substituir o papel do Estado em fornecer condições favoráveis à perdurabilidade do PCI.

As comunidades locais permanecem indispensáveis para a preservação do PCI. Entre os numerosos casos discutidos nos capítulos anteriores, não existe um único caso em que o PCI exista para além da comunidade local. Nesse sentido, sem mecanismos que se envolvam ativamente com as comunidades locais, os esforços de PCI serão menos eficazes e duradouros. Se as iniciativas de preservação carecerem de envolvimento comunitário, arriscam-se a estar desligadas das práticas que pretendem preservar. As comunidades locais podem também considerá-las externas e rejeitá-las silenciosamente. A participação comunitária na tomada de decisões tornará as iniciativas de preservação mais responsivas às suas aspirações e necessidades. A capacitação dos praticantes através de programas de reforço de capacidades pode também reforçar a sua capacidade de sustentar as tradições.

Uma das características mais significativas das atividades de PCI não é apenas a sua preservação, mas também as suas atividades educativas consistentes, que servem de correias de transmissão intergeracional. As iniciativas bem-sucedidas tendem a incorporar programas educativos que cultivam a compreensão e a apreciação do PCI. Tais programas têm de ser financiados regularmente e incorporados em políticas culturais mais amplas. A sensibilização pública pode ser alcançada através de campanhas mediáticas, exposições e workshops, que podem gerar apoio público para a preservação. A colaboração entre instituições educativas e instituições culturais pode reforçar o alcance e o impacto de tais programas.

A disseminação e a documentação do PCI foram revolucionadas pela tecnologia digital. Mas o seu alcance pode ser limitado pelo acesso desigual à tecnologia e à literacia digital. Assegurar que as plataformas digitais se tornam acessíveis e inclusivas é fundamental para o seu pleno potencial. Os



esforços colaborativos para criar materiais multilíngues e bases de dados de acesso aberto podem tornar os arquivos digitais mais acessíveis.

Apesar de tais dificuldades, podem encontrar-se boas práticas na preservação do PCI em toda a UE. A documentação da dança popular pela Roménia, a promoção da música Rebetiko pela Grécia, e a preservação do Fado por Portugal mostram que iniciativas bem focadas podem ter um alcance cultural significativo e benefícios económicos tangíveis.

5. O Papel da Preservação do PCI nos Processos de Integração da UE

"Unidos na diversidade" acentua adequadamente a natureza do processo de integração. Não só os vinte e sete Estados estão organizados em torno da sua singularidade, como também dentro destes países se podem facilmente identificar numerosas comunidades regionais e locais, preservando cuidadosamente os seus hábitos, tradições, costumes e festividades. Na sua reflexão sobre a evolução da poesia na Europa, T.S. Eliot reconheceu que "nenhuma nação, nenhuma língua, teria alcançado o que alcançou, se a mesma arte não tivesse sido cultivada em países vizinhos e em línguas diferentes" (Eliot, 1948, p.112). Isto não é menos relevante para qualquer outra dimensão da cultura. Uma breve reflexão sobre as tradições celebradas de cada um dos casos discutidos fornece exemplos de singularidade local, que frequentemente demasiado se assemelham a festividades noutros países. Determinados pela experiência religiosa partilhada, pelas condições climáticas, pela mudança das estações e pelos contextos locais, o Carnaval, os desfiles de máscaras, ou a partida do inverno e o desejo pela primavera, são todos desencadeadores de atividades comunitárias. Cada um único e, no entanto, seguindo uma perceção partilhada da visão do mundo e reconhecendo as mesmas prioridades.

A preservação do PCI fornece o contexto necessário para nutrir os sentidos de pertencimento e de singularidade, que determinam a identidade individual e social. Nesse sentido, só quando estes princípios fundamentais estão assegurados é que o sentido de abertura e inclusão pode desdobrar a



sua capacidade de integração. Ao sublinhar valores e tradições comuns, o PCI unifica, sendo simultaneamente respeitoso da diversidade dos Estados-Membros.

As principais vantagens trazidas pelo PCI são a coesão e a identidade culturais, a promoção do entendimento mútuo, as oportunidades económicas, o reforço das políticas da UE e a coerência social. A preservação do PCI sublinha que o património comum une os Estados-Membros da UE. A música e a dança tradicionais, ou a Dieta Mediterrânica, representam algumas dessas tradições que atravessam fronteiras e tornam as pessoas parte de uma comunidade europeia mais ampla. A UE reforça a sua identidade cultural e une as pessoas, celebrando tais aspetos comuns. A preservação do PCI enriquece as narrativas nacionais, frequentemente precedidas por costumes e hábitos locais e regionais. Assim, um olhar mais atento sobre várias tradições únicas revela ligações e intercâmbios culturais muito além das atuais fronteiras estatais. Valorizar e identificar-se com a diversidade em tal património comum aumenta a riqueza do património cultural europeu.

Iniciativas transfronteiriças, como festivais culturais e programas de intercâmbio, criam diálogo e cooperação. Fornecem aos Estados-Membros um fórum para mostrar o seu património único, ao mesmo tempo que aprendem a encontrar semelhanças. Estas interações geram respeito e compreensão mútuos, e reduzem mal-entendidos e tensões entre culturas. Empreendimentos colaborativos, como exposições e projetos de investigação, destacam também a interligação das culturas europeias. A transmissão de elementos comuns do Património Imaterial por vários países ou comunidades é um reservatório de nova informação sobre as inter-relações das culturas no passado, e sobre a relação universal e a conceitabilidade do homem com a natureza. Simultaneamente, reduz tensões e desmantela falsas narrativas nacionalistas destinadas a incitar tensões entre sociedades vizinhas.

No ambiente globalizado contemporâneo, que promove a padronização e a unificação, há um anseio perceptível por singularidade social e económica. O renascimento do localismo, com os seus costumes e hábitos, fornece



condições para o desenvolvimento do turismo cultural. O património cultural imaterial enriquece o desenvolvimento regional e as oportunidades de emprego. Locais patrimoniais e festivais partilhados atraem turistas estrangeiros para a UE e reforçam a sua reputação cultural mundial. O investimento em setores de PCI, como a gastronomia e o artesanato tradicionais, pode criar oportunidades económicas a longo prazo para as comunidades. Promover a Europa como um destino para uma experiência cultural reforça o seu valor no mercado turístico global.

O alinhamento do património cultural imaterial com as políticas mais amplas da UE em matéria de educação, sustentabilidade e desenvolvimento regional maximiza o papel da cultura em ajudar a alcançar os objetivos estratégicos da UE. Por exemplo, incorporar o PCI em políticas de sustentabilidade pode ajudar a impulsionar práticas tradicionais que beneficiam objetivos ambientais. O património cultural desempenha também um papel na coesão social e no combate às desigualdades, apoiando as prioridades de coesão social da UE. Isto é mais visível no envolvimento ativo de comunidades diversas. A preservação do património imaterial atravessa divisões culturais e fomenta a inclusividade. Aumenta os laços entre comunidades urbanas e rurais, jovens e gerações mais velhas, e comunidades majoritárias e minoritárias. Tudo isto contribui para uma sociedade mais harmoniosa e unida, sendo a diversidade uma força e não uma divisão.

Conclusão

A preservação do Património Cultural Imaterial não é meramente uma questão de cultura, mas também uma componente central dos processos de integração da União Europeia. A UE assegura a sua unidade, a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável através da preservação do PCI. Mecanismos como a Convenção da UNESCO, a legislação nacional e as ações de base fornecem instrumentos importantes para este efeito, embora a sua eficiência dependa de recursos adequados, da participação das pessoas, e da consistência com as políticas.



Para a integração na UE, a preservação do PCI contribui para desenvolver uma identidade partilhada, o respeito entre nações, e a cooperação transfronteiriça. Sublinha a importância do património cultural no desenvolvimento de uma Europa unida, mantendo simultaneamente as tradições únicas dos Estados-Membros. Face à globalização e à modernização contínuas, que colocam em perigo os estilos de vida tradicionais, a UE deve priorizar a preservação do património cultural imaterial, para construir um futuro mais integrado, inclusivo e culturalmente diverso.

Referências

Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, UNESCO 2003, <https://ich.unesco.org/en/convention>

Eliot, T.S. Notes Towards The Definition Of Culture, 1948, <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.159230/page/n5/mode/2up>

Lähdesmäki, T. (2020). Lähdesmäki, Tuuli, Čeginskas, Viktorija L. A., Kaasik-Krogerus, Sigrid, Mäkinen, Katja, and Turunen, Johanna (2020): Creating and Governing Cultural Heritage in the European Union: The European Heritage Label. London: Routledge. Routledge.

Schreiber, H. (2019). "Chapter 13 Intangible Cultural Heritage, Europe, and the EU: Dangerous Liaisons?". In Cultural Heritage in the European Union. Leiden, The Netherlands: Brill | Nijhoff.
https://doi.org/10.1163/9789004365346_015



Capítulo 9: Desafios contemporâneos e soluções para a gestão do PCI (multiculturalismo, crises, etc.)

Hristo Berov

Universidade de Sófia "St. Kliment Ohridski" & Fundação Pax Rhodopica,
Bulgária

Gerir o Património Cultural Imaterial (PCI) no mundo moderno significa superar vários desafios, incluindo o multiculturalismo e crises, incluindo pandemias, catástrofes naturais e guerras. Esta parte examina problemas atuais e propõe respostas para assegurar a manutenção e a promoção eficazes do legado cultural imaterial.

1. Introdução

Uma expressão dinâmica da engenhosidade humana, o património cultural imaterial (PCI) desenvolve-se a cada geração, e inclui costumes, língua e conhecimento que influenciam a identidade da sociedade. A preservação do PCI é a proteção de objetos históricos e a manutenção da continuidade do conhecimento cultural que influencia o nosso presente e futuro. O PCI, segundo a UNESCO, consiste em tradições orais, artes performativas, encontros sociais, rituais, celebrações festivas, conhecimento e práticas ligados à natureza e ao cosmos, e artesanato tradicional. A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial é um tratado da UNESCO adotado pela Conferência Geral da UNESCO a 17 de outubro de 2003. Sublinhando formas de proteger os indivíduos, educá-los, sensibilizá-los, e reforçar as suas capacidades, a Convenção aspira a salvaguardar os bens culturais imateriais. Através da educação, da partilha de conhecimento, e do desenvolvimento de competências, a Convenção procura proteger os bens



culturais imateriais sob a jurisdição de cada Estado-Parte, fomentando a sua preservação, valorização e apoio.

Através de atividades educativas, campanhas de sensibilização e programas informativos, a Convenção visa melhorar o reconhecimento, o respeito e o progresso do legado cultural único de uma sociedade. Para proteger tesouros culturais imateriais, as empresas e as comunidades necessitam de cursos de formação especializados e campanhas educativas. A preservação de uma comunidade depende de os objetos do seu legado cultural voltarem a ser utilizados. Proteger os bens culturais imateriais tornou-se mais importante no ensino superior, devido a objetivos institucionais e a rápidos desenvolvimentos tecnológicos.

Quando os problemas são resolvidos e são produzidas ideias criativas, os bens culturais imateriais têm maior probabilidade de sobreviver e serem preservados. A crescente homogeneidade entre países e o processo de globalização ajudam a prevenir a disseminação de costumes e valores únicos. Em ambientes educativos, os rituais tradicionais e as expressões culturais geralmente recebem menos atenção. Diferentes académicos apresentaram diferentes pontos de vista sobre as noções de "património cultural imaterial", "tradições e expressões orais", "artes performativas", "conhecimentos e práticas relativos à natureza e ao universo", "conhecimentos e práticas relativos à natureza e ao universo", e "artesanato tradicional". Ao estabelecer o Comité de Proteção de Bens Culturais e outras organizações especializadas para encontrar e proteger objetos de Património Cultural Imaterial (PCI), o Japão foi o primeiro país a apoiar o PCI globalmente. Desde a década de 1970, a UNESCO trabalha para proteger o Património Cultural Imaterial (PCI) em todo o mundo, promovendo assim a ideia de preservação do PCI em muitos países e apoiando o desenvolvimento das suas políticas.



2. Dificuldades da Gestão do PCI

O aumento da migração e da interação intercultural, trazido pela globalização, produziu diferentes interpretações e mesmo conflitos sobre a propriedade e a apresentação do legado cultural imaterial (PCI). Diferentes grupos culturais podem ter diferentes ideias sobre o valor e o significado da história comum, o que causaria conflito. Num ambiente multicultural, a necessidade de representação adequada e a possibilidade de apropriação cultural assumem primeira prioridade. A dificuldade está em equilibrar o efeito das influências culturais mundiais com a preservação dos costumes locais. Embora possa também causar a erosão ou a diluição do conhecimento tradicional, incluir elementos culturais externos pode reforçar os costumes locais. Manter a originalidade e a energia do PCI depende de harmonizar inspirações locais e mundiais. Particularmente no que respeita a elementos sensíveis do Património Cultural Imaterial (PCI), diferentes ideias e práticas culturais podem conduzir a mal-entendidos e conflitos. Práticas consideradas sagradas ou proibidas numa cultura podem ser vistas de forma diferente noutra, exigindo assim uma negociação e um respeito cuidadosos. Uma boa gestão destes possíveis problemas, e a promoção do respeito mútuo, dependem de uma comunicação aberta e de uma compreensão multicultural. Ao restringir as reuniões sociais e os contactos físicos, pandemias como a COVID-19 dificultaram grandemente a disseminação tradicional do PCI.

Epistemologicamente, o multiculturalismo provém de uma identidade partilhada e pode assim ser bastante incorporado no nacionalismo liberal. Respeita o próprio direito cultural, ao mesmo tempo que coexiste. Dividiu os imigrantes, confirmou (se não criou) minorias étnicas culturais imutáveis e uniformes, e garantiu-lhes direitos iguais. O debate "nós vs. eles" em sociedades multiculturais produz diferentes modelos patrimoniais ou interpretações da diversidade cultural. Administrar o legado cultural sob este contexto multicultural implica registar, comunicar e conservar o legado cultural ligado às populações minoritárias. São particularmente impactadas as celebrações, os costumes e as tradições orais que dependem da



comunicação direta, bem como os rituais. A mudança para canais digitais trouxe tanto oportunidades como desafios para a viabilidade destes eventos. Muitos praticantes de PCI - incluindo artistas e artesãos - dependem de eventos culturais para o seu rendimento, o que foi gravemente impactado por restrições relacionadas com a pandemia. A falta de dinheiro e de oportunidades pode pôr em risco a continuação de conhecimentos e competências antigos. A existência e a preservação do seu legado dependem de estas pessoas receberem ajuda tanto logística como financeira. Eventos naturais, incluindo terremotos, inundações e incêndios florestais, podem destruir locais físicos e recursos ligados ao legado cultural imaterial, incluindo locais religiosos, edifícios antigos e objetos culturais. A perda destas relíquias tangíveis pode desestabilizar a prática e a transmissão do património imaterial. Os efeitos psicológicos e emocionais destas tragédias podem impedir as capacidades das comunidades para preservar os seus costumes culturais. As comunidades frequentemente encontram formas de preservar o seu Património Cultural Imaterial através da memória e da atividade em grupo, mesmo quando perdem tudo. A continuação da história cultural depende criticamente da tenacidade do espírito humano. É imperativo ajudar as comunidades a manter os seus costumes em tempos difíceis.

Os conflitos, incluindo a guerra e a agitação civil, frequentemente conduzem à destruição e eliminação deliberadas do legado cultural imaterial, de forma a eliminar a identidade e a história culturais. Embora a cultura imaterial mereça preservação global, a mobilização política é mais realista sob condições limiares bem definidas que promovem o consenso e a ação mundiais. A destruição de tesouros culturais imóveis não só perturba a consciência pública, como também acarreta consequências importantes que vão muito além da perda de conquistas humanas singulares. Locais culturais, artefactos e costumes são agredidos, conduzindo a danos e perdas permanentes. O deslocamento comunitário perturba o conhecimento cultural e o comportamento transmitido às gerações seguintes.

Os conflitos minam os eventos familiares e comunitários, bem como os sistemas sociais necessários para a disseminação do legado cultural



imaterial. O conhecimento e as competências tradicionais podem perder-se quando estes sistemas se desmoronam. As gerações mais jovens podem mostrar alienação do seu contexto cultural, perturbando assim a continuidade cultural. Para ajudar na reconciliação pós-conflito, o PCI pode apoiar a cura, a compreensão e a comunicação. Através de tradições culturais e da narração de histórias, pode-se ajudar a fechar lacunas e a reconstruir a confiança entre as pessoas. Posteriormente, a estabilidade e a normalidade podem vir de eventos culturais. Quatro tipos de destruição são definidos pela UNESCO: dano deliberado, abandono forçado, saque e tráfico, e dano colateral. Um componente importante na relação entre a cultura e as subtilezas da política é agora claramente o legado cultural. Isto tem consequências significativas sobre os papéis que o património assume em conflitos armados. Como tal, os exames desta junção tornaram-se um foco importante da investigação sobre legado. Embora não seja uma ocorrência nova, a destruição de tesouros culturais durante guerras causa constantemente grande repulsa global. Ironicamente, muitos países reivindicam propriedade exclusiva sobre bens culturais partilhados, à medida que a globalização reduz distâncias e promove a conectividade. À medida que o nacionalismo cultural domina os debates, os pontos de vista cosmopolitas - também conhecidos como internacionalismo cultural - tornaram-se politicamente incorretos.

3. Metodologias para a Gestão do Património Cultural Imaterial (PCI)

Uma boa gestão do Património Cultural Imaterial (PCI) exige uma estratégia multifacetada, sublinhando o envolvimento comunitário, a adaptabilidade tecnológica, quadros políticos sólidos, o desenvolvimento sustentável, e a preparação para crises.

3.1 Metodologias Baseadas em Comunidades

A gestão eficaz do PCI assenta sobretudo numa dedicação a abordagens centradas na comunidade. A documentação e a inventariação participativas - onde as comunidades diretamente identificam, registam e inventariam o seu legado - iniciam este processo. Utilizar abordagens que honram o



conhecimento local - como histórias orais e mapeamento comunitário - assegura que as comunidades mantêm o controlo sobre os recursos registados. Além disso, a proteção baseada na comunidade é bastante importante. Através de programas de aprendizagem e seminários intergeracionais que apoiam técnicas de transmissão convencionais, os líderes e os praticantes comunitários capacitam-se a si mesmos. Estabelecer locais para a celebração e a prática ajuda o PCI a permanecer contínuo. Subjacentes a todas estas iniciativas estão questões morais. Antes de qualquer investigação ou documentação ser realizada, o consentimento livre, prévio e informado (CLPI) deve ser obtido absolutamente primeiro. Lidar com questões de propriedade, direitos de propriedade intelectual e partilha de benefícios, bem como fomentar uma representação educada e evitar a apropriação cultural, ajuda a preservar a identidade do PCI.

3.2. Estratégias Digitais e Tecnológicas

A tecnologia e as técnicas digitais da era digital são muito importantes. A documentação e o arquivo digitais preservam o PCI, utilizando modelação 3D, fotografia digital, e gravações áudio e vídeo, bem como tecnologias digitais. A preservação a longo prazo é garantida pela construção de arquivos e bases de dados online facilmente acessíveis, alinhados com mecanismos robustos de armazenamento e cópia de segurança. A transmissão e a educação digitais utilizam plataformas para exposições online, visitas virtuais e filmes instrucionais, para incluir o PCI em ambientes de aprendizagem e assim incentivar a revitalização linguística. Ainda assim, a utilização cuidadosa da tecnologia é absolutamente importante. Consciente da divisão digital, os esforços devem ser direcionados para conceder acesso, mantendo simultaneamente consciência da possibilidade de deturpação. A tecnologia deve ser uma ferramenta para ajudar, e não um substituto da transmissão convencional.

3.3 Quadros Institucionais e Políticas

Uma boa gestão do PCI depende de quadros institucionais e políticas robustos. Integrar o PCI em políticas nacionais e locais significa construir



quadros legislativos, distribuir recursos, incluindo a salvaguarda de estratégias culturais e planos de desenvolvimento, reforçando assim a cooperação e a coordenação internacionais, para ajudar projetos em áreas subdesenvolvidas, ajuda a partilhar boas práticas, e reforça redes e alianças. A sensibilização e a educação ajudam o PCI a ser incluído nos currículos escolares, criando campanhas públicas, e equipando profissionais em domínios pertinentes.

3.4 Desenvolvimento e Sustentabilidade

Não se pode subestimar o contributo do PCI para o desenvolvimento e a sustentabilidade. O turismo sustentável e o PCI criam projetos que honram valores culturais que ajudam as populações próximas. Apoiando ofícios e negócios tradicionais, o PCI e o desenvolvimento económico ajudam a formar e a incentivar o comércio justo. Compreendendo a interação íntima entre o PCI e o ambiente, o PCI e a sustentabilidade ambiental complementam métodos convencionais que ajudam a conservar e a incluir o PCI em projetos de desenvolvimento sustentável. Estes tipos de autenticidade são influenciados por vários elementos, incluindo o contexto, as crenças, as ações, a identificação cultural, as performances e as opiniões do público, pelo que não se contradizem entre si. Conhecer os pontos de vista dos praticantes permitirá aos legisladores tomar boas decisões que sirvam tanto os turistas como os praticantes. O incentivo ao PCI entre os residentes é absolutamente essencial, uma vez que, sem conhecimento e utilização, o PCI não consegue persistir. As gerações mais jovens, no entanto, mostram menos interesse pelo PCI, o que compromete o seu crescimento e influencia a inclinação das pessoas para serem praticantes. É imperativo apoiar os jovens a lidar com os desafios que encontram, ao esforçarem-se por preservar e transmitir o PCI como recurso turístico duradouro.

Dar mais autoridade aos praticantes e às associações de PCI ajudará a garantir que o PCI permanece um destino de viagem valioso. Esta abordagem pode beneficiar da coexistência do turismo e da gestão do legado cultural, definindo assim as tarefas de cada setor. Os praticantes de PCI podem proteger valores culturais e aumentar o valor socioeconómico do PCI,



adotando marketing comercial através de uma abordagem de relação paralela. Alcançar o crescimento social e económico sem sacrificar o futuro das próximas gerações depende de viagens sustentáveis. Enquanto as técnicas baseadas em recursos estudam como os valores do património cultural imaterial (PCI) são transmitidos, as abordagens baseadas na comunidade e nos recursos podem ajudar a compreender as viagens sustentáveis. Três passos principais têm de ser dados para tornar o PCI num recurso turístico sustentável: motivar o desenvolvimento tanto no turismo como, simultaneamente, proteger o PCI, através do incentivo ao PCI entre os residentes, dando mais autoridade aos praticantes de PCI, e assim assegurando a sustentabilidade do PCI. O incentivo ao PCI entre os habitantes aumentará a sua curiosidade e o seu valor nos domínios social, cultural e financeiro.

3.5. Crise, Reação e Preparação

Por fim, a preparação e a capacidade de resposta a crises são realmente essenciais. Enquanto a preservação digital protege contra a perda, os planos de gestão de risco para locais e práticas de PCI ajudam a diminuir o efeito de desastres e conflitos. A par de ajudar projetos liderados pela comunidade, tanto durante como após desastres, os sistemas de resposta a emergências oferecem apoio financeiro e logístico. Estas estratégias abrangentes ajudar-nos-ão a garantir a proteção e a energia do PCI para as próximas gerações.

Conclusão

É necessária uma estratégia completa, incluindo o envolvimento ativo da comunidade, a utilização da tecnologia, quadros políticos sólidos, o desenvolvimento a longo prazo, e a gestão proativa de crises, para preservar e gerir adequadamente o Património Cultural Imaterial (PCI).

Uma ideia fundamental na preservação do PCI, a centralidade comunitária, tem de ser compreendida e implementada. Começando pela documentação e inventariação participativas - nas quais as comunidades diretamente nomeiam, documentam e categorizam o seu legado cultural - este processo



prossegue. Duas formas de honrar o conhecimento e os pontos de vista locais são as histórias orais e o mapeamento comunitário. Isto garante que as comunidades mantêm a propriedade e o controlo sobre os seus recursos preservados. Da perspetiva da sociedade, a proteção é também bastante vital. Através de programas de aprendizagem e seminários para pessoas de várias gerações, apoiando formas convencionais de transmitir informação, os líderes e os praticantes comunitários capacitam-se a si mesmos. Estabelecer locais particulares para a prática e a celebração do PCI ajuda a sustentá-lo ainda mais. Estas iniciativas giram todas em torno de questões morais cruciais. Antes de qualquer estudo ou documentação ser conduzido, os indivíduos têm de fornecer a sua permissão livre, prévia e informada (CLPI). Respeitar a propriedade, os direitos de propriedade intelectual e a partilha de benefícios ajudará a manter a autenticidade e a pureza do PCI, através de uma forte luta contra a apropriação cultural.

Manter o PCI vivo hoje em dia depende sobretudo de técnicas e tecnologias digitais. Câmaras digitais, modelação 3D, dados áudio e vídeo, e fotografia digital são utilizados para a documentação e o arquivo digitais, para registar e manter o PCI seguro. As únicas formas de garantir que os recursos digitais permanecerão disponíveis por muito tempo são criar arquivos e bibliotecas online facilmente acessíveis, e estabelecer sistemas robustos de armazenamento e cópia de segurança. Através de ferramentas digitais - exposições online, visitas virtuais e filmes instrucionais - a educação e a transmissão digital levam o PCI a mais pessoas. Utilizar ferramentas digitais para ajudar a reviver e disseminar línguas, e conceber materiais instrucionais que incluam o PCI, tanto para ambientes de aprendizagem formais como informais, ajudará a reforçar ainda mais a sua influência. Ainda assim, a aplicação inteligente da tecnologia é bastante crucial. Considerando a divisão digital, devem ser feitos esforços para garantir o acesso equitativo, enquanto se procura possível deturpação. A tecnologia deve ajudar a reforçar, em vez de substituir, os meios convencionais de comunicação.

São necessárias estruturas e políticas institucionais fortes para controlar suficientemente o PCI. Incluir o PCI em políticas nacionais e locais implica salvaguardar ideias em políticas culturais e planos de desenvolvimento,



construir legislação para defender o PCI e permitir a sua expansão, e alocar os fundos nacionais e locais apropriados. Através de publicações, conferências e seminários, a cooperação e a colaboração internacionais servem para criar redes e parcerias. Permitem também trocar boas práticas e conhecimento. Isto apoia iniciativas mundiais para salvaguardar o PCI em áreas em conflito e com grande perigo de desastre. As iniciativas de sensibilização e educação, envolvendo o PCI no currículo escolar a todos os níveis, campanhas de sensibilização pública, e formação profissional em áreas pertinentes, como a educação, o turismo e a gestão do património cultural, permitirão a todos aprender mais sobre e apreciar o PCI.

A participação do PCI na sustentabilidade e na expansão está a tornar-se cada vez mais crucial. Ao sensibilizar para o PCI e ao assegurar que as empresas de turismo defendem valores tradicionais e evitam transformar a história numa mercadoria, os programas de turismo sustentável beneficiam as áreas próximas. Ao fornecer ferramentas e formação, o PCI e o desenvolvimento económico apoiam a expansão de ofícios e empresas tradicionais ligados ao PCI. Isto ajuda na expansão de itens culturais e no comércio justo. O PCI promove conhecimentos e práticas convencionais que ajudam na proteção ambiental, uma vez que está intrinsecamente ligado ao seu ambiente. Apoia a sustentabilidade ambiental por si só, bem como a sua inclusão em esquemas mais amplos para o desenvolvimento sustentável.

Manter o PCI a passar por eventos inesperados assenta, em última análise, em estar preparado e ser capaz de gerir uma crise. As metodologias de gestão de risco são cruciais para as operações e os locais de PCI. Estas cobrem estratégias para diminuir as consequências de pandemias, desastres naturais e guerra. Elaborar estratégias de recuperação ajuda o PCI a recuperar e a voltar a funcionar após desastres; a sua preservação e registo digitais ajudam a prevenir a perda de dados. Os sistemas de resposta a emergências fornecem apoio financeiro e logístico àqueles que trabalham com o PCI e aos grupos impactados por emergências. Permitem também que iniciativas lideradas pela comunidade acompanhem e salvaguardem o PCI, tanto durante como após crises. Estes planos abrangentes e interligados



permitir-nos-ão assegurar que o PCI sobrevive e é transmitido às próximas gerações.

Referências

Dacia Viejo-Rose and Marie Louise Stig Sørensen (2015), Chapter 17 Cultural Heritage and Armed Conflict: New Questions for an Old Relationship - In: The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research, Ed. by Emma Waterton and Steve Watson, 281-296, ISBN 978-1-349-45123-4, 978-1-137-29356-5 (eBook), DOI 10.1057/9781137293565

Laia Colomer (2024) The Role of Cultural Heritage in Norway's Immigrant Integration Processes, Norwegian Archaeological Review, 57:2, 126-144, DOI: 10.1080/00293652.2025.2451428

Mila Santova (2011). Intangible Cultural Heritage: Issues. Български фолклор, 89-100. <https://www.cceol.com/search/article-detail?id=171771>

Na Li, Xiaokang Li & Wen Xiao (2025) Intangible cultural heritage threatened-level categories and criteria, Humanities and Social Sciences Communications, 12:271, <https://doi.org/10.1057/s41599-025-04595-4>

Qiu, Q., Zuo, Y., Zhang, M. (2022) Intangible Cultural Heritage in Tourism: Research Review and Investigation of Future Agenda. Land, 11, 139. <https://doi.org/10.3390/land11010139>

Soojung Kim, Michelle Whitford & Charles Arcodia (2019), Development of intangible cultural heritage as a sustainable tourism resource: the intangible cultural heritage practitioners' perspectives, Journal of Heritage Tourism, DOI: 10.1080/1743873X.2018.1561703

Yanislav Zhelev, Mariya Monova-Zheleva, Radovesta Stewart (2021) The Digital Future of Intangible Cultural Heritage – Challenges and Initiatives, Digital Presentation and Preservation of Cultural and Scientific Heritage. Conference Proceedings. Vol. 11, Sofia, Bulgaria: Institute of Mathematics and Informatics – BAS, ISSN: 1314-4006, eISSN: 2535-0366

Yanqing Fang (2024), Current Situation, Problems and Countermeasures of Intangible Cultural Heritage Inheritance and Protection in College Education,



Academic Journal of Humanities & Social Sciences, 7:8 227-236, ISSN 2616-5783, DOI: 10.25236/AJHSS.2024.070835



Capítulo 10. Considerações Éticas no Património Cultural Imaterial: Propriedade, Consentimento, Representação e Sensibilidade Cultural

Sónia Avelar

Faculdade de Economia e Gestão – CEEApIA – Universidade dos Açores

Josélia Fonseca

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Departamento de Educação

Teresa Borges-Tiago

Faculdade de Economia e Gestão – CEEApIA – Universidade dos Açores

1. Introdução

"Salvaguardar o Património Cultural Imaterial exige uma ponte entre o respeito pela diversidade cultural e a gestão ética, assegurando que as comunidades mantêm a propriedade e a voz na partilha da rica tapeçaria das tradições humanas."

O Património Cultural Imaterial (PCI) são todos os elementos reconhecidos como essenciais para a identidade cultural pelas comunidades. Assim, o PCI está vivo e em constante evolução, transmitido ao longo de gerações. Inclui uma rica tapeçaria de tradições orais, artes performativas, costumes sociais, rituais, celebrações festivas, e uma compreensão profunda do seu ambiente. A beleza do PCI é que dá às comunidades um forte sentido de identidade e continuidade, ao mesmo tempo que promove a apreciação pela diversidade cultural e pela criatividade humana. No entanto, a documentação e a preservação do PCI levantam preocupações éticas críticas, particularmente no que respeita à propriedade cultural e aos direitos de propriedade intelectual, na medida em que muitas práticas e sistemas de conhecimento tradicionais pertencem coletivamente a comunidades, e não a indivíduos. O presente capítulo centra-se nos diferentes aspetos da interligação entre o PCI e a ética, começando pela definição de ética e passando às perspetivas e



preocupações levantadas ao longo dos anos neste domínio, encontradas em toda a literatura.

2. Quadro Concetual

Preservar o património cultural e imaterial exige uma compreensão clara da ética e da cultura. A ética, derivada do grego *ethos*, refere-se a princípios que orientam as ações humanas em direção ao bem. A cultura engloba o conhecimento, a arte, a moral, os costumes e as crenças adquiridos socialmente, formando dimensões tanto materiais (arte) como imateriais (costumes, conhecimento) que sustentam a identidade social. Existe uma relação intrínseca entre a cultura e a identidade, moldada através de interações com outros num tempo e espaço específicos. A interpretação cultural ajuda os indivíduos a descobrirem-se a si mesmos e a encontrarem significado na sua realidade. Reconhecer a diversidade cultural é essencial para fomentar o diálogo intercultural e assegurar a sobrevivência de culturas minoritárias. Negligenciar ou apagar o PCI de uma comunidade mina a sua identidade e impõe dominância cultural, diminuindo, em última análise, a riqueza da interação cultural na sociedade global atual. Proteger o PCI é, portanto, um passo crítico na promoção da inclusividade e da recriação sociocultural.

2.1 Definir Práticas Éticas no PCI

O PCI incorpora as ricas e vibrantes tradições, práticas e expressões que são significativas para as comunidades como vitais para a sua identidade cultural. Assim, cuidar dele é essencial para preservar a diversidade cultural e fomentar o diálogo intercultural num mundo cada vez mais globalizado. No entanto, os dilemas éticos em torno da proteção do património cultural imaterial são bastante complexos e matizados. Um princípio ético fundamental é a propriedade e o controlo pela comunidade. Uma vez que o PCI está profundamente ligado às comunidades que o criam e o nutrem, estas devem desempenhar um papel central nas decisões sobre a sua documentação, preservação e partilha. Isto levanta questões relevantes



sobre as dinâmicas de poder entre as comunidades locais e partes interessadas externas, como governos, ONG e instituições culturais. A autenticidade e a integridade são também preocupações importantes. À medida que o PCI evolui naturalmente, os esforços de salvaguarda não devem visar "congelar" as práticas culturais, na medida em que isto poderia minar a sua autenticidade. Em vez disso, as iniciativas devem promover a vitalidade e a adaptação contínuas do PCI. Os direitos culturais são outra consideração ética fundamental. Embora as comunidades tenham o direito de defender e transmitir o seu património, estes direitos precisam de ser equilibrados com os direitos humanos individuais, as questões de propriedade intelectual, e o acesso justo aos benefícios culturais. A UNESCO (2003) oferece diretrizes que sublinham a importância de respeitar as comunidades, abraçar a diversidade cultural, e praticar uma gestão sustentável do património.

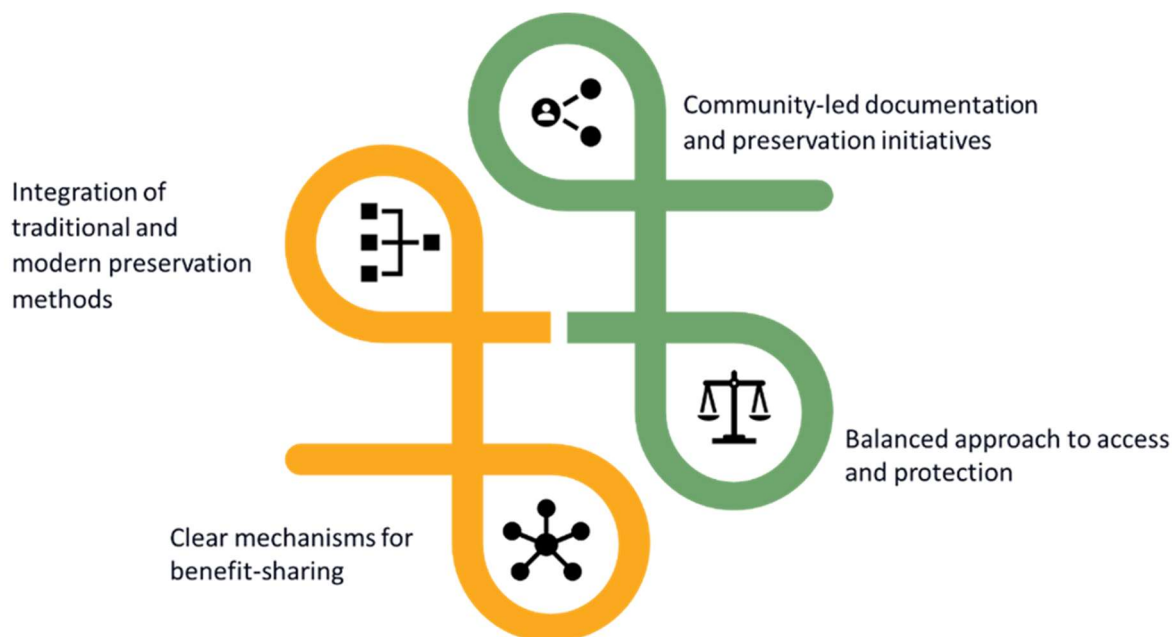
2.2 Princípios de Propriedade e Custódia

A propriedade e a custódia do PCI apresentam uma série de desafios intrincados quando se trata de preservar a cultura. De acordo com a Convenção da UNESCO de 2003, o PCI engloba as práticas, expressões, conhecimentos e espaços culturais profundamente ligados às comunidades. O PCI é fluido e coletivo, o que torna difícil reivindicar propriedade exclusiva, ao contrário da propriedade tradicional. Kirshenblatt-Gimblett (2004) salienta que o PCI não pode ser categorizado de forma clara sob as leis de propriedade convencionais, uma vez que evolui juntamente com as comunidades que o defendem. Os quadros legais frequentemente têm dificuldade em abordar estas complexidades, especialmente dadas as limitações das leis de propriedade intelectual. O conceito de custódia introduz ainda mais dificuldades, particularmente no que respeita a definir quem são os custódios responsáveis e quais devem ser os seus papéis. Além disso, existe o desafio moderno de equilibrar a documentação com as formas tradicionais de transmitir conhecimento. As questões atuais incluem também os riscos de exploração comercial, apropriação cultural, os efeitos da globalização, e como as tecnologias digitais influenciam o acesso e a



preservação. Para abordar estes desafios, Stefano e Davis (2017) sugeriram um quadro para a gestão sustentável do PCI, centrado em iniciativas de preservação, métodos eficazes, e mecanismos para a partilha de benefícios (ver Figura 4).

Figura 4. Dimensões para a gestão sustentável do PCI



Olhando para o futuro, esta perspetiva é reforçada pelas diretrizes operacionais da UNESCO, que sublinham a necessidade de estratégias de proteção em evolução, que respondam aos desafios contemporâneos, respeitando simultaneamente as práticas tradicionais. A complexidade da propriedade e da custódia do PCI exige investigação e desenvolvimento de políticas contínuos.

3. Desafios Éticos na Documentação do PCI

A ideia de consentimento informado vai além de assegurar apenas honestidade entre investigadores e aqueles que documentam ou partilham memórias culturais. Sublinha a importância da autonomia individual e comunitária na tomada de decisões sobre as suas práticas culturais e como estas são preservadas e partilhadas. Estabelecer um consentimento informado e refletido é crucial para prevenir a apropriação e o uso indevido



- por vezes, mesmo exploração - de culturas, especialmente as de grupos minoritários. Para alcançar isto, as comunidades precisam de ser capacitadas para avaliar os efeitos das suas ações (como notado no princípio 9, UNESCO, 2003), quer seja diretamente, quer permitindo que outros estudem e se envolvam com o seu património. É essencial que a comunidade assuma responsabilidade partilhada em reconhecer ameaças à sua cultura, e participe ativamente em processos de tomada de decisão destinados a prevenir ou reduzir estes riscos (como delineado no princípio 10, UNESCO, 2003).

3.1. Representação e Deturpação

A forma como o PCI é representado e, por vezes, deturpado, é uma questão crucial na preservação da cultura. Levanta questões importantes sobre a autenticidade, a ética, e a dinâmica da própria cultura. Ao falar de ética, esta frequentemente gira em torno de mostrar com precisão as expressões culturais das comunidades, ao mesmo tempo que se tenta evitar as armadilhas da mercantilização ou da distorção. A deturpação pode ser particularmente prejudicial, especialmente quando as práticas culturais são comercializadas ou alteradas para públicos externos, na medida em que isto pode mudar a própria identidade dessas culturas. Quando os elementos culturais são excessivamente simplificados ou reproduzidos, isto pode despojá-los da sua autenticidade, conduzindo a estereótipos e silenciando as vozes de grupos marginalizados.

Um excelente exemplo de representação ética encontra-se no muralismo comunitário, onde grupos sub-representados usam a arte pública para expressar a sua identidade cultural e abordar questões sociais. No entanto, estudos recentes mostram que estes murais estão em perigo de serem apagados devido ao desenvolvimento urbano e à falta de medidas de proteção, o que sublinha a obrigação ética de salvaguardar estas expressões culturais. Além disso, os esforços para digitalizar e fornecer acesso justo ao património documental precisam de ser realizados com considerações legais e políticas cuidadosas, assegurando que os direitos e as vozes das culturas envolvidas são priorizados. Embora muitas instituições se concentrem em



adquirir materiais culturais com proveniência clara e autenticidade verificada, o desafio contínuo é distinguir entre representações culturais genuínas e autenticidade encenada, o que pode diluir a verdadeira essência da identidade cultural. A comida, em particular, é uma forma poderosa de manter a autenticidade cultural, servindo de meio para expressar o património e resistir aos efeitos homogeneizadores da globalização. Portanto, é necessária uma abordagem abrangente à representação cultural que sublinhe a autenticidade, assegurando a preservação e a promoção éticas do PCI para as gerações futuras.

3.2. Sensibilidade Cultural e Apropriação

Investigação recente aponta que as questões intrincadas em torno da apreciação e da apropriação culturais sublinham a importância de encontrar um equilíbrio entre celebrar culturas e considerar implicações éticas. O termo "tarifação cultural" refere-se a como as nossas visões sobre a apropriação são influenciadas pelos custos e benefícios percebidos dos intercâmbios culturais (Oshotse et al., 2024). Para verdadeiramente nos envolvermos com uma cultura, precisamos de fomentar interações genuínas, assegurar intercâmbios justos, e obter consentimento das comunidades envolvidas. Infelizmente, a exploração cultural frequentemente surge da mercantilização, da deturpação, e das disparidades económicas. Quando as cerimónias indígenas são transformadas em atrações turísticas, perdem o seu significado sagrado, o que pode ser angustiante; representações estereotipadas perpetuam mitos prejudiciais; e no domínio do artesanato tradicional, os artesãos frequentemente recebem pouca compensação, enquanto os intermediários colhem as recompensas, agravando as desigualdades (Gertner, 2019). Além disso, a infraestrutura turística pode deslocar comunidades locais e perturbar o seu património cultural. Para promover um envolvimento cultural ético, devemos priorizar o respeito, as práticas económicas justas, e o consentimento comunitário, para salvaguardar a autenticidade e a identidade culturais.



4. Considerações Éticas na Preservação e Promoção do PCI

Preservar o PCI diz tudo respeito a encontrar aquele ponto ideal entre proteger práticas tradicionais e adaptá-las para se ajustarem ao nosso mundo moderno. Os defensores sublinham a importância de manter as expressões culturais fiéis às suas raízes, na medida em que isto é vital para salvaguardar a identidade e assegurar a diversidade cultural para as gerações futuras. Por outro lado, alguns críticos argumentam que as práticas culturais precisam de evoluir para permanecerem relevantes na nossa sociedade cada vez mais globalizada. Um dos maiores obstáculos na preservação do PCI é descobrir como alocar recursos de forma eficaz. A investigação sobre o turismo de PCI aponta para a necessidade de uma gestão sustentável de recursos, avaliando os impactos do turismo, e compreendendo como os visitantes se comportam. Estão a surgir novas estratégias que priorizam a criação de lugares, abraçam avanços tecnológicos, e centram-se na sustentabilidade ambiental, para reforçar os esforços de preservação (Katelieva et al., 2020). Mesmo com estes desafios, preservar o PCI é essencial para manter a diversidade cultural, fomentar a resiliência comunitária, e transmitir conhecimento ao longo das gerações. O desaparecimento das práticas culturais não é uma conclusão inevitável; é algo que podemos trabalhar ativamente para prevenir.

4.1 Comercialização do PCI

A comercialização do PCI para fins turísticos e de mercado levanta algumas preocupações éticas sérias. O PCI é uma parte vital da identidade cultural e do pertencimento, e quando se transforma numa mercadoria, arrisca perder a sua autenticidade e o seu significado original, tornando-se apenas mais um produto para pessoas de fora (Hsu et al., 2022). Esta mudança pode alterar o contexto das expressões culturais, potencialmente diminuindo a sua importância social e espiritual, e ameaçando a identidade das comunidades que as valorizam. Uma questão ética importante é a distribuição desigual dos benefícios económicos. Enquanto as partes interessadas externas lucram com a comercialização do PCI, as comunidades locais, as verdadeiras guardiãs deste património, frequentemente veem muito pouco ganho



financeiro (Zhang et al., 2023). Esta disparidade económica conduz à exploração, especialmente para grupos indígenas e marginalizados, que podem não ter os meios para salvaguardar o seu património cultural de ser apropriado. O turismo de património cultural tem enfrentado críticas por tirar partido das culturas locais, ao mesmo tempo que fornece poucos benefícios às comunidades envolvidas. Muitas áreas rurais encontram-se economicamente dependentes do turismo, deixando-lhes poucas opções além de comercializar o seu património, o que apenas aprofunda os ciclos de mercantilização e desapoderamento. Abordar estas questões exige abordagens éticas e justas que priorizem a capacitação comunitária, a distribuição económica equitativa, e a preservação do valor inerente do PCI.

4.2 Equilibrar a Promoção Global com a Relevância Local

A promoção global do PCI traz uma mistura de desafios e oportunidades, especialmente quando se trata de respeitar as comunidades que originaram estas tradições, ao mesmo tempo que as disseminam mais amplamente. Existem visões divergentes entre as instituições culturais e as comunidades de migrantes sobre como preservar e partilhar o PCI, sublinhando a necessidade de estratégias que possam colmatar estas diferenças. A comercialização do PCI frequentemente deixa os profissionais do património inquietos, expondo tensões contínuas entre os objetivos da conservação e as exigências do mercado. No setor do turismo, os praticantes lidam com a tarefa crucial de manter a autenticidade intacta, ao mesmo tempo que evitam a alienação ou a distorção cultural.

As plataformas digitais oferecem novas formas interessantes de comunicar e promover os valores do PCI, mas também correm o risco de transformar estas tradições em meras mercadorias, se não forem geridas com cuidado. Para promover eficazmente o PCI a nível global, é vital adotar uma abordagem participativa que envolva comunidades locais, académicos, o setor privado, ONG e governos. Tais esforços colaborativos podem ajudar a preservar o património cultural, protegendo simultaneamente as identidades culturais e abordando a sub-representação das comunidades de migrantes na participação patrimonial e nas iniciativas de salvaguarda. Este



modelo multissetorial incentiva a inclusividade e aborda as complexidades da preservação do PCI no nosso mundo interligado.

5. Recomendações para Práticas Éticas no PCI

Para verdadeiramente se envolver com o PCI de forma eficaz, são necessários quadros éticos que coloquem o envolvimento e a capacitação comunitários em primeiro plano. É crucial ver as comunidades locais como atores-chave, assegurando que as suas vozes e contributos estão no centro dos esforços de preservação. Quando as pessoas participam de forma significativa, isto não só promove a sustentabilidade, como também assegura que as iniciativas ressoam com os valores comunitários. Além disso, integrar tecnologias digitais pode reforçar a acessibilidade e a inclusividade, dando uma plataforma a vozes marginalizadas e criando mais oportunidades de envolvimento.

5.1 Abordagens Centradas na Comunidade

Um princípio fundamental na preservação do PCI é a ideia de autogovernança comunitária. É essencial que os investigadores construam relações enraizadas na confiança, no diálogo aberto, e no respeito mútuo. O envolvimento ético começa com a obtenção de um consentimento informado culturalmente apropriado, e vai mais além, incluindo a colaboração ativa na definição de objetivos e metodologias de investigação. Os membros da comunidade devem estar na linha da frente, desempenhando um papel vital na definição de resultados que não só avancem a investigação académica, como também sirvam os seus próprios interesses.

5.2 Documentação e Representação Éticas

Documentar o PCI é uma tarefa delicada, especialmente quando se trata de elementos sagrados ou restritos. É essencial que as comunidades tenham controlo sobre o que é registado e partilhado, o que significa que os métodos



de investigação precisam de ser flexíveis e respeitosos das formas tradicionais de transmitir conhecimento. A tradução e a representação cuidadosas são fundamentais para preservar a autenticidade das expressões culturais, tornando-as simultaneamente acessíveis a um público mais alargado.

5.3 Desafios e Oportunidades Digitais

Embora as tecnologias digitais tragam oportunidades interessantes para documentar e preservar o PCI, vêm também com alguns desafios sérios, como preocupações sobre a soberania de dados, a privacidade, e o risco de apropriação indevida cultural. É crucial que os investigadores estabeleçam protocolos claros que salvaguardem os interesses comunitários, assegurando que a gestão de dados é ética e equilibra o acesso com o controlo.

5.4 Partilha Equitativa de Benefícios

A investigação deve realmente visar trazer benefícios reais às comunidades que contribuem para ela. Isto significa dar o devido crédito, assegurar que todos têm acesso igual aos resultados, e apoiar iniciativas lideradas pela própria comunidade. Quando se trata de utilizações comerciais, é crucial estabelecer acordos justos relativos aos direitos de propriedade intelectual e à compensação, para evitar qualquer tipo de exploração.

5.5 Envolvimento Sustentado e Responsabilização

Construir parcerias a longo prazo com as comunidades é crucial para conduzir investigação ética. Acompanhar os impactos dos projetos e abordar quaisquer consequências não intencionais pode ajudar a fomentar a confiança e assegurar que o apoio aos esforços de preservação cultural continua a prosperar.



5.6 O Papel das Organizações Internacionais

A UNESCO e várias organizações globais são cruciais no estabelecimento de padrões éticos, particularmente através de quadros como a Convenção de 2003. Estas instituições não só oferecem reforço de capacidades, orientação política, e apoio financeiro, como também defendem o envolvimento comunitário, a diversidade cultural, e práticas patrimoniais sustentáveis. Ao abraçar estas boas práticas, a preservação do património cultural imaterial pode ser assegurada e conduzir a resultados mais éticos, justos e sustentáveis, protegendo os legados culturais, ao mesmo tempo que promove a unidade social e a compreensão entre comunidades.

Conclusão

A documentação, a preservação e a promoção do PCI vêm acompanhadas de um conjunto de desafios éticos intrincados, que exigem consideração cuidadosa e uma abordagem equilibrada. À medida que os profissionais do património cultural e as partes interessadas mergulham no mundo do PCI, enfrentam questões sensíveis que podem afetar significativamente as comunidades, os sistemas de conhecimento tradicional, e a sustentabilidade das culturas. No cerne das práticas éticas de PCI está o princípio essencial de respeitar os direitos comunitários e a soberania cultural. O Código de Ética da UNESCO sublinha que as comunidades devem ter controlo primário sobre as suas expressões culturais e decidir como o seu património é documentado, preservado e partilhado. Este princípio é especialmente crucial na era digital acelerada de hoje, e no intercâmbio global de culturas. Quando se trata de documentação, existem preocupações éticas sérias em torno do consentimento, da representação, e da sensibilidade cultural. Os investigadores e os profissionais do património precisam de estar vigilantes, assegurando que os seus métodos não minam a integridade das práticas culturais, nem revelam conhecimento cultural sensível. As diretrizes do Conselho Internacional de Museus (ICOM) sublinham a necessidade de obter consentimento informado, e de estabelecer protocolos claros para a recolha e o armazenamento de dados, que honrem as práticas culturais. Os esforços de preservação devem encontrar um equilíbrio entre proteger o património



cultural e reconhecer a natureza fluida e evolutiva das tradições vivas. Existe uma forte obrigação ética de evitar "congelar" práticas culturais no tempo, ou impor padrões externos de autenticidade. Em vez disso, as iniciativas de preservação devem capacitar as comunidades para manter e transmitir o seu património, de formas que ressoem com a vida contemporânea.

A promoção e a partilha do PCI levantam questões sobre apropriação cultural, comercialização, e partilha de benefícios. As partes interessadas devem assegurar que as atividades promocionais não conduzem à exploração ou à deturpação de práticas culturais. É realmente importante estabelecer sistemas de partilha de benefícios justos e equitativos, que assegurem que as comunidades recebem o reconhecimento e a compensação que merecem pelos seus contributos culturais. Avançar desta forma exige um compromisso coletivo com princípios éticos, quando se trata de gerir o PCI (ver Tabela 2).

Tabela 2. Matriz de Chamada à Ação

Para as Comunidades	Para os Investigadores	Para os Decisores Políticos	Para as Organizações Globais
Afirmar os seus direitos na gestão do PCI	Adotar metodologias de investigação participativas	Desenvolver quadros legais que protejam os direitos comunitários	Reforçar a cooperação internacional em práticas éticas de PCI
Desenvolver protocolos internos para a documentação e a partilha do património	Implementar diretrizes éticas robustas nas práticas de investigação	Criar mecanismos para uma consulta comunitária significativa	Fornecer recursos e apoio para o reforço de capacidades
Envolver-se ativamente em discussões políticas que afetam o seu	Assegurar uma comunicação transparente com as partes interessadas comunitárias	Apoiar iniciativas sustentáveis de gestão do património	Facilitar o diálogo entre as partes interessadas

património cultural			
--------------------------------	--	--	--

A ideia de que o PCI pode evoluir, mantendo-se fiel aos seus valores fundamentais, abre possibilidades interessantes para uma paisagem cultural simultaneamente inclusiva e adaptável, uma que reflita genuinamente a rica e diversa tapeçaria das experiências humanas. A tensão entre preservar e evoluir o PCI sublinha a importância de abordar questões essenciais sobre como encontrar um equilíbrio entre salvaguardar o património e incentivar a inovação. Este desafio apela a comunidades, decisores políticos e académicos para navegarem a relação complexa entre a continuidade cultural e a mudança no mundo atual. Assim, denota-se a necessidade urgente de um quadro de gestão que priorize a propriedade e a gestão coletivas dos bens culturais, reconhecendo os laços únicos entre as comunidades locais e o seu património, ao mesmo tempo que aborda as injustiças históricas ligadas à apropriação cultural. Cuidar do património cultural é crucial para o manter vivo, significativo e sustentável para as gerações vindouras. O momento de agir é agora, apelando a todos os membros da comunidade a trabalharem juntos para proteger, preservar e promover o património cultural imaterial de formas que honrem quem o criou, respeitem quem o salvaguarda, e beneficiem, em última análise, toda a humanidade.

Referências

Gertner, R. K. (2019). The impact of cultural appropriation on destination image, tourism, and hospitality. *Thunderbird International Business Review*, 61(6), 873-877. DOI: 10.1002/tie.22068

Hsu, F. C., Zhang, S., Zhang, Y., & Lee, T. J. (2022). Decision-making behavior in the sustainable development of intangible cultural heritage tourism. *International Journal of Tourism Research*, 24(6), 800-812. DOI: 10.1002/jtr.2546



Kateliëva, M., Muhar, A., & Penker, M. (2020). Nature-related knowledge as intangible cultural heritage: Safeguarding and tourism utilisation in Austria. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 18(6), 673-689. DOI: 10.1080/14766825.2019.1693581

Kirshenblatt-Gimblett, B. (2004). Intangible heritage as metacultural production. *Museum International*, 56(1-2), 52-65. DOI: 10.1111/j.1350-0775.2004.00458.x

Oshotse, A., Berda, Y., & Goldberg, A. (2024). Cultural Tariffing: Appropriation and the Right to Cross Cultural Boundaries. *American Sociological Review*, 89(2), 346-390. DOI: 10.1177/00031224231225665

Stefano, M. L., & Davis, P. (Eds.). (2017). *The Routledge Companion to Intangible Cultural Heritage*. Taylor & Francis.

UNESCO (2003). *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*.

Zhang, M., Guo, X., Guo, X., & Jolibert, A. (2023). Consumer purchase intention of intangible cultural heritage products (ICHP): effects of cultural identity, consumer knowledge and manufacture type. *Asia Pacific Journal of Marketing and Logistics*, 35(3), 726-744. DOI: 10.1108/APJML-11-2021-0831



Capítulo 11. Financiamento e Mobilização de Recursos para o Património Cultural Imaterial

Hristo Berov

Universidade de Sófia "St. Kliment Ohridski" & Fundação Pax Rhodopica,
Bulgária

1. Introdução

O património cultural imaterial (PCI) é uma parte vital da identidade de cada comunidade, mas frequentemente enfrenta riscos de extinção devido à globalização, à urbanização, e a outros fatores socioeconómicos. Para assegurar a sua preservação e transmissão às gerações futuras, é necessário desenvolver estratégias eficazes para o financiamento e a mobilização de recursos. Este capítulo explora várias abordagens para fornecer apoio financeiro e de outro tipo a projetos relacionados com a investigação, a documentação, a preservação e a promoção do PCI, centrando-se em oportunidades de cooperação com instituições governamentais e organizações não governamentais, referindo-se ao mapeamento da situação na Bulgária e às boas práticas.

2. Recursos para a Investigação

A Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (adotada em 2003) é o principal e definidor instrumento internacional que visa proteger e promover o património cultural vivo da humanidade. Engloba tradições orais, artes performativas, práticas sociais, rituais, eventos festivos, conhecimentos e práticas relativos à natureza e ao universo, ou o conhecimento e as competências para produzir artesanato tradicional. Sublinha a importância das comunidades que são as detentoras deste património, e incentiva a sua participação na sua salvaguarda. Apela



também aos Estados para criarem inventários nacionais do património cultural imaterial e para tomarem medidas para a sua preservação.

Nos seus esforços para apoiar a salvaguarda do património vivo, o Secretariado da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial desenvolve um conjunto de ferramentas online de educação e gestão do conhecimento, fornecendo dados e recursos valiosos a todas as partes interessadas. Estas ferramentas são concebidas para facilitar o acesso à informação e promover a salvaguarda eficaz do património cultural imaterial (PCI).

Entre os principais recursos estão visualizações digitais que permitem a imersão no mundo do PCI, explorando as suas ligações com a natureza e os fatores que o ameaçam. A par disto, 62 materiais de formação temáticos de acesso aberto reforçam a capacidade em áreas-chave, como a inventariação, o desenvolvimento de políticas, e o pedido de assistência. O kit de ferramentas de desenvolvimento sustentável, com mais de 30 estudos de caso, demonstra o contributo do PCI para o desenvolvimento sustentável. Foi criada uma animação em vídeo sobre questões de género e PCI, acompanhada de notas do apresentador, para fins educativos. Uma bibliografia interativa, com mais de 1000 referências para investigação científica relacionada com a Convenção de 2003, fornece um recurso valioso para investigadores e profissionais. Foi criado um registo eletrónico do património cultural imaterial (<https://www.unesco.org/en/intangible-cultural-heritage/grid?hub=365> e um Registo de boas práticas para a salvaguarda do PCI - Bulgária <https://bulgariaich.com/index.php?act=content&rec=59>). Visa identificar e apoiar os detentores de conhecimentos e competências tradicionais, assegurando assim a transmissão deste conhecimento valioso às gerações futuras.

3. Identificação de Fontes de Financiamento

A salvaguarda e a promoção do património cultural imaterial exigem esforços dedicados e financiamento sustentável. Neste contexto, as organizações internacionais, particularmente a UNESCO, desempenham um



papel crucial. A UNESCO, através da sua Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, lança as bases para a cooperação e o apoio internacionais. O Programa de Participação da UNESCO (<https://www.unesco.org/en/member-states-portal/participation-programme>) fornece oportunidades de financiamento específicas para projetos alinhados com as prioridades da organização, sublinhando a documentação, a transmissão, e a sensibilização para o PCI. O Programa de Participação da UNESCO é uma ferramenta importante para o apoio financeiro a projetos consistentes com as principais prioridades da organização. É especificamente concebido para ajudar os Estados-Membros, com um foco particular nos países em desenvolvimento. Este programa distingue-se pelo seu amplo âmbito, fornecendo oportunidades de financiamento numa variedade de áreas essenciais para o desenvolvimento da sociedade. Estas incluem a preservação do rico património cultural, o desenvolvimento de educação de qualidade, o apoio à investigação científica, e a promoção da literacia mediática. As Comissões Nacionais para a UNESCO nos Estados-Membros desempenham um papel crucial no apoio e na promoção do património cultural imaterial (PCI). Cada comissão atua como intermediária entre as instituições nacionais e a UNESCO, ajudando no desenvolvimento e na implementação de projetos relacionados com a preservação do PCI. A comissão fornece conselhos e orientação sobre a candidatura a programas de financiamento da UNESCO, como o Programa de Participação, e ajuda as comunidades no processo de documentação e preservação do seu património cultural. Além disso, participa ativamente na sensibilização para a importância do PCI, através da organização de eventos, conferências e publicações.

Os fundos europeus oferecem oportunidades de financiamento significativas. O programa Europa Criativa (<https://culture.ec.europa.eu/creative-europe>) apoia projetos nas áreas da cultura e da criatividade, incluindo os relacionados com o PCI. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) pode financiar projetos que contribuam para o desenvolvimento do turismo cultural e a preservação do património cultural nas regiões. O convite EIT Cultura & Criatividade, cofinanciado pelo Horizonte Europa, apoia projetos curtos e orientados para



resultados, que abordam desafios atuais nestes setores. É dada particular atenção a projetos em áreas como a moda, a arquitetura, o património cultural, os media audiovisuais e os jogos, com o objetivo de acelerar a comercialização e a adoção no mercado de inovações.

Em regiões transfronteiriças, podem procurar-se oportunidades no programa Interreg (<https://interreg.eu/calls-for-projects/>), para desenvolver vários produtos e soluções que estimulem o desenvolvimento regional, o que pode incluir aqueles relacionados com o património cultural e, em particular, o património cultural imaterial.

O Erasmus+ oferece oportunidades significativas para financiar iniciativas e projetos destinados a preservar e promover o património cultural imaterial. Esta ligação está profundamente enraizada no conceito do Erasmus+, que sublinha a diversidade cultural, a inclusão, a educação, a participação da juventude, e a cooperação internacional. O programa apoia projetos na área da educação, para a transmissão de conhecimentos e competências relacionados com o património cultural imaterial, através de workshops, formações, intercâmbio de boas práticas, e o desenvolvimento de materiais educativos. A juventude e a participação cívica são o foco, com o Erasmus+ a incentivar a participação dos jovens na preservação do património cultural, através de intercâmbios juvenis e projetos de voluntariado. Os projetos que promovem a cooperação internacional são apoiados através de três ações-chave: Ação-Chave 1 (KA1) para a mobilidade de indivíduos, Ação-Chave 2 (KA2) para a cooperação entre organizações, e Ação-Chave 3 (KA3) para apoiar a reforma política. Exemplos específicos de projetos incluem a documentação de ofícios tradicionais, intercâmbios juvenis para estudar costumes locais, projetos educativos para incluir o património cultural nos currículos, e formação para preservar ofícios. (https://www.esehormones.org/what-we-do/research/european-research-funding/funding-programmes/erasmusplus/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiAw5W-BhAhEiwApv4goBE6MGGXwod4fHluq1SznkKrzZ31ZtE8nBJV_xgqFqLVymumtC7RbRoC53oQAvD_BwE)

Paralelamente, o Ministério da Inovação e do Crescimento da Bulgária cria oportunidades de financiamento para pequenas e médias empresas (PME),



através do procedimento "Pequenos Subsídios de Inovação", parte do programa "Investigação, Inovação e Digitalização para a Transformação Inteligente" (2021-2027). Além disso, as PME podem beneficiar de quase 1.000 serviços de inovação, através da Plataforma de Cooperação entre instituições de ensino superior, organizações de investigação, e empresas. Estas iniciativas fornecem diversas oportunidades para os jovens e as PME desenvolverem as suas ideias criativas e inovadoras, contribuindo para o desenvolvimento cultural e económico do país. ([https://www.epc.bg/en/open-for-submission-procedure-bg16rfpr002-1005-small-innovative-grants-for-small-and-medium-sized-enterprises-\(smes\)-programme-esearch-innovation-and-digitalization-for-smart-transformation-2021-2027-n23](https://www.epc.bg/en/open-for-submission-procedure-bg16rfpr002-1005-small-innovative-grants-for-small-and-medium-sized-enterprises-(smes)-programme-esearch-innovation-and-digitalization-for-smart-transformation-2021-2027-n23))

A criação de várias produções baseadas no património cultural imaterial e a sua apresentação a um público alargado, incluindo estrangeiro, é também financiada através dos programas do Plano de Recuperação e Resiliência (https://commission.europa.eu/business-economy-euro/economic-recovery/recovery-and-resilience-facility/recovery-and-resilience-plan-bulgaria/bulgarias-recovery-and-resilience-supported-projects-nation-wide-investment-scheme_en).

Podem também encontrar-se oportunidades de mobilização de recursos através dos instrumentos financeiros do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e do Mecanismo Financeiro Norueguês (<https://www.eeagrants.bg/en/about-us>). Um bom exemplo de um projeto realizado relacionado com o património cultural imaterial é o projeto "As tradições unem-nos". As atividades do projeto incluem a preparação da performance/espetáculo "As tradições unem-nos" (e a sua apresentação em 10 pequenas localidades nas regiões de Kardzhali, Smolyan e Plovdiv, e na Noruega), a criação de uma escola infantil para fazer bonecas com trajes tradicionais e máscaras tradicionais, a organização de uma exposição itinerante de bonecos com trajes populares, e aulas ao ar livre sobre o fabrico de bonecas em 10 localidades na Bulgária.

Para assegurar a preservação e a promoção sustentáveis do património cultural imaterial (PCI) na Bulgária, é essencial identificar e utilizar diversas



fontes de financiamento. Em primeiro lugar, os programas estatais desempenham um papel fundamental. Através dos programas do Fundo Nacional de Ciência Búlgaro (BNSF), podem ser apoiadas propostas de projetos tematicamente centradas na investigação e na documentação do PCI. O Ministério da Cultura, através do Fundo Nacional da Cultura e do programa "Património Cultural Imaterial" (conjuntos profissionais e detentores de património cultural imaterial), fornece oportunidades de financiamento para projetos relacionados com a preservação e a promoção do património cultural. Relativamente ao Fundo Nacional da Cultura, o apoio na direção "Património Cultural" é preparado de acordo com o quadro legal e as definições de património cultural na Lei do Património Cultural da República da Bulgária e na Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Visa a preservação, a investigação e a promoção do património cultural imaterial, através de uma abordagem integrada, bem como a digitalização do património cultural. Visa desenvolver meios para um acesso melhorado ao património cultural através de tecnologias digitais, e a transmissão de conteúdo cultural através do turismo cultural e da introdução de modelos sustentáveis para as indústrias culturais a nível local. Existe atualmente em dois módulos - "Preservação e Promoção do Património Cultural" e "Indústrias Culturais e Turismo Cultural".

O programa "Património Cultural Imaterial" visa apoiar a apresentação profissional da arte popular, revitalizar as atividades de conjuntos folclóricos profissionais, e preservar e manter o património popular a um elevado nível estético. As atividades incluem a criação de novos produtos artísticos, performances, programas de concertos temáticos, etc., o desenvolvimento e a implementação de programas educativos para alunos e estudantes, e o desenvolvimento de escolas criativas. Os resultados esperados das atividades visam criar produtos culturais abrangentes que mostrem a diversidade do folclore búlgaro e contribuam para a preservação do património cultural imaterial. Estes produtos melhorarão as oportunidades de explorar e estudar o folclore e as tradições, atraindo o interesse dos aprendentes. Além disso, serão criadas condições para o desenvolvimento do potencial criativo de jovens artistas na área do folclore, incluindo músicos, cantores e dançarinos. Em última análise, as oportunidades de acesso a



conteúdo cultural serão alargadas, assegurando uma disseminação e acessibilidade mais amplas dos valores culturais. (https://mc.government.bg/files/10578_Programa%20-%20Ansambli%20-%202024.pdf)

O Programa Nacional da Juventude (2021-2025) estabelece como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida e a realização dos jovens na Bulgária, com ênfase no investimento no seu potencial. O programa destina-se a jovens entre os 15 e os 29 anos, e inclui também estruturas nacionais e locais, organizações não governamentais, e outras partes interessadas. Dentro da área temática 3, "Lazer, Criatividade e Cultura", o programa visa fornecer aos jovens oportunidades de participar em várias iniciativas que enriquecem o seu tempo de lazer, incentivam a sua expressão criativa, e preservam tradições. Também se esforça por reforçar a sua cultura pessoal e social, e afirmar a sua identidade. (<https://nism.bg/en/nacionalna-programa-za-mladezta-2021-2025>) Além disso, muitos municípios na Bulgária têm programas de apoio a iniciativas culturais locais, incluindo as focadas no PCI, sendo atribuído anualmente um orçamento para este fundo de projeto municipal "Cultura" (<https://kultura.sofia.bg/>; <https://culture.plovdiv.bg/> <https://www.varna.bg/en/91>)

4. Estratégias de Cooperação com Agências Estatais, Organizações Não Governamentais, e Doadores Privados

A UNESCO estabeleceu como objetivo alargar a participação de várias organizações, como organizações não governamentais (ONG), comunidades, especialistas, centros profissionais, e instituições de investigação, na salvaguarda do património imaterial, com base na convenção adotada. Estabeleceu um comité intergovernamental e um fundo do património imaterial, para implementar a Convenção, que exigem relatórios nacionais e sensibilizam para a salvaguarda do património imaterial.

A Convenção de 2003 sublinha o papel essencial das ONG na salvaguarda e na promoção do património cultural imaterial (PCI). A nível nacional, os Estados-Partes são incentivados a integrar as ONG nos seus esforços,



especialmente na identificação e na definição do PCI, uma vez que as ONG frequentemente têm o contacto mais próximo com as comunidades que são detentoras deste património. A nível internacional, as ONG acreditadas podem fornecer serviços de consultoria através do Comité Intergovernamental. Desde 2010, a Assembleia Geral acreditou mais de 170 ONG. As ONG cujas atividades estão relacionadas com o PCI são incentivadas a candidatar-se à acreditação, especialmente se forem de países em desenvolvimento.

Os Estados-Partes são incentivados a estabelecer mecanismos de coordenação que facilitem a participação de comunidades, grupos, indivíduos, especialistas, e instituições de investigação em atividades-chave, como identificar e definir o PCI, compilar inventários, desenvolver e implementar programas e projetos, e preparar documentos de candidatura. Por fim, mas não menos importante, os Estados-Partes são chamados a criar e a atualizar diretórios de partes interessadas que possam conduzir investigação científica, técnica e artística para a salvaguarda eficaz do PCI, de acordo com o Artigo 13.º da Convenção de 2003. Estes diretórios servem de recurso valioso para identificar parceiros-chave na salvaguarda do património cultural.

Entre os bons exemplos de tais organizações na Bulgária estão o Comité Nacional do ICOMOS - Bulgária, a Associação Histórica Búlgara, a Fundação do Património Balcânico, e a associação sem fins lucrativos "Meshtera - Conhecimento e Ofícios Tradicionais" (Portal de Informação de ONG na Bulgária (ngobg.info). A Estratégia de Inovação para a Especialização Inteligente (ISSI) para 2021-2027 é um quadro criado pela Comissão Europeia para ajudar as regiões e os Estados-Membros a identificar e a desenvolver as suas vantagens competitivas. Isto é alcançado ao concentrar investimentos em áreas-chave onde existe potencial de crescimento. É um documento fundamental que cada Estado-Membro da União Europeia desenvolveu para direcionar os seus investimentos em investigação e inovação. Esta estratégia não é exclusiva da Bulgária, mas faz parte de uma iniciativa pan-europeia destinada a promover o desenvolvimento económico e a competitividade regional.



A Estratégia de Inovação para a Especialização Inteligente para 2021-2027 (ISSS) da Bulgária, adotada pela Decisão n.º 1015 do Conselho de Ministros, é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de uma economia sustentável e competitiva. Fornece um quadro para o financiamento da inovação, incluindo projetos na área do património cultural imaterial (PCI), através dos programas "Competitividade e Inovação nas Empresas" (CIEP) e "Investigação, Inovação e Digitalização para a Transformação Inteligente" (RIDST). A ISSS apoia projetos de PCI na área "Novas Tecnologias nas Indústrias Criativas e Recreativas", promovendo: a digitalização do património cultural (arquivos digitais, museus virtuais); produtos e serviços inovadores (experiências turísticas, programas educativos); apoio às indústrias criativas (artesanato, folclore).

Vários documentos estatais e municipais fornecem diretrizes para desenvolver uma estratégia de desenvolvimento cultural, incluindo o património cultural e o segmento do património cultural imaterial (Plano Bulgária 2030, Estratégia de Desenvolvimento Cultural, Planos Municipais Integrados de Desenvolvimento, que devem incluir uma secção sobre o património cultural). Estes documentos mapeiam a situação existente, definem claramente as partes interessadas, e, com fontes de financiamento identificadas, apenas é necessária uma visão e iniciativa para desenvolver a investigação, a preservação e a promoção do património cultural imaterial.

A preservação e a promoção bem-sucedidas do património cultural imaterial (PCI) exigem estratégias de colaboração complexas com várias partes interessadas. A interação com agências estatais, que possuem os recursos e a especialização necessários, é primordial. As parcerias eficazes são construídas através da participação ativa em conselhos consultivos e grupos de trabalho, bem como através da organização de eventos conjuntos. Para assegurar a sustentabilidade, é imperativo combinar diversas fontes de financiamento e reforçar a capacidade dentro das comunidades locais para assumirem um papel de liderança na preservação do seu património.

A colaboração bem-sucedida com agências estatais é complementada por parcerias com organizações não governamentais (ONG). As ONG frequentemente têm uma vasta experiência a trabalhar com comunidades



locais, e podem fornecer apoio valioso a projetos relacionados com a investigação, a documentação e a preservação do PCI, bem como facilitar o intercâmbio de experiência e boas práticas. Além disso, a colaboração com doadores privados é essencial. Para construir confiança e apoio, é necessário desenvolver propostas de patrocínio personalizadas, e assegurar transparência e responsabilização na utilização dos fundos.

A inclusão das comunidades nos processos de investigação, documentação e preservação, bem como a organização de eventos para promover o PCI local, são fatores-chave para assegurar a sustentabilidade e a continuidade do património cultural. No âmbito da cooperação regional, a Bulgária participa ativamente no trabalho do Conselho de Ministros da Cultura dos Países do Sudeste Europeu, e na Organização de Cooperação Económica do Mar Negro. A coordenação do nosso país no estabelecimento de um Fundo para a Cooperação Cultural no SEE, que apoiará o intercâmbio cultural e estabelecerá o papel de liderança da Bulgária na região, é significativa. Além disso, o país está envolvido em várias outras iniciativas, como a Fundação Internacional "Fórum das Culturas Eslavas", a Cooperação do Danúbio, a iniciativa 17+1, e a Rede de Institutos Culturais dos países da União Europeia. Estas parcerias oferecem potencial por explorar, que exige o planeamento de iniciativas adicionais para maximizar oportunidades.

5. Boas Práticas

Na Bulgária, existem exemplos bem-sucedidos de iniciativas destinadas a preservar e a promover o património cultural imaterial (PCI). O Centro Regional para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial no Sudeste Europeu, sob os auspícios da UNESCO, registado em Sófia, é um exemplo importante. Desempenha um papel fundamental na coordenação de esforços para salvaguardar o PCI na região, e na promoção da cooperação entre várias partes interessadas. O Centro Regional da UNESCO em Sófia promove a cooperação regional e internacional, criando redes especializadas para coordenar atividades e trocar informação sobre a salvaguarda do património cultural imaterial. Nos seus esforços para salvaguardar o património cultural imaterial no Sudeste Europeu, a UNESCO, através do



Gabinete Regional para a Ciência e a Cultura na Europa, estabeleceu a Rede Regional de Especialistas em Património Cultural Imaterial em 2007. Esta rede fornece uma plataforma para o intercâmbio de experiência e conhecimento entre especialistas da região, com reuniões anuais realizadas em vários países, contribuindo para reforçar a cooperação. Para apoiar o reforço de capacidades para a implementação da Convenção de 2003 a nível nacional, o Centro iniciou em 2018 e mantém uma rede de universidades na região, para reforçar a comunicação entre universidades, investigadores, instituições e detentores de património cultural imaterial, bem como para incentivar o intercâmbio de informação e a cooperação futura. Além disso, o Centro Regional estabelece e mantém uma rede de organizações não governamentais (ONG) ativas na área do património cultural imaterial na região. Esta rede visa incentivar a participação das ONG nos processos de salvaguarda e promoção do património cultural imaterial, bem como criar uma plataforma para comunicação regular e partilha de informação. Através de sessões informativas, o Centro Regional da UNESCO em Sófia visa informar sobre as possibilidades de acreditação junto da UNESCO, e promover uma representação geográfica mais equilibrada das ONG acreditadas junto da Convenção de 2003, com foco na região do Sudeste Europeu. Informação adicional sobre esta rede pode ser encontrada no grupo do Facebook: (<https://www.facebook.com/groups/430669334489084/>).

Além destas redes, existe também uma Rede de Centros de Categoria 2 para o Património Cultural Imaterial. Estes centros, estabelecidos e financiados pelos Estados-Membros, contribuem para a concretização dos objetivos estratégicos da UNESCO. O Centro Regional para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial no Sudeste Europeu, sob os auspícios da UNESCO, é um destes centros, que promove ativamente a cooperação e implementa iniciativas para a salvaguarda e a promoção do património cultural imaterial na região.

É particularmente importante incentivar os detentores deste património cultural imaterial a praticar as atividades e a transmitir conhecimentos e competências às gerações futuras. A Bulgária tem a sorte de ainda possuir,



até hoje, uma forma significativamente preservada de cultura popular no seu sincretismo - como uma combinação inseparável de som, movimento, palavra, ritual, etc. A UNESCO criou o programa piloto da UNESCO "Tesouros Humanos Vivos", do qual "Tesouros Humanos Vivos - Bulgária" faz parte. A par disto, foram formuladas Diretrizes para o Estabelecimento de Sistemas Nacionais de "Tesouros Humanos Vivos" (<https://ich.unesco.org/doc/src/00031-EN.pdf>).

6. Diretrizes para a Mobilização de Recursos para o PCI: Estratégias e Ferramentas

Reconhecendo a necessidade de salvaguardar o património cultural imaterial (PCI) face aos desafios contemporâneos, assegurar um financiamento, subsídios e recursos eficazes para a investigação, a documentação, a preservação e a promoção de projetos de PCI exige uma abordagem abrangente. Esta abordagem deve fundamentar-se em instrumentos internacionais, como a Convenção da UNESCO de 2003, e ser apoiada por fontes de financiamento diversas, incluindo fundos europeus, programas governamentais, e iniciativas da UNESCO. A relevância, o significado, e os resultados sustentáveis das iniciativas financiadas dependem do estabelecimento de parcerias intersetoriais entre organizações na área da cultura e a indústria turística, organizações e instituições locais e/ou representantes da comunidade local, associações cívicas voluntárias, o setor privado, e os media, etc., bem como do trabalho com públicos jovens. No centro desta abordagem está o estabelecimento de um portal de informação unificado, servindo de recurso online centralizado. Tal portal fornecerá acesso fácil à informação sobre todas as fontes de financiamento disponíveis para o PCI na Bulgária, incluindo dados detalhados sobre programas nacionais e internacionais, critérios de candidatura, prazos, e documentos exigidos. Para assegurar o desenvolvimento sustentável de projetos de património cultural imaterial (PCI), é necessário implementar uma abordagem abrangente que inclua várias estratégias-chave: desenvolver programas de formação para ajudar organizações e comunidades na preparação de propostas de projeto,



construir uma rede de especialistas para fornecer consultoria e mentoria, promover parcerias público-privadas para mobilizar recursos adicionais, e disseminar boas práticas e projetos de sucesso, para inspirar e motivar outras organizações e comunidades.

Recursos

Bulgarian Intangible Cultural Heritage. (s.d.). Intangible cultural heritage element record. <https://bulgariaich.com/index.php?act=content&rec=59>

EEA and Norway Grants Bulgaria. (s.d.). About us. <https://www.eeagrants.bg/en/about-us>

European Commission. (s.d.). Bulgaria's recovery and resilience supported projects: Nationwide investment scheme. https://commission.europa.eu/business-economy-euro/economic-recovery/recovery-and-resilience-facility/recovery-and-resilience-plan-bulgaria/bulgarias-recovery-and-resilience-supported-projects-nation-wide-investment-scheme_en

European Commission. (s.d.). Creative Europe programme. <https://culture.ec.europa.eu/creative-europe>

European Commission. (s.d.). Interreg calls for projects. <https://interreg.eu/calls-for-projects/>

European Commission. (s.d.). Programme "Research, Innovation and Digitalisation for Smart Transformation 2021–2027." [https://www.epc.bg/en/open-for-submission-procedure-bg16rfpr002-1005-small-innovative-grants-for-small-and-medium-sized-enterprises-\(smes\)-programme-esearch-innovation-and-digitalization-for-smart-transformation-2021-2027-n23](https://www.epc.bg/en/open-for-submission-procedure-bg16rfpr002-1005-small-innovative-grants-for-small-and-medium-sized-enterprises-(smes)-programme-esearch-innovation-and-digitalization-for-smart-transformation-2021-2027-n23)

European Society of Endocrinology. (s.d.). Erasmus+ funding programme. <https://www.es-e-hormones.org/what-we-do/research/european-research-funding/funding-programmes/erasmusplus/>



Intergovernmental Committee for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. (2002). Operational directives for the implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. <https://ich.unesco.org/doc/src/00031-EN.pdf>

Ministry of Culture of the Republic of Bulgaria. (2024). Programme for financial support of amateur ensembles. https://mc.government.bg/files/10578_Programa%20-%20Ansambli%20-%202024.pdf

Municipality of Plovdiv. (s.d.). Culture programme of Plovdiv. <https://culture.plovdiv.bg/>

Municipality of Sofia. (s.d.). Sofia culture programme. <https://kultura.sofia.bg/>

Municipality of Varna. (s.d.). Culture and arts. <https://www.varna.bg/en/91>

National Centre for Information and Documentation. (s.d.). National youth programme 2021–2025. <https://nism.bg/en/nacionalna-programa-za-mladezta-2021-2025>

UNESCO. (s.d.). Intangible cultural heritage. <https://www.unesco.org/en/intangible-cultural-heritage/grid?hub=365>

UNESCO. (s.d.). Participation programme. <https://www.unesco.org/en/member-states-portal/participation-programme>



Conclusões

O Património Cultural Imaterial (PCI) situa-se no cruzamento entre a memória, a identidade e a inovação. Ao longo deste handbook, explorámos as suas muitas dimensões - desde definições e quadros legais até ao turismo, à sustentabilidade, à ética, aos desafios contemporâneos, e à integração na UE. Em conjunto, os capítulos revelam uma verdade central: o PCI não é meramente uma coleção de costumes ou tradições preservados isoladamente, mas um testemunho vivo e em evolução da capacidade da humanidade de criar significado, reforçar laços sociais, e adaptar-se a tempos em mudança.

Salvaguardar o PCI é simultaneamente um dever cultural e uma oportunidade societal. O PCI liga os indivíduos às suas comunidades, as comunidades às suas regiões, e as nações a um património europeu e mundial partilhado. Contribui profundamente para a coesão social, reforçando um sentido de pertencimento e continuidade. Ao mesmo tempo, o PCI desempenha um papel cada vez mais importante no desenvolvimento sustentável, oferecendo oportunidades económicas através do turismo cultural, das indústrias criativas, e do empreendedorismo local - desde que estas sejam geridas de forma responsável e ética.

Os capítulos deste livro demonstram também que a preservação do PCI exige um equilíbrio delicado entre a proteção e a abertura à mudança. As tradições não podem ser fossilizadas; devem permanecer significativas para as comunidades que as praticam. À medida que a globalização, a digitalização, as mudanças demográficas, as alterações climáticas, e a homogeneização cultural exercem pressão sobre as práticas tradicionais, o desafio é assegurar que o património evolui sem perder a autenticidade ou a propriedade comunitária. Isto reforça a necessidade de abordagens participativas, onde os detentores e os praticantes orientam as decisões sobre como o seu património é documentado, partilhado e transmitido.



A legislação, as políticas e os quadros internacionais - como a Convenção da UNESCO de 2003 e a Convenção de Faro - fornecem ferramentas e estruturas essenciais. No entanto, a sua eficácia depende, em última análise, do envolvimento comunitário, de financiamento adequado, de cooperação intersectorial, e de programas educativos bem concebidos. A era digital oferece novas possibilidades: o arquivo virtual, a narração digital, a aprendizagem online, a inteligência artificial, e as tecnologias imersivas podem reforçar a acessibilidade e a sensibilização. Ainda assim, estas ferramentas devem ser utilizadas com cautela, para respeitar os direitos culturais, a soberania dos dados, e a representação ética.

Dentro da União Europeia, o PCI carrega um significado adicional. Apoia a visão de uma Europa "Unida na Diversidade", ao destacar elementos culturais partilhados através das fronteiras - desde festivais e tradições artesanais até à música, ao património culinário, e ao conhecimento ecológico. Ao mesmo tempo, celebra a riqueza das identidades regionais e das especificidades locais. Desta forma, o PCI torna-se um poderoso meio para a integração, o diálogo, e a solidariedade. Ao reforçar a visibilidade das culturas locais e ao permitir a cooperação transfronteiriça, o PCI fomenta um sentido de pertencimento europeu partilhado, sem apagar a distintividade nacional ou regional.

Ao olharmos para o futuro, salvaguardar o PCI exige um compromisso a longo prazo, parcerias interdisciplinares, e o cultivo da literacia cultural entre as gerações mais jovens. As comunidades devem permanecer centrais em todos os esforços de preservação, e os decisores políticos devem continuar a reconhecer o PCI como um recurso dinâmico para a vitalidade cultural, o bem-estar social, e o desenvolvimento sustentável.

Em última análise, o património imaterial é uma ponte viva entre o passado, o presente e o futuro. Ao valorizá-lo, protegê-lo e promovê-lo de forma responsável, asseguramos que o espírito criativo da humanidade continua a prosperar e a inspirar as gerações vindouras.



**P
A
R
T
N
E
R
S**



**Transilvania
University
of Brasov**

Project Coordinator



**UNIVERSITY
OF WARSAW**



**UNIVERSITY OF
WEST ATTICA**
ΠΑΝΕΠΙΣΤΗΜΙΟ ΔΥΤΙΚΗΣ ΑΤΤΙΚΗΣ



**Sveučilište u
Zagrebu**
University of Zagreb



UAc
**UNIVERSIDADE
DOS AÇORES**



Foundation PAX Rhodopica
Working collaboratively to achieve EU's goals





Website

www.inthrace.unitbv.ro



Co-funded by
the European Union

2023-1-RO01-KA220-HED-000156121



INTHRACE

Civil engagement, integration and better management of the national intangible heritage to raise awareness of European common values – EU context, perspectives and active citizenship



Website

www.inthrace.unitbv.ro